



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

presidente joão figueiredo visita o méxico

Palavras do Presidente do México, Miguel de la Madrid Hurtado, (tradução não-oficial), em 26 de abril de 1983, por ocasião da chegada do Presidente João Figueiredo ao Aeroporto de Cancún; e a resposta do Presidente brasileiro.

PRESIDENTE MIGUEL DE LA MADRID

Excelentíssimo Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil

Distinta Senhora Figueiredo,
Senhores e Senhoras:

Em nome do povo e do Governo do México tenho a satisfação de dar a V. Ex^a e distintos acompanhantes as mais afetuosas boas vindas numa porção territorial de meu país que esta tarde se orgulha com sua visita.

V. Ex^{as} chegam a este recanto no Caribe, que ainda conserva a impressão da funda sabedoria maia, porém, que não se detém na seca contemplação de glórias passadas. Aqui se cumpre esse difícil equilíbrio de tradição e modernismo que procuram com entusiasmo as nações que provêm de profundas origens e que estão sendo chamadas para percorrerem longos trajetos históricos.

Não há nada mais difícil para um país com memória do que saber como harmonizar as marchas do tempo com as marchas da vida. Nada mais difícil porque deve enfrentar o

duplo desafio de perdurar e se transformar, sem sacrificar identidade ou cancelar o essencial. Estou convencido de que as nações como o Brasil e o México têm a capacidade para enfrentar esse desafio com sucesso. Nesse sentido, a contribuição do Brasil tem sido imaginativa e destacada. Fez de sua complexa pluralidade um fator de riqueza cultural que o projeta, com firmeza, na realização de seu próprio destino.

A família dos Estados latino-americanos é uma comunidade de sangue composta por variadas vertentes históricas, somos uma pátria comum cujas origens nos fazem obedecer ineludivelmente e a que devemos por vocação. É verdade que não integramos uma entidade compacta, porém, não deixa de ser menos certo que a diversidade de nossas culturas nos permitiu ampliar e enriquecer o conteúdo de nossos vínculos.

Sua visita, senhor Presidente, nos brinda a ocasião de reconhecer essas origens e revitalizar aquela vocação, porém, acima de tudo, nos permitirá avaliar as ações que o Brasil e o México deverão empreender para superar os duros tempos de crise que vivemos. Sua visita nos dá oportunidade de trabalhar pelo futuro e traçar o amanhã.

Este espaço deslumbrante, que também é protagonista da reunião, deveria guiar nossos passos e nossas decisões na tarefa de decifrar nosso destino. Aqui se desenvolveu uma cultura altíssima que, apesar de seus conhecimentos, não foi capaz de sobreviver. Hoje só ouvimos o eco daquela voz vigorosa que se foi afundando nos mistérios da história e da eternidade. Hoje só contemplamos os vestígios do esplendor que deixaram aqueles homens antes de se perderem na inacabável noite da selva e no sussurro intermitente dos vales. Ainda estamos em tempo: não nos deixemos permitir que novas selvas e novos vales devorem, senhor Presidente, nossa memória e nossa passagem pelo mundo.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente Miguel de la Madrid,

A fraterna acolhida que estamos recebendo é motivo, para mim e para os que me acompanham, da maior alegria e da mais viva emoção.

O gesto generoso de Vossa Excelência, ao oferecer este maravilhoso recanto do Caribe mexicano para a realização de minha visita, é agora multiplicado pelas manifestações de carinho e de amizade que unem brasileiros e mexicanos.

Penso interpretar o sentimento de nossos povos ao afirmar que este momento prenuncia os resultados que surgirão de nossas conversações e das que manterão os nossos colaboradores.

O Brasil e o México cumprem trajetória segura de aproximação e diálogo, que se reflete no número de visitas de alto nível ocorridas nos últimos anos e no vasto arcabouço jurídico que molda o relacionamento bilateral.

A harmoniosa e a intensa cooperação que nossos Governos vêm mantendo espelha a vontade de construir um relacionamento que concorra de forma significativa para a manutenção do nosso esforço de desenvolvimento.

O Brasil aguarda com entusiasmo os resultados de nosso encontro. As possibilidades reais de não apenas retomarmos níveis anteriores de comércio e cooperação, mas elevá-los a patamares compatíveis com as necessidades do momento são a melhor perspectiva para o conagraçamento entre mexicanos e brasileiros.

Senhor Presidente,

Distinguiu-me Vossa Excelência com a oportunidade de ser o primeiro mandatário estrangeiro a visitar oficialmente o México, a poucos meses de iniciado seu Governo. Vejo, nesse gesto, mais do que a disposição de estreitar adicionalmente a amizade entre nossos países, a expressão da vontade política de demonstrar a forma positiva e realista que deve assumir a cooperação entre nações em desenvolvimento, em momento no qual nossos povos confiam na perseverança de seus governantes na promoção do progresso e do bem-estar social.

A recepção com que nos honram Vossa Excelência, os demais membros de seu Governo e o povo amável desta bela e histórica região é a prova mais completa do acerto de nossa visita. Seja ela o marco da amizade confiante que, em conjuntura internacional desfavorável, mas ao mesmo tempo tão propícia à busca de novos caminhos, une nossos povos e há de conduzi-los na trilha do progresso e da paz.

Muito obrigado.

miguel de la madrid a figueiredo: diálogo entre brasileiros e mexicanos não é fruto da casualidade

Discursos dos Presidentes Miguel de la Madrid Hurtado (tradução não-oficial) e João Figueiredo, em Cancún, em 27 de abril de 1983, por ocasião de jantar oferecido pelo Presidente mexicano ao Presidente brasileiro.

PRESIDENTE MIGUEL DE LA MADRID

Excelentíssimo senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil; distinta senhora Figueiredo; senhoras e senhores:

Preside nossa reunião, esta noite, o privilégio que entranha compartilhar a vocação de hospitalidade com os amigos verdadeiros. No âmbito fraterno em que nos encontramos se adverte, certamente, um clima de participação e entendimento que vem servindo de eficaz fio condutor de nossas conversas.

Não se pensa, no entanto, que a facilidade do diálogo entre brasileiros e mexicanos seja fruto espontâneo da casualidade. Atrás dessa fácil comunicação existe uma realidade complexa e uma rigorosa lógica que integram, em boa medida, nossa forma de ser e de sermos percebidos.

Somos parte de uma comunidade que vem sabendo encontrar virtudes na aparente desvantagem de não ser homogênea. Para nós, os problemas de nosso tempo têm uma natureza que os singulariza e cujas repercussões afetam a todos os povos e habitantes de nossa região e, conseqüentemente, a todos os povos e habitantes de nosso planeta.

Ainda mais: os latino-americanos, com nossa pluralidade, atuamos num mundo também heterogêneo. Um mundo que já passou do ceticismo à esperança, e desta, novamente, a um oponente e circunstancial esgotamento. Nossas idéias e as ações que delas partem e empreendemos tão pouco lograram transcender o muro da intolerância nem superaram os falsos estereótipos que

nossa imagem de utopia provocou em diferentes etapas históricas. Nós mesmos, os latino-americanos, não temos podido avançar o suficiente na solidariedade e na integração que reconhecemos, todavia, como mandato de nossa história.

Brasil e México conseguiram se separar em tempo da marca de fogo de uma presença colonial consistente e diversificada. Conseqüentes com sua própria representação de terras promissoras, receberam e assimilaram, provavelmente mais que nenhuma outra colônia, as maiores influências de Portugal e Espanha. Também, talvez, como em nenhuma outra colônia, se filtrou em nossos dois países uma semente de mestiçagem que fez crescer com rapidez a população e, por sua vez, estimulasse a formação de uma cultura própria e a configuração do ser nacional.

Fomos construindo nossa história entre os retrocessos e variantes da realidade que nos rodeia, tentando sempre encontrar as fórmulas políticas que dão prioridade ao homem. Os latino-americanos aspiramos perenemente a sermos fiéis no espelho diário de nossa pátria comum; rejeitamos abandonar nossa nacionalidade já que, como dizia um poeta mexicano na alvorada deste século, mais tarde ou mais cedo voltamos para ela por amor ou por pobreza.

Embora os conflitos de nossos dias coloquem em grave risco a paz e a segurança internacionais, é justo prevenir que na nossa perspectiva não sejam inéditos. Sabemos superá-los voltando à nossa nacionalidade por amor à pátria comum e não por pobreza. Nenhuma crise nos derrotará. O vigor de nossos povos é a garantia.

A imaginação é o homem e a imaginação é o maior recurso de nossos povos. Aí estão os exemplos de Mário de Andrade e João Guimarães Rosa, que souberam dar um tom de modernidade à expressão americana sem ter que recorrer a moldes alheios que nos mostraram as novidades de nossa visão do mundo. A imaginação e a fidelidade a nós mesmos são chaves que nos permitirão encontrar o sentido cabal de nossas respostas e nossas decisões políticas.

Por cima do tecido social de cada nação, está presente em nossos países a desjuntiva na qual a área vem se debatendo nos últimos tempos: solidariedade ou confrontação. O recente conflito no Atlântico Sul fez florescer uma atmosfera de unidade latino-americana que, em tempos de paz, não se deve perder. Estou convencido de que saberemos articular nossa ação para encontrar instrumentos e meios idôneos que unam os empenhos de cada Estado e façam derivar a pluralidade a um espaço natural de convivência e crescente democratização.

O México tem com a América Latina um compromisso solidário que hoje, como sempre, terá de cumprir. Nesse compromisso solidário se estabelecem nossos princípios mais enraizados e nossas responsabilidades mais entranháveis. Nossa doutrina internacional nunca procurou cobrir vazios de poder nem assumir lideranças em cujas frestas se perde a essência das nações. A política exterior do México sustenta causas e postulados de valor permanente que refletem nossos interesses vitais. Por isso, ao reafirmar nossa vocação latino-americana não somente procuramos assegurar a continuidade dos vínculos que sustentamos como também, especialmente, confirmar e aperfeiçoar nossa comunidade histórica e de sangue. O México procura, nestes tempos difíceis, aproximar-se de seus irmãos da América Latina para que juntos afirmemos nossa vontade política de solidariedade e integração e que unamos esforços para superar com vigor e confiança em nós

mesmos os graves problemas que afligem nossos povos.

É claro que nem tudo nos corresponde de modo exclusivo. Porém, longe do pensamento linear que sustentam aos impérios, a vida internacional não deve ser exclusiva de ação unilateral nem deve ser campo de experiência de uns poucos. À sociedade de Estados, no seu conjunto, corresponde desempenhar tarefas de importância decisiva no século que termina e no que já aparece. Perante a persistência injustificada e incompreensível de nossos problemas, é legítimo expor que o sistema internacional se encontra em crise. Isto, que é um simples diagnóstico, vem se conformando como causa eficiente desses problemas e não como expressão de algo que, por estar na superfície, não acertamos com precisão sua verdadeira origem. Refiro-me à dimensão humana que deve regular a convivência entre as nações.

Não podemos nos entregar ao exame simplista das teorias conspiratórias porque, inclusive atrás das grandes potências, se escondem as forças que as movem. Tampouco devemos cair na tentação de supor que neste progresso que desumaniza se expressem ideologias de nosso tempo. Chegaríamos, assim, ao absurdo de crer que existem nações inteiras dispostas, deliberadamente, à auto-imolação para preservar o benefício de seus dirigentes, numa óbvia amostra do insustentável maniqueísmo.

É indispensável deter as maquinações do contra-sentido histórico e criar uma ordem internacional que nos permita reconstruir nossas aspirações e ampliar o âmbito das expectativas dos povos. A tarefa de maior urgência consiste em desmontar o detonador dos conflitos que só ameaçam a mesma subsistência da humanidade. Não admitimos os fundamentos doutrinários da guerra fria nem nos deixamos cair em sofismas elementares. Sabemos que nestas cruzadas os fracos acabam sustentando sempre, às custas de sua evolução, o incessante crescimento dos mais poderosos.

São abundantes os pretextos que se invocam para aumentar as tensões e desestabilizar os nexos entre os países da América Central e Caribe. Por isso, devemos multiplicar também as razões da pacificação e intensificar os contatos e as consultas entre os estados diretamente envolvidos no amparo irrestrito do princípio de não intervenção, para evitar que seja cancelado o impulso renovador e que as provocações desembocuem num incêndio generalizado e incontrolável, que a todos, fracos e poderosos, poderia afetar.

Estou convencido de que o chamado espírito de Contadora deve se transformar num esforço contínuo de distensão. Uma e outra vez, insistiremos no absurdo que supõe a violência e na necessidade de transitar por vias pacíficas, negociadas e dotadas de vontade política para superar as diferenças e conjurar os perigos da confrontação. É necessário reconhecer que, ainda saltando as barreiras que obstruem a negociação política, a complexa natureza dessa irregular cordilheira de conflitos não permite supor que os problemas seriam subitamente resolvidos. Deve-se ir mais além para impedir que se tornem a incubar ou que se regenerem. Devemos ter em mente que a tarefa de paz tenha sido enfocada, por seu evidente grau de perigo, ao manejo político dos efeitos do conflito, porém, não às suas causas.

O México seguirá pugnando para que nossos irmãos centro-americanos encontrem, dentro do princípio de autodeterminação dos povos, a melhor garantia de que a comunidade internacional respeitará o direito desses povos de viver em paz e de buscar seu próprio caminho para a democracia e o desenvolvimento com liberdade e justiça.

Para equilibrar as estratégias do extermínio, temos buscado fórmulas puramente técnicas que não lograram remover os obstáculos. É hora de procurar também as soluções humanas que exigem os enormes padecimentos desses povos numa nova e revitalizadora escalada de paz.

Na América Central e Caribe se expressam formas mais virulentas da crise internacional. Porém, suas conseqüências sombrias cobrem igualmente o horizonte de países como os nossos. Não diria que seus efeitos são os mesmos no México e no Brasil nem tampouco que estamos à beira do precipício. É indubitável, no entanto, que as turbulências da retração econômica se transformaram em profundas fissuras financeiras que, sob a forma de vida externa, puseram em perigo a estabilidade e as expectativas de nosso desenvolvimento. Nestes fenômenos de retração, novamente podemos advertir que as insuficiências da estrutura econômica interna são fator limitante mais do que ponto de partida de nossos problemas fundamentais, que somente a nós corresponde resolver porque esta é uma responsabilidade intransferível.

A interdependência entre desiguais, dizia Alfonso Reyes, não é outra coisa mais que uma forma disfarçada de dominação. Por isso importa sublinhar que a interdependência que o Brasil e o México procuram seja, entre iguais, um elemento de destacada utilidade para o impulso ao desenvolvimento. Nossa cooperação binacional deve se converter num fator decisivo de benefícios recíprocos e de massa crítica de uma nova era de aproximação da América Latina. O mecanismo de consulta que temos proposto será instrumento obrigatório de exame e comunicação a favor de nossos intercâmbios e do diálogo entre os dois países. Respondemos, assim, à profunda simpatia que professam os povos brasileiro e mexicano e à responsabilidade que nos impõe nosso próprio peso específico.

Senhor Presidente:

A grandeza do Brasil não reside primordialmente na grande extensão de sua Geografia e no enorme potencial de seu desenvolvimento mas sim na vasta fonte de riqueza que constitui o povo. É uma nação plenamente indentificada com o rosto variante do

presente, porém, por sua vez, comprometida com o futuro. Seu destino está traçado com o destino das nações latino-americanas. Desde já, com o do México, que possui um valioso recurso na inteligência e firmeza de suas instituições. É tempo de encaminhar as aspirações dos povos porque é tempo de reivindicar a política a favor do homem e sua esperança.

Brindo pela sólida amizade do Brasil e México e pela confiança que, juntos, sabemos sair adiante. Faço votos pela sua felicidade pessoal, da senhora Figueiredo e de seus distintos acompanhantes, assim como pela prosperidade do grande povo brasileiro.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

As palavras de Vossa Excelência, a generosidade e o espírito fraterno que as inspiram sensibilizam-me vivamente e a todos os brasileiros aqui presentes. A calorosa hospitalidade mexicana e o cenário paradisíaco de Cancún ficarão indelevelmente fixados em nossa memória.

Realça o prazer deste momento a expectativa de que minha visita possa contribuir para o fortalecimento de nossa amizade, para melhor compreensão de nossos objetivos e para uma aproximação ainda maior entre mexicanos e brasileiros.

Senhor Presidente,

Os latino-americanos aprendemos a apreciar e admirar a experiência do México. Sua capacidade de aliar o respeito às tradições à dinâmica do processo de modernização, bem como de preservar sua identidade cultural, e de reafirmá-la a cada instante, num contexto histórico que se renova constantemente, encerra valiosas lições que não nos cansamos de admirar.

Pujante pelas suas riquezas, pelas suas imensas potencialidades, pelo valor de sua gente, o México se projeta no cenário internacio-

nal como força criativa, a serviço da equidade, do equilíbrio e da justiça.

Seu papel, sempre destacado, assume especial relevo no momento presente, em que o sistema internacional, vergado ao peso das hegemonias, busca soluções satisfatórias para os mais fundamentais problemas da humanidade, políticos ou econômicos, e procura novas fórmulas de convivência entre as nações de diferentes culturas, regimes políticos e níveis de desenvolvimento econômico.

O México faz-se presente no debate de todas as grandes questões internacionais, contribuindo com seu espírito criativo e conciliador para a paz e o entendimento entre as nações. Quando de sua posse como Presidente, Vossa Excelência sublinhou este traço da política exterior mexicana ao afirmar: "el aislamiento no es solo anacronico, sino imposible la cooperación entre pueblos libres es el unico camino para la paz en un mundo interdependiente". . .

Ao investi-lo no supremo mandato presidencial, a nação mexicana reconheceu as qualidades de liderança, a lucidez do pensamento, a ampla experiência acadêmica, política e administrativa, que fazem de Vossa Excelência figura exemplar do México moderno.

Os princípios que norteiam seu Governo — o nacionalismo revolucionário, a democratização integral, a renovação da sociedade, a descentralização e o planejamento democrático — espelham os valores e aspirações do povo mexicano. A fidelidade com que sabe interpretá-los e traduzi-los em ação consolida a incontestável liderança exercida por Vossa Excelência e destaca, aos olhos da comunidade internacional, o perfil do condutor político e do estadista.

Senhor Presidente,

Vive o mundo momentos difíceis, pela conjugação de profunda crise econômica com o acirramento das tensões políticas, em nível

global e regional. Numa conjuntura extremamente desfavorável, o Brasil e o México desempenham importante papel quando reafirmam, nos mais diversos foros e nas mais variadas oportunidades, sua adesão ao diálogo e ao processo de cooperação.

Essa atitude é particularmente necessária nestes tempos em que a humanidade se vê ameaçada pela desordem do sistema produtivo, pela diminuição do comércio internacional e pela queda dos níveis de bem-estar.

O desequilíbrio crescente entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos requer ação imediata, não apenas porque representa flagrante injustiça, mas porque afeta o progresso de toda a humanidade, transformando-se em fator de entorpecimento das economias dos próprios países desenvolvidos.

Os países em desenvolvimento não podem arcar com o peso maior da presente crise, já porque não são os principais responsáveis por ela, já porque carecem de estrutura e meios para superá-la. Sujeitar-nos aos sacrifícios maiores impostos pelo desajustamento internacional representa grave risco, até mesmo para os que se crêem, de forma ilusória, beneficiários das estruturas vigentes.

O equilíbrio e a austeridade não podem ser obtidos à custa do crescimento econômico, nem da asfixia do aparelho produtivo, dos quais dependem o bem-estar e a estabilidade social de nossas populações. Não podemos aceitar a queda indefinida dos níveis do comércio internacional e do intercâmbio que a duras penas soubemos criar entre os países em desenvolvimento. A sustentação do crescimento de nossas economias é fator importante para o relançamento da economia mundial em bases duradouras.

Esforços unilaterais e descoordenados não nos levarão à recuperação. Se a interdependência é real, é preciso reconhecê-la em toda sua magnitude e em todos os seus desdobramentos.

Não será estável ou eficaz o sistema econômico internacional enquanto tantas de suas partes estiverem submersas na incerteza e assoladas por males de toda índole.

Os países em desenvolvimento aguardam ansiosamente os sinais da disposição das nações desenvolvidas de procurar soluções globais para a crise atual. A presença entusiasta e o espírito de conciliação, com que representantes do mundo em desenvolvimento acorreram à Reunião de Cancún, demonstraram o muito que se poderia fazer no âmbito Norte-Sul, se houvesse compreensão para o verdadeiro sentido desse diálogo e vontade política para conduzi-lo a seus objetivos.

Da Reunião de Cancún até hoje, lamentavelmente, o diálogo entre Norte e Sul só regrediu. A crise prosseguiu seu doloroso trajeto, passando de comercial a financeira, em eloqüente testemunho da interrelação entre os diversos aspectos do sistema econômico global e da fragilidade dos mecanismos de cooperação multilateral.

Para o bem de todos, é premente a tarefa de soerguer a cooperação internacional para o desenvolvimento, em particular pelo esforço das instituições financeiras e pela abertura de espaços, nos mercados internacionais, aos produtos exportados pelos países em desenvolvimento.

É evidente que a organização da vida econômica internacional, traçada pelo grande esforço de reconstrução, empreendido após a Segunda Guerra Mundial, exige profundo estudo crítico com vistas à sua adaptação a novas realidades e a momento histórico diverso. É preciso que as nações desenvolvidas e as nações em desenvolvimento tenham a humildade e a coragem de reconhecer as falhas e insuficiência do atual sistema e de buscar, em novos mecanismos ou em novas instituições, os instrumentos do equilíbrio, do progresso e do bem-estar da humanidade.

Senhor Presidente,

A transferência de tensões para os países do Terceiro Mundo perturba os esforços para resolver os problemas que pesam sobre os povos desses países.

A generalização das tensões bloqueia o diálogo e cerceia as iniciativas mais construtivas, voltadas para a constituição de uma ordem internacional justa, mediante o revigoração dos princípios da autodeterminação dos povos, igualdade soberana dos Estados e não-ingêrência.

A situação na América Central é prova concreta da necessidade de uma nova ordem internacional. Palco de convulsões cujas causas se encontram na história, em estruturas economicamente desequilibradas e socialmente injustas, a região não pode ser considerada apenas pelo ângulo de confrontação ideológica ou no recurso a soluções de força.

Agora que propostas de paz e conciliação estão formuladas, é urgente criar condições para que os países centro-americanos possam soberanamente engajar-se no esforço para deter a violência e a destruição. Para isso, poderão eles contar com a solidariedade de todos os seus irmãos latino-americanos.

É rica a tradição de nossa região na solução pacífica de controvérsias e na consideração prudente e hábil, madura e eficaz de problemas políticos. Julgo que a crise centro-americana muito poderia beneficiar-se de um esforço amistoso e coordenado principalmente por países latino-americanos que, em virtude de seus contatos mais intensos e sua proximidade geográfica, possuem melhores condições de contribuir para o encaminhamento de soluções adequadas quanto aos problemas da América Central. Exorto, pois, os países centro-americanos a juntarem sua experiência e capacidade de nego-

ciação às de países como o México, a Venezuela, a Colômbia e o Panamá para o exame franco, leal e lúcido das maneiras de ultrapassarem esta crise.

Não tenho ilusões quanto à complexidade dos problemas nem quanto à carga de antagonismos que tornam essa tarefa politicamente árdua. Não vejo, porém, alternativa ao exercício incansável do entendimento e do diálogo. Os homens e mulheres da América Central estão fartos da violência. Clamam pela paz edificada sobre a justiça; paz que abra caminho ao progresso econômico e ao aperfeiçoamento social; paz acompanhada de garantias efetivas de não-intervenção, de segurança das fronteiras, de respeito aos direitos humanos, de preservação da democracia representativa e pluralista.

Senhor Presidente,

Está o Brasil empenhado num gigantesco esforço de transformação, que visa ao bem-estar e à prosperidade do povo, no quadro de uma democracia social, baseada no respeito aos direitos e na livre iniciativa.

A realização de nossos objetivos reclama clima internacional propício à paz e ao desenvolvimento.

A força e a tradição do relacionamento do Brasil e México, a capacidade imaginativa de nossos povos, nossas tradições comuns, as vicissitudes da conjuntura, a semelhança de nossa visão de ordem internacional e das medidas para aperfeiçoá-la conduzem à intensificação do nosso relacionamento bilateral. O programa é claro: estreitar as relações bilaterais no campo econômico como instrumento para atenuar os efeitos da crise; buscar fórmulas novas, sem preconceitos, nas áreas que se abrem para a cooperação bilateral; dar peso maior ao diálogo político; numa palavra, criar novo horizonte diplomático entre os dois países, que constitua resposta adequada ao desafio do nosso tempo.

Tenho certeza de que estamos à altura desse desafio.

Em anos recentes, México e Brasil se beneficiaram pela trajetória segura de aproximação e diálogo, intensificados por visitas e contatos do mais alto nível.

Ampliou-se o intercâmbio econômico e novas áreas de cooperação se estabeleceram. Laços de complementaridade se criaram entre setores produtivos. Nossos produtos primários são intercambiáveis.

Nossa balança comercial ultrapassou, em 1981, a casa de um bilhão de dólares, mais do que decuplicando as marcas do último decênio.

Se hoje esse intercâmbio está prejudicado por fatores alheios à vontade dos nossos países, cumpre-nos retomar os níveis anteriores, mediante formas criativas e sistemáticas.

A recuperação dos níveis do comércio bilateral, além de demonstrar a capacidade mexicana e brasileira de enfrentar dificuldades, servirá de exemplo das possibilidades de intercâmbio entre países em desenvolvimento.

Cabe-nos, igualmente, impulsionar a cooperação técnica, a formação de recursos humanos e o intercâmbio cultural e científico,

assim como fazer pleno uso da importante estrutura jurídica que alicerça nosso relacionamento.

Esse esforço de entendimento bilateral se complementará com a decisão de intensificar o já existente diálogo político entre nossos países. Acolhi com satisfação sua proposta de instituir um mecanismo de consultas sobre temas de nosso interesse recíproco. Aperfeiçoaremos, dessa forma, nossa compreensão das questões que nos afetam diretamente e ao nosso Continente.

Senhor Presidente,

Temos muito a fazer. Num tempo de crise, nossa tarefa se coloca sob o signo da urgência.

A superação da crise far-se-á pela conquista de novos equilíbrios, baseados em crescente respeito aos valores fundamentais da humanidade, entre eles a preservação das identidades culturais e nacionais.

Animado pelo espírito de amizade, admiração e confiança que preside minha estada no México, convido todos os presentes para que se unam a mim num brinde à prosperidade da Nação mexicana, à amizade e cooperação entre nossos povos e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de la Madrid.

figueiredo a miguel de la madrid: nossos entendimentos contribuirão para estreitar as relações entre brasil e méxico

Brinde do Presidente João Figueiredo em Cancún, em 28 de abril de 1983, por ocasião de jantar que ofereceu ao Presidente do México, Miguel de la Madrid Hurtado. Durante a solenidade, o Presidente João Figueiredo entregou ao Presidente Miguel de la Madrid o Grande Colar do Cruzeiro do Sul.

Grata é a oportunidade de manifestar a Vossa Excelência, ao Governo e ao povo mexicano meu reconhecimento pela recepção

fraterna e calorosa que tivemos — eu, minha mulher e minha comitiva — nesta agradável visita ao México. Guardaremos lem-

brança indelével da simpatia e do carinho dos mexicanos.

Levo, ademais, a experiência enriquecedora das conversações que tive a oportunidade de manter com Vossa Excelência e a estimulante certeza de que nossos entendimentos contribuirão para estreitar as relações entre nossos países e aproximar ainda mais os povos mexicano e brasileiro.

Na riqueza e multiplicidade da América Latina, destaca-se o México pela nitidez de seu perfil cultural, pela fidelidade a suas tradições, pela capacidade de revivê-las em contextos históricos renovados e de compatibilizá-las com um constante processo de modernização. O México é um país em que o desenvolvimento não desfigurou o caráter nacional, nem afetou a notável criatividade de seu povo, traduzida na riqueza de seu pensamento, das letras e das artes, na pujança de sua expressão erudita ou na multiplicidade de suas criações populares.

Desde a Independência, a história mexicana tem sido um processo de inovação e um exemplo de tenacidade na busca do aperfeiçoamento das estruturas sociais e políticas. Os heróis e os próceres mexicanos iluminam toda a história latino-americana. As lendárias figuras dos chefes astecas — cujo heroísmo e determinação Montezuma personifica — são constante inspiração para os ideais de liberdade, justiça e dignidade tão caros à América. Liberdade, justiça e dignidade protagonizadas, em sua máxima dimensão, por Juárez, o reformador de origem humilde, grandioso na antevisão da modernidade da sua Pátria.

O último decênio registrou crescente aproximação entre o México e o Brasil, fruto do sistemático esforço de nossos governos, da natural inclinação de nossos povos e das condições e circunstâncias que nos tornam parceiros naturais em múltiplos campos.

Almejando um relacionamento caracterizado pelo equilíbrio, igualdade e mútuos be-

nefícios, buscà a diplomacia brasileira identificar todas as oportunidades de cooperação. Essa política alcança, naturalmente, seus mais expressivos resultados no Continente e contempla o México com especial atenção.

O México e o Brasil se assemelham nas propostas anti-hegemônicas de sua política externa, no repúdio a pretensões de liderança, à formação de eixos ou blocos e à manipulação de tensões.

Valorizando esta identidade de pontos de vista, México e Brasil têm sabido, com inteligência e denodo, ampliar e aprofundar suas relações.

Em anos recentes, desenhou-se o quadro institucional que dá apoio ao desenvolvimento de importantes esquemas de cooperação econômica e industrial entre os nossos países.

Nesta oportunidade, os mecanismos de cooperação bilaterais foram acrescidos de novo instrumento, que tornará mais sistemáticos e eficazes os nossos contatos e consultas, no domínio dos assuntos de política internacional.

Senhor Presidente,

É auspicioso o fato de minha visita se realizar nesta cidade. Cancún é símbolo e exemplo para todos os países em desenvolvimento. Símbolo por ter sido, graças ao entusiasmo e esforço do México, palco do debate de mais alto nível no âmbito do Diálogo Norte-Sul, em torno da necessidade de uma ordem internacional mais justa e equitativa. É exemplo porque representa, com sua beleza natural e a audácia do seu projeto urbanístico, a capacidade dos mexicanos de conciliar a construção de um maravilhoso centro turístico com as necessidades de desenvolvimento de uma região hoje plenamente integrada na vida desta Nação corajosa e perseverante.

Senhor Presidente,

As qualidades pessoais e de homem público, que lhe asseguram um papel de destaque na história do México, reservam igualmente a Vossa Excelência lugar não menos importante na história do nosso continente e das relações de cooperação entre os países em desenvolvimento.

Como testemunho da amizade do povo brasileiro, tenho a honra de condecorá-lo com o Grande Colar do Cruzeiro do Sul. É tam-

bém um prazer entregar as insígnias da Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul à Senhora de la Madrid.

Senhor Presidente,

Peço a todos que me acompanhem em um brinde ao grandioso futuro da Nação mexicana, à continuação dos sólidos laços que unem os povos de nossos países e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de la Madrid.

programa de trabalho sobre cooperação econômica e comercial entre brasil e méxico

Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica e Comercial entre o Brasil e o México, assinado em Cancún, em 29 de abril de 1983. Pelo lado brasileiro, assinaram o documento os Ministros de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, da Fazenda, Ernane Galveas, da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, das Minas e Energia, Cesar Cals de Oliveira Filho, e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antonio Delfim Netto, enquanto que pelo lado mexicano assinaram os Secretários de Relações Exteriores, Bernardo Sepúlveda Amor, da Fazenda e do Crédito Público, Jesús Silva-Herzog, de Programação e Orçamento, Carlos Salinas de Gortari, do Comércio e Fomento Industrial, Héctor Hernández Cervantes, e de Energia, Minas e Indústria Paraestatal, Francisco Labastida Ochoa.

Para a consecução dos objetivos de cooperação bilateral, estabelecidos no Comunicado Conjunto, firmado aos 29 de abril de 1983, pelos Presidentes do Brasil e do México, os dois Governos, sem prejuízos de outras iniciativas acordadas pelos dois países, decidiram realizar as ações que integram o presente Programa de Trabalho de Cooperação Econômica e Comercial.

POLÍTICA ECONÔMICA

As conversações no grupo de trabalho de política econômica ofereceram a oportunidade de revisar, no quadro dos respectivos processos de planejamento, a operação das políticas de desenvolvimento e dos processos de ajustamento das economias dos dois países no contexto da economia internaci-

onal. Esses intercâmbios de pontos de vista continuarão, de maneira periódica, como parte das tarefas comuns previstas no Ajuste Complementar de Cooperação Técnica em matéria de Planejamento Econômico e Social, estabelecido entre os dois países.

ASSUNTOS COMERCIAIS

Conscientes da necessidade de ampliar e promover as ações acordadas durante a segunda reunião da Subcomissão Econômica e Comercial Brasil-México, celebrada em 1981, as partes concordaram em que a terceira reunião da mesma Subcomissão se celebre no segundo semestre de 1983, com vistas a uma reunião ulterior da Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana.

Como resultado, mais especificamente, da análise realizada pelo grupo de trabalho de comércio e finanças sobre as perspectivas comerciais, acordou-se em que, para o presente ano, se fixe o objetivo de restabelecer os níveis de comércio alcançados em 1981. Além disso, assinalou-se como objetivo geral a alcançar, em 1984, a cifra de 1 bilhão de dólares, em cada sentido, em um intercâmbio comercial equilibrado em seu resultado e diversificado em sua composição.

Para viabilizar esses objetivos, é indispensável que ambas as Partes retirem as restrições de toda ordem que têm freado, nos últimos anos, o desenvolvimento das correntes comerciais recíprocas.

Para recuperar, no curto prazo, os níveis de intercâmbio comercial obtidos em 1981, ambas as Partes acordaram em recomendar às empresas governamentais e privadas brasileiras e mexicanas diretamente interessadas que acelerem as negociações correspondentes às seguintes operações de importação, por parte do México, para fornecimento, no presente ano: petroquímicos, lubrificantes e parafinas, soja, milho, armazéns infláveis e pré-moldados, equipamento e serviços para a indústria petrolífera e equipamentos ferroviários; de importação de parte do Brasil: petróleo e enxofre.

Ambas as partes concordaram em intercambiar, com a possível brevidade, listas de produtos exportáveis com possibilidade de oferta imediata, as quais serão examinadas pelas autoridades respectivas, a fim de conseguir uma rápida e significativa expansão e diversificação do intercâmbio, com vistas a um equilíbrio dinâmico do mesmo.

ASSUNTOS INDUSTRIAIS

No grupo de cooperação industrial, examinou-se a cooperação nos campos industrial, de serviços de engenharia e construção, e tecnológico. Analisou-se também a cooperação nas áreas siderúrgicas estatal e privada, firmando-se entre as empresas siderúrgi-

cas estatais um acordo geral de cooperação, que inclui assistência técnica recíproca e o intercâmbio de experiências nos campos comercial, econômico-financeiro, técnico e de recursos humanos; a possibilidade de aquisição de alumínio do Brasil, bem como a possibilidade de estabelecer fábricas de elaboração de produtos acabados e semi-acabados, destinados aos dois países e a terceiros mercados.

As partes acordaram em que a realização de projetos no Porto de Altamira, no México, a construção de linhas de transmissão de corrente contínua e a indústria de celulose são questões que exigem exame mais a fundo pelos dois países. Aplica-se o mesmo à possibilidade de ações conjuntas brasileiro-mexicanas nos campos energético, industrial e tecnológico, em outros países da América Latina.

Ambas as partes concordaram, mais especificamente, em examinar as seguintes possibilidades:

— participação de empresas mexicanas nos programas de exploração e desenvolvimento petrolífero que atualmente realiza a PETROBRAS, como no caso da PROTEXA, com relação ao projeto brasileiro Garoupa-Namorado;

— utilização da tecnologia mexicana de redução direta HYL III, da firma HYLSA, no projeto de ampliação da usina siderúrgica brasileira USIBA;

— cooperação no campo do enxofre mediante o envio de técnicos mexicanos para a utilização do processo "FRASH" e continuação dos trabalhos para a usina piloto de enxofre, em Castanha;

— continuação do projeto de exploração de bauxita no México, para o qual a empresa brasileira Companhia Vale do Rio Doce enviará ao México técnicos para avaliar seu potencial;

— realização de novas consultas relativas ao projeto da usina pelotizadora em Altamira;

— participação brasileira no fornecimento de minério de ferro para as diversas usinas siderúrgicas no México;

— fornecimento brasileiro de bens e serviços a serem utilizados nos projetos de infraestrutura portuária no México, especialmente para os portos de Lázaro Cardenas e Altamira.

ASSUNTOS FINANCEIROS

Os Governos do Brasil e do México, conscientes da utilidade do Convênio de Paga-

mentos e Créditos Recíprocos, como meio para facilitar níveis mais elevados de comércio e de complementação econômica, decidiram que seria conveniente evitar desequilíbrios fundamentais no citado Convênio. Além disso, acordou-se em continuar-se analisando alternativas para conseguir, no curto prazo, esquemas financeiros paralelos que apóiem e estimulem o incremento do intercâmbio entre os dois países.

Adotado em Cancún, aos 29 dias do mês de abril de 1983, em dois exemplares nos idiomas português e espanhol, ambos igualmente válidos.

declaração de cancún: “estão maduras as condições para uma nova etapa de diálogo construtivo entre o norte e o sul”

Declaração dos Presidentes João Figueiredo e Miguel de la Madrid Hurtado, divulgada em Cancún, em 29 de abril de 1983.

Os Presidentes do Brasil e do México, reunidos em Cancún, sede do primeiro encontro entre Chefes de Estado e de Governo sobre cooperação internacional para o desenvolvimento, ante a situação da economia mundial e o estancamento do diálogo Norte-Sul

que chegou a 30% nos últimos anos, e uma queda nas receitas de exportação, que se reduziram em 10% no último ano; e, entre outras conseqüências, trouxe consigo um rápido aumento do endividamento externo, cuja magnitude na América Latina já é da ordem de 300 bilhões de dólares.

D E C L A R A M

O Brasil e o México compartilham uma profunda preocupação diante da acentuada deterioração da situação econômica mundial, que envolveu a comunidade internacional na crise mais grave desde os anos trinta.

— A crise afetou o ritmo de crescimento da economia mundial, levando a uma taxa negativa em 1982. Para a América Latina a crise significou também um período de estagnação e, em 1982, pela primeira vez em quase meio século, um decréscimo no produto da região; provocou uma deterioração acentuada nos seus termos de intercâmbio,

— Ultimamente surgiram indícios, ainda limitados e incertos, de recuperação em alguns países desenvolvidos. Seus efeitos, entretanto, não se traduzirão em expansão sustentada e estável da economia mundial e, especialmente, dos países em desenvolvimento se persistirem as barreiras ao comércio e se continuar a deteriorar-se a cooperação internacional.

Diante dessa situação e ante a imperiosa necessidade de enfrentá-la, os Presidentes do Brasil e do México acentuam a importância das seguintes considerações:

— A crise afetou de maneira desproporcional os países do Terceiro Mundo, colocando em perigo suas perspectivas de desenvolvimento. A recessão em escala mundial, a estagnação econômica dos países desenvolvidos e a contração do comércio internacional colocaram a América Latina diante de crescentes medidas protecionistas nos mercados dos países desenvolvidos, elevadas taxas de juros, insuficiência de recursos financeiros e uma acentuada deterioração em seus termos de intercâmbio entre outras repercussões negativas.

— A região teve de empreender, com elevado ônus econômico e social, medidas de ajustamento para enfrentar o agudo desequilíbrio externo. Os países latino-americanos não podem aceitar que essas medidas se traduzam, a médio e longo prazos, em recessão econômica e redução contínua de níveis de renda já insatisfatórios. Reclamam, portanto, com urgência, ações efetivas que permitam o acesso de suas exportações aos mercados dos países desenvolvidos e o aporte de recursos financeiros suficientes e em condições adequadas.

— A duração, amplitude e profundidade da crise demonstram seu caráter estrutural e revelam as deficiências do atual sistema econômico internacional. A crescente integração da economia mundial exige medidas coordenadas, simultâneas e coerentes sobretudo nos campos de comércio e finanças. Só mediante iniciativas globais de cooperação internacional poder-se-á responder à crise e lograr o desenvolvimento e a reativação da economia mundial.

— Não basta reconhecer de forma estática que a interdependência sujeita todas as economias a influências recíprocas. É urgente convertê-la em vetor de transformação da ordem econômica internacional vigente. Assim, o desenvolvimento acelerado dos países do Sul é necessário não só para atender às aspirações de seus povos, mas também para contribuir para o reajustamento e a modernização das economias dos próprios

países desenvolvidos, aliviando o agudo problema do desemprego.

— Deve-se notar que os países em desenvolvimento já têm uma participação dinâmica e importante nos múltiplos cenários da economia mundial. Aproximadamente um terço das exportações dos países desenvolvidos se dirige ao mundo em desenvolvimento. Um em cada seis empregos industriais nos Estados Unidos depende dessas exportações. Em condições de ampla capacidade ociosa em muitos setores, os países desenvolvidos têm, na demanda de importações dos países em desenvolvimento, um enorme potencial para a reativação de suas economias em bases não-inflacionárias. Interessa, portanto, ao conjunto da comunidade internacional um sistema comercial livre e dinâmico, que leve em consideração as necessidades dos países em desenvolvimento. É importante que nos países desenvolvidos se compreenda que a necessidade de reverter a tendência protecionista e proceder ao reajuste interno de setores não competitivos responde também a seus próprios interesses.

— Um elemento fundamental para restabelecer o dinamismo da economia e do comércio mundial é o aporte imediato de recursos financeiros em níveis suficientes e condições satisfatórias. Nesse sentido, é necessária, entre outras medidas, uma ação decidida dos Governos, dos organismos financeiros internacionais e da comunidade bancária privada para que, com adequada coordenação, se restaurem as correntes de recursos necessários para fomentar o desenvolvimento e financiar o comércio. Em conjunto com essas ações, é necessário avançar na reforma do sistema monetário internacional, como têm proposto reiteradamente os países em desenvolvimento.

Os Presidentes do Brasil e do México, diante da gravidade da crise mundial, expressam sua convicção de que estão maduras as condições para uma nova etapa de diálogo construtivo entre o Norte e o Sul. A clara

expressão da vontade de negociação e entendimento, surgida da Reunião Ministerial do Grupo dos 77 em Buenos Aires, constitui contribuição significativa para a retomada do diálogo e a formulação de um programa de reativação econômica e desenvolvimento. A VI UNCTAD constitui uma primeira oportunidade nesse sentido.

Os Presidentes do Brasil e do México dirigem-se em particular aos Chefes de Estado e de Governo das nações industrializadas que se reunirão em maio próximo, em Williamsburg, na esperança de que adotem

uma atitude decidida para tornar efetiva a cooperação econômica internacional para o desenvolvimento e enfrentar eficazmente a crise.

Finalmente, tendo presente a estreita vinculação entre elementos econômicos e fatores políticos, reiteram a importância de que os Chefes de Estado ou de Governo renovem o impulso político necessário para que a comunidade internacional avance na solução dos problemas econômicos mundiais e amplie, desse modo, as perspectivas de paz e segurança internacionais.

na declaração conjunta, os entendimentos do presidente joão figueiredo no méxico

Declaração Conjunta Brasil-México, assinada em Cancún, em 29 de abril de 1983, pelos Presidentes João Figueiredo e Miguel de la Madrid Hurtado.

O Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, acompanhado de sua esposa, Dona Dulce Maria de Castro Figueiredo, e de uma importante comitiva, a convite do Senhor Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Licenciado Miguel de la Madrid Hurtado, realizou uma visita de Estado ao México, de 26 a 29 de abril de 1983.

Os dois Chefes de Estado, no quadro da cordial amizade que caracteriza as relações entre o Brasil e o México, mantiveram amplas e frutíferas conversações, durante as quais destacaram a vontade compartilhada de fortalecer ainda mais os laços bilaterais entre ambos os países e a decisão de incrementar e ampliar o intercâmbio e a cooperação em diversas áreas de interesse mútuo. Durante as conversações, analisaram, também, a situação política e econômica internacional e, especialmente, a situação regional latino-americana.

Ao examinarem o panorama das relações internacionais, notaram com preocupação

que a persistência da confrontação Leste-Oeste, o surgimento de novas áreas de tensão e a escalada armamentista constituem uma grave ameaça para a paz e a segurança internacionais. Coincidiram em que a conjuntura atual se caracteriza pela continuação do uso de uma política de poder por parte das grandes potências e pela tendência para dividir o mundo em áreas de influência.

Conseqüentemente, expressaram sua repulsa às aspirações hegemônicas e denunciaram os efeitos negativos da confrontação Leste-Oeste. Coincidiram quanto à necessidade de evitar essa confrontação e que as lutas ideológicas polarizam o mundo em blocos de poder.

Ao assinalarem que a corrida armamentista e a acumulação de arsenais nucleares, além de porem em perigo a própria sobrevivência da humanidade, significam um dispêndio de recursos necessários ao desenvolvimento, especialmente na atual crise econômica, reafirmaram a urgência de deter a corrida armamentista e lograr o desarmamento geral

e completo sob um controle internacional eficaz.

Reiteraram a adesão invariável de seus governos aos princípios e propósitos da Organização das Nações Unidas e destacaram a importância de apoiar e fortalecer o organismo universal como instrumento fundamental para preservar a paz e a segurança internacionais; para promover a cooperação internacional para o desenvolvimento e para construir um clima de entendimento e harmonia entre as nações, com base nas normas do Direito Internacional.

Os dois Mandatários reiteraram sua convicção de que as relações internacionais devem apoiar-se nos princípios fundamentais da igualdade soberana dos Estados; da autodeterminação dos povos; da não-intervenção; da proscricção da ameaça e do uso da força nas relações mundiais e da solução pacífica das controvérsias.

Expressaram que a inquietante deterioração da situação política e econômica internacional exige tanto a realização de um esforço de distensão entre as grandes potências quanto a eliminação dos focos de tensão que existem em diversas partes do mundo. Para alcançar tais objetivos, é necessário pôr em prática ações de cooperação global para atender às legítimas demandas da grande maioria dos povos do mundo de ter acesso aos benefícios do desenvolvimento. Nesse contexto, reiteraram a necessidade de uma nova ordem internacional, na qual as relações de poder sejam substituídas por relações de participação e cooperação efetivas.

Estiveram de acordo em que a democracia e a justiça social constituem um direito essencial dos povos e afirmaram a importância de promover o respeito aos direitos humanos e o exercício das liberdades fundamentais do indivíduo por parte de todos os Estados membros da comunidade internacional.

Afirmaram que a paz, a justiça e o desenvolvimento constituem um direito irrenunciável dos povos e uma aspiração essencial do Brasil e do México. Nessa perspectiva, coincidiram em que todas as nações têm o direito e o dever de participar da sociedade internacional, com pleno respeito aos princípios consagrados pelas Nações Unidas e sem pressões que pretendam limitar sua autonomia.

Desta maneira, destacaram a necessidade de uma maior democratização do sistema de relações internacionais, a fim de que todos os Estados assumam a responsabilidade que lhes corresponde frente ao destino comum da humanidade.

Os dois Chefes de Estado, ao referirem-se à recente conferência de cúpula de Nova Délhi do Movimento dos Países Não-Alinhados, reconheceram que este tem um papel positivo e relevante na política internacional contemporânea, pelos princípios de paz, distensão e descolonização que o inspiram, por sua repulsa à política de blocos e por sua contribuição à transformação das relações econômicas internacionais.

Ambos os Mandatários condenaram energicamente a política de **apartheid** do regime sul-africano, bem como os atos de agressão armada por ele cometidos contra outros países da África Meridional. Reiteraram seu decidido apoio à pronta independência da Namíbia, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Os dois Presidentes notaram com inquietude que a situação no Oriente Médio representa uma crescente ameaça para a paz mundial. Por isso, reiteraram, de conformidade com a resolução 242 (1967) e as outras resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o direito que têm todos os Estados da área de viver em paz, dentro de fronteiras reconhecidas internacionalmente. Os mandatários destacaram, igualmente, que deve dar-se cumprimen-

mento às Resoluções adotadas pelas Nações Unidas, que exigem a desocupação de todos os territórios árabes ocupados. Reiteraram que o povo palestino tem direito inalienável à autodeterminação e a constituir-se em um Estado independente e soberano e que a OLP é seu legítimo representante.

Os dois Chefes de Estado reiteraram seu apoio a todo esforço para encontrar uma solução duradora, pacífica e global para o conflito do Oriente Médio.

Os dois Chefes de Estado coincidiram em que os profundos vínculos históricos entre os povos da América Latina constituem o fundamento da cooperação e solidariedade na região.

Estiveram de acordo quanto à convergência dos interesses essenciais desses povos e destacaram que a pluralidade política, econômica e social na região é a base da convivência hemisférica.

Renovaram sua adesão aos princípios da Carta da Organização dos Estados Americanos e reconheceram que as limitações do sistema interamericano tornam aconselhável sua reestruturação.

Os dois Mandatários pronunciaram-se pela realização de negociações entre as partes em conflito sobre as Ilhas Malvinas, de conformidade com a Resolução 36/9 aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, e reiteraram seu apoio à reivindicação argentina sobre essas Ilhas. Enfatizaram, também que o início de negociações efetivas contribuiria para impedir que a questão das Malvinas se transforme em um foco permanente de tensões.

Notaram com preocupação a persistência de diferendos fronteiriços entre diversos países da América Latina e reiteraram que a solução pacífica das controvérsias representa a única via para evitar que esses diferendos se convertam em obstáculos à paz e cooperação regionais.

Expressaram sua profunda preocupação pelo agravamento da situação na América Central e o risco, cada vez maior, de que se produzam conflitos bélicos que se estendam por toda a área. Em conseqüência, consideraram urgente a celebração de negociações efetivas entre as partes envolvidas na crise.

Os dois Presidentes exortaram as partes a não realizar ações que contribuam para deteriorar ainda mais a situação. Estiveram de acordo em que a crise centro-americana tem sua origem nas estruturas econômicas e sociais que prevalecem na região, e, portanto, os esforços para resolvê-la devem ser encaminhados no sentido de evitar a tendência para configurá-la como um capítulo da confrontação Leste-Oeste. Da mesma forma, reconheceram que uma solução permanente só será possível sem ingerências estrangeiras e mediante o diálogo e a negociação.

Nesse sentido, sublinharam a vigência dos princípios enunciados na declaração dos Ministros de Relações Exteriores da Colômbia, México, Panamá e Venezuela na Ilha de Contadora, dia 9 de janeiro de 1983.

Os dois Presidentes expressaram sua satisfação pelas recentes gestões de paz na América Central pelo Grupo de Contadora e pelos acordos alcançados, em 21 de abril, na cidade de Panamá, a fim de manter o processo de consulta entre os países da região.

A esse respeito, o Presidente do Brasil expressou seu apoio às ações empreendidas pelo México e os outros países do Grupo de Contadora e seus votos por que tais esforços tenham pleno êxito. Manifestou também que o Brasil continuará disposto a manter consultas com esses países, dentro do espírito de colaboração na busca de soluções que beneficiem a paz e o bem-estar dos países centro-americanos.

Os dois Presidentes manifestaram sua esperança de que por essa via se possa avançar na busca de soluções que restabeleçam a convivência pacífica entre os países centro-americanos e promovam a justiça social, a liberdade e o bem-estar dos povos.

Os dois Chefes de Estado, ao examinarem a atual crise econômica internacional, coincidiram em que é a mais grave desde o decênio dos anos 30 e em que seu caráter estrutural traz sérias implicações para a paz e a estabilidade. Os indícios, ainda limitados, de recuperação que têm aparecido em alguns países desenvolvidos requerem ser estimulados e fortalecidos através de ações eficazes de cooperação internacional para o desenvolvimento. A reativação da economia mundial e o estímulo ao desenvolvimento são os elementos essenciais para responder à crise.

Apesar de os países em desenvolvimento não terem a responsabilidade primordial pela crise, são eles os que têm sofrido um impacto proporcionalmente maior de seus efeitos, expressado, sobretudo, em maiores restrições ao acesso de seus produtos aos mercados dos países industrializados; na grave deterioração dos termos de intercâmbio; em menor disponibilidade de recursos financeiros externos; em uma drástica elevação da carga do endividamento e na conseqüente necessidade de restringir as importações.

Diante desses problemas, sublinharam a importância da Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados e da Declaração e Programa de Ação para o Estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional como bases da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Nesse sentido, ao reiterarem que só a cooperação internacional permitirá superar a crise e que seu caráter global demanda soluções globais, ambos os Presidentes destacaram sua convicção de que é imperativo iniciar, no seio das Nações Unidas, o processo

de negociações globais, como foi acordado na reunião de cúpula de Cancún. No quadro dos esforços para a reestruturação do sistema econômico internacional, a VI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a celebrar-se em junho próximo, em Belgrado, deve constituir oportunidade para acordar um programa concertado de reativação e desenvolvimento que compreenda medidas imediatas sobre os problemas mais prementes e que deverá referir-se de maneira prioritária aos agudos desequilíbrios comerciais, monetários e financeiros.

Ambos os Mandatários expressaram sua satisfação pelos resultados obtidos na recente Reunião Ministerial do Grupo dos 77, preparatória da VI UNCTAD, e decidiram, de conformidade com a Mensagem de Buenos Aires para o diálogo e o Consenso, conclamar os países desenvolvidos a participarem da Conferência de Belgrado com uma atitude construtiva e de cooperação, aberta ao diálogo e ao entendimento.

Ambos os Chefes de Estado observaram com satisfação as atividades desenvolvidas pelo Grupo dos 77 no âmbito da cooperação econômica entre países em desenvolvimento e reiteraram seu apoio a essas atividades que são importante instrumento para assegurar a auto-suficiência coletiva dos países do Terceiro Mundo.

Como resultado de sua análise da situação e perspectiva da economia mundial e da estagnação do diálogo e da cooperação Norte-Sul nos foros e instâncias internacionais, ambos os Mandatários decidiram formular a Declaração de Cancún que enfatiza a urgência de que esta situação se modifique.

Os Chefes de Estado, ao examinarem a situação econômica regional, reconheceram que a insuficiência dos esforços de cooperação tem limitado o alcance das ações da América Latina para enfrentar uma crise que tem afetado mais do que proporcionalmente os países da região. Por isso, decidiram

propiciar uma maior aproximação entre os países latino-americanos e apoiar os esforços de integração econômica e de colaboração recíproca, em todos os seus aspectos.

Nesse sentido, referiram-se com interesse à iniciativa formulada pelo Presidente do Equador para a elaboração de um conjunto de propostas destinadas a desenvolver a capacidade de resposta da América Latina e assegurar seus mecanismos de cooperação.

Ambos os Mandatários referendaram seu decidido e invariável apoio político ao Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), que constitui um órgão importante para a coordenação e a cooperação regionais, e acordaram colaborar para seu fortalecimento através de um papel ativo no próprio Sistema e em seus diversos comitês de ação.

Os Presidentes se referiram aos esforços de reestruturação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) orientados para o aumento do comércio e da complementação regionais. Nesse quadro, destacaram a conveniência de acordar fórmulas multilaterais que permitam preservar a continuidade das possibilidades de comércio dos países-membros, como plataforma para uma nova etapa no processo de integração.

Os Chefes de Estado reafirmaram a vontade de seus países de continuar participando de maneira ativa nos trabalhos empreendidos no seio da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) para o desenvolvimento do Programa Latino-Americano de Cooperação Energética. Nesse sentido, reiteraram que a OLADE constitui o foro idôneo da América Latina e Caribe para o exame e desenvolvimento da cooperação energética regional.

Os Mandatários se referiram aos estudos que as empresas petrolíferas estatais de seus países e da Venezuela levam a cabo para o estabelecimento de uma empresa trinacio-

nal de exploração e desenvolvimento no setor petrolífero (PETROLATIN) e expressaram sua satisfação diante da possibilidade de que, paralelamente à continuação de tais estudos, e com base no esquema previsto para a empresa, se iniciem operações conjuntas em países da região.

Ao examinarem de modo amplo a situação de seus países na economia mundial, os dois Chefes de Estado comprovaram com satisfação o rápido desenvolvimento, nos últimos anos, da cooperação econômica brasileiro-mexicana, que fez de cada país um dos principais parceiros econômicos do outro. Essa evolução constitui um exemplo destacado de como se realiza o vasto potencial da cooperação econômica entre países em desenvolvimento, assim como da vontade de ambos os países de responder às adversas circunstâncias econômicas internacionais.

Ao notarem que, ultimamente, a cooperação econômica bilateral, particularmente no setor das transações comerciais, foi afetada pelas repercussões da crise econômica internacional, ambos os Mandatários expressaram sua firme determinação de superar tais conseqüências negativas e de continuar a fortalecer e a diversificar a cooperação econômica bilateral, valendo-se de instrumentos e mecanismos eficazes e imaginativos, conforme requer a conjuntura que atravessam as economias dos dois países. Essas fórmulas e mecanismos devem orientar-se no sentido do melhor aproveitamento da complementaridade entre numerosos setores das economias brasileira e mexicana.

Ao analisarem as perspectivas da cooperação econômica entre ambos os países, os Chefes de Estado expressaram vontade de continuar colaborando principalmente nas áreas de alimentação, energia, industrialização e comércio.

Nesse sentido, os dois Presidentes concordaram em atribuir prioridade ao desenvolvimento e à diversificação do intercâmbio co-

mercantil bilateral, com vistas a alcançar um equilíbrio dinâmico nos fluxos comerciais. Esses devem refletir, em sua composição, a crescente diversificação industrial de ambas as economias, contribuindo, desse modo, para a modernização e ampliação dos respectivos parques industriais. Para atingir esse objetivo, convieram em que, no corrente ano, adotar-se-ão as medidas necessárias para restaurar o nível de intercâmbio alcançado em 1981, com vistas a, no próximo ano, elevar a níveis consideravelmente mais altos o intercâmbio bilateral. Para isso, é indispensável que ambas as partes retirem as restrições de toda ordem que têm freado, nos últimos anos, o desenvolvimento das correntes comerciais recíprocas.

O objetivo do incremento das relações econômicas bilaterais deverá também, ser promovido através de uma cooperação industrial recíproca mais ampla e diversificada, sobretudo nos setores em que ambos os países ainda dependem, em grau considerável, de tecnologia e equipamentos importados. Para a intensificação dos fluxos comerciais e da complementação industrial, em uma primeira etapa, deverão mobilizar-se os recursos das empresas do setor público de cada um dos dois países.

Ambos os Mandatários tomaram conhecimento, com satisfação, das conclusões a que chegou o encontro de empresários do Brasil e do México, realizado em Cancún, a 28 de abril, e expressaram a convicção de que contatos e cooperação mais estreitos entre empresários dos dois países são essenciais para a expansão e diversificação da cooperação econômica bilateral.

Os Chefes de Estados tomaram nota, com agrado, da conclusão de um Acordo de Associação entre o Lloyd Brasileiro e a Companhia Marítima Nacional do Brasil e Transportación Marítima Mexicana S.A. do México, e da assinatura de um Acordo Geral de Cooperação entre a SIDERBRÁS e a SIDERMEX para o intercâmbio de experiências no setor siderúrgico.

Ambos os Mandatários aprovaram o Programa de Trabalho sobre cooperação econômica e comercial elaborado por suas delegações e coincidiram em que esse documento indica claramente as ações concretas a serem empreendidas a curto prazo.

Os dois Presidentes, ao reconhecerem que a cooperação científica e técnica constitui um campo privilegiado da cooperação bilateral entre seus países, decidiram atribuir prioridade a sua intensificação e diversificação. Com base no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, em vigor desde 1974, será preciso avançar na programação dos projetos, abrangendo campos cada vez mais amplos, de interesse mútuo, na efetiva execução dos programas estabelecidos. Para isso, a reunião da Subcomissão Científica e Técnica, em setembro próximo, proporcionará a melhor oportunidade.

Nesse sentido, consideraram importante que as ações de cooperação técnica apóiem diretamente a atividade produtiva; utilizem-se do esforço já realizado por ambos os países na seleção e adaptação de tecnologias estrangeiras; e contribuam para elevar o grau de autonomia tecnológica dos dois países. A formação de recursos humanos e o intercâmbio de experiências científicas e técnicas são componentes importantes do esforço conjunto de cooperação nesse campo.

Os Presidentes presenciaram com satisfação a assinatura, nessa oportunidade, de um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, em matéria de planejamento econômico e social, convencidos de que a ampla cooperação nessa área enriquecerá os respectivos processos de planejamento e programação em que ambos os países estão empenhados.

Os dois Mandatários registraram seu desejo de estimular as relações culturais e educacionais entre as duas nações, conscientes de que nesse campo se concentram e estão sintetizados os valores essenciais e a identidade

de dos povos. Sublinharam que a cultura de um povo não pode limitar-se às manifestações estéticas, mas que deve ser entendida como um amplo e complexo processo no qual coincidem e se expressam diversos aspectos da vida nacional.

Reiteraram seu desejo de que o Brasil e o México compartilhem e realizem o intercâmbio de seus bens culturais, cada vez em maior grau e intensidade, e que, dessa maneira, se possa conhecer o que em suas culturas há de comum e de diverso e assim criar um ambiente ainda mais favorável ao desenvolvimento de outras áreas de interesse para ambas as nações.

Convieram em empreender uma série de novas ações no terreno da cooperação cultural e educacional, que beneficie ambas as nações e responda aos propósitos que os Governos tratam de promover.

Assinalaram seu interesse em dar a conhecer a essência histórica e social em que se coloca o patrimônio cultural de cada povo. Congratularam-se pelo impulso adquirido nas relações culturais entre os dois países a partir da assinatura do Novo Convênio de Cooperação Cultural e Educacional de 1980 e ratificaram sua determinação de ampliar as redes de comunicação e conhecimento recíproco das melhores manifestações dos dois países em todos os campos artísticos.

Também indicaram sua intenção de favorecer não só os intercâmbios acadêmicos e de bolsistas entre instituições educativas, universitárias, culturais e artísticas, entre organismos e instituições de rádio, cinema e televisão e entre bibliotecas, centros de informação e editoras, mas também outras formas de cooperação, tais como a criação de cátedras de línguas, a realização de co-edições e o estabelecimento de centros de estudo destinados ao estudo da realidade social e política de ambos os países.

Nesse sentido, dentro do espírito dos Artigos III, VII, X e XI do Convênio de Coope-

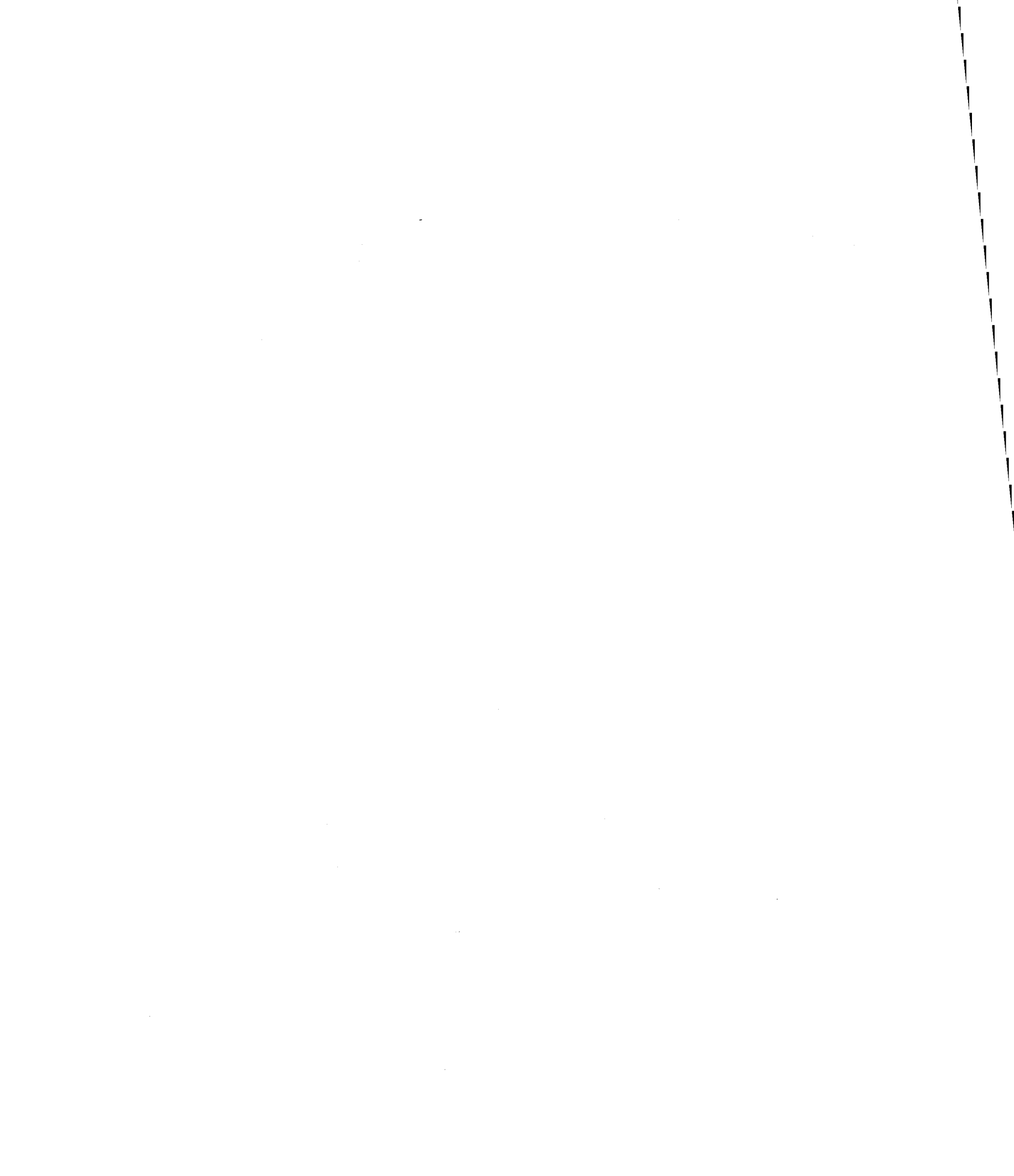
ração Cultural e Educacional, recomendaram a realização de co-produções cinematográficas e o estudo da eliminação de obstáculos ao intercâmbio de obras de arte entre os dois países. Ofereceram seu apoio para a publicação de livros de escritores mexicanos no Brasil e de escritores brasileiros no México, assim como para a realização, no Brasil e no México, de forma alternada, de seminários do mais alto nível acadêmico acerca das relações entre os dois países e de sua realidade social e política contemporânea.

Ambos os Mandatários tomaram nota com satisfação de que, durante a visita e com o objetivo de pôr em prática um sistema de consulta permanente entre os dois Governos, foi assinado um **Memorandum** de Entendimento que prevê a realização de consultas anuais entre os Chanceleres de ambos os países, as quais poderão abranger aspectos das relações bilaterais e o intercâmbio de pontos de vista sobre questões regionais e mundiais. Essas consultas serão realizadas sem prejuízo da intensificação do diálogo através dos canais diplomáticos normais.

Ao término de sua visita, o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo destacou a importância das conversações mantidas com o Presidente Miguel de la Madrid Hurtado e sua satisfação pela atmosfera fraterna e cordial em que se desenvolveram. Agradeceu vivamente ao Chefe de Estado, ao Governo e ao povo mexicanos a generosa hospitalidade que lhe foi dispensada e que é expressão da inalterável amizade que une o Brasil e o México.

O Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo formulou ao Presidente Miguel de la Madrid Hurtado convite para visitar oficialmente o Brasil em data a ser acordada mutuamente.

O Presidente Miguel de la Madrid Hurtado aceitou com grande satisfação o convite.



no brasil, o rei da espanha, d. juan carlos i

Discursos do Presidente João Figueiredo e do Rei da Espanha.
D. Juan Carlos I, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em
16 de maio de 1983, por ocasião de jantar oferecido pelo
Presidente brasileiro ao Rei espanhol.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Majestade,

Berço de um dos florões mais ricos da cultura européia, presente, por seus reflexos, em tantos países irmãos, a Espanha é, para os brasileiros, muito mais do que uma nação amiga. A ela nos une uma infinidade de laços, cujas origens vão encontrar-se nas tradições ibéricas comuns, nas fontes de nosso direito e de nossa história administrativa, na admiração pelas grandes obras das letras, das artes e das ciências hispânicas.

Nosso afeto pela nação espanhola se renova constantemente, graças à íntima e fraterna convivência latino-americana. Na personalidade dos povos vizinhos sentimos a força e a criatividade da cultura espanhola, de sua capacidade de renovar-se, de assimilar as contribuições de outras culturas e de renascer, forte e rica, sob novas formas.

Essa vitalidade não nos é estranha. Manifesta-se nas tradições de uma cultura afim, a lusitana, de que somos os herdeiros americanos, e na presença, em nosso território, de tantos imigrantes espanhóis e de seus descendentes.

Vieram eles trazer sua contribuição a nossa obra de desenvolvimento nacional. Integrados em nosso esforço, participam de nossas dificuldades, compartilham nossos desafios e oferecem-nos a energia de sua inteligência e de seus braços.

Vossa Majestade é lídimo intérprete dos anseios de todos os espanhóis, o fiador da unidade e da democracia espanhola. Há quase dez anos, em palavras dirigidas ao seu povo, Vossa Majestade afirmou: "todos unidos conseguiremos alcançar para nossa pátria os horizontes de justiça, liberdade e grandeza, merecidos pelo trabalho, o esforço e o sacrifício que com tanta generosidade despendem os espanhóis". Com satisfação vemos, hoje, que essas palavras se transformaram em realidade.

Já no início de meu Governo, tive a honra de receber a visita do então Presidente do Governo espanhol, Adolfo Suárez, acompanhado de importante comitiva. Posteriormente, acolhemos, com prazer, o Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais, o Chefe do

Estado-Maior da Armada da Espanha e outros ilustres representantes do Governo espanhol.

Por sua vez, vários Ministros brasileiros visitaram Madrid, onde mantiveram entendimentos que têm impulsionado as relações bilaterais nos mais diversos campos.

A presença de Vossa Majestade entre nós simboliza a vontade da Espanha e do Brasil de aproveitarem as múltiplas oportunidades de aproximação e amizade. A participação, em sua comitiva, do Ministro Fernando Morán Lopes, é eloquente testemunho do empenho em dar conteúdo denso ao quadro de nossas relações.

A presença de Vossa Majestade entre nós enseja franca e variada troca de opiniões sobre as questões internacionais e bilaterais de interesse de nossos países. O momento é particularmente oportuno, em virtude da crise internacional que vivemos: as vozes do Brasil e da Espanha podem contribuir para o encaminhamento de soluções dos principais problemas que afligem a comunidade internacional.

Majestade,

A busca da prosperidade e da paz é o objetivo, por excelência, da política externa do Brasil e da Espanha. A concretização desse ideal tem sido dificultada nos últimos anos, por empecilhos de toda sorte. Acompanhamos, com apreensão, a crescente deterioração dos padrões de relacionamento internacional, que deixaram de responder às necessidades e aspirações dos Estados e dos povos. A real interdependência política e econômica dos povos não está refletida no sistema vigente de convívio entre os Estados onde prevalecem tantas vezes a intransigência, a confrontação e a discórdia.

Crises se sucedem em diferentes quadrantes do globo; conflitos se agravam e se perpetuam ante a freqüente inoperância dos me-

canismos de solução pacífica das controvérsias.

Mais do que nunca são essenciais o diálogo, o entendimento e a cooperação entre os povos.

O Brasil acredita nos ideais da cooperação internacional, no princípio da igualdade soberana dos Estados, no respeito às particularidades nacionais e regionais. Urge evitar a transposição de conflitos de nível global ao regional, para impedir que se propaguem os focos de tensão.

É preciso criar nova realidade política sem caráter de força ou predomínio. É preciso, sobretudo, compartilhar a responsabilidade da negociação e das decisões, para que se logre a correção de desequilíbrios e injustiças.

Com esse propósito, o Brasil propugna novo ordenamento mundial fundado no consenso e na participação democrática de âmbito universal. Cada Estado tem o direito e o dever de contribuir, na medida de suas possibilidades, para o progresso de todos.

Nenhum país pode pretender, isoladamente, ser o detentor de fórmulas ou receitas para solucionar as dificuldades contemporâneas. O Brasil não é exceção. Não quer fazer discípulos ou seguidores. Exorta, porém, à negociação serena, construtiva e equilibrada, por acreditar que dela podem advir a cooperação e a boa convivência internacionais. Esforça-se pela generalização de um clima de confiança, para que nele germinem a Paz, a Justiça e o Desenvolvimento.

Foi essa a mensagem que procurei transmitir quando me dirigi, ano passado, à Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Detive-me, então, nos efeitos da crise econômica que atinge o mundo inteiro e nos caminhos para pôr fim às dificuldades que enfrentamos. É uma crise profunda do próprio sistema, que afeta os países industriali-

zados e as economias em desenvolvimento. A própria crise reflete, para quem a analisa de modo objetivo e lúcido, a complementaridade dos interesses do Norte e do Sul, empenhados na reativação e expansão da economia internacional.

Elemento essencial para superar essa situação adversa é a dinamização dos fluxos de comércio e finanças entre os países desenvolvidos e as nações em desenvolvimento. A estreita ligação dos diversos setores da economia mundial faz com que a recuperação das economias do Norte não se possa realizar sem a efetiva participação do Sul, muito menos às suas custas.

A realidade contemporânea clama por um esforço renovado, por parte de todos os membros da comunidade internacional, para a preservação do patrimônio que lhes é comum, em nome do futuro da humanidade.

Majestade,

Espanha e Brasil conhecem, com clareza, seus respectivos papéis no cenário mundial. Não nos faltará bravura para corresponder às nossas responsabilidades históricas, nem galhardia para perseverar em nossos esforços, apesar das dificuldades que o momento internacional nos cria.

O nosso relacionamento bilateral constitui larga história de entendimento e cooperação.

É minha convicção que, a partir desta visita de Vossa Majestade, os homens de Estado e de empresa, brasileiros e espanhóis, sentir-se-ão estimulados a encontrar fórmulas criativas para ampliar e aperfeiçoar a cooperação entre nossos países.

Estimo que, em todo o transcurso da visita, Vossa Majestade possa colher em sua plenitude as demonstrações do desejo sincero de todos os brasileiros de estreitar cada vez mais os laços de fraternidade que nos unem à Espanha.

Em nome de todos os brasileiros saúdo Vossa Majestade e convido todos os presentes a erguerem suas taças pelo desenvolvimento das relações de amizade entre a Espanha e o Brasil, pela prosperidade crescente do povo espanhol e pela felicidade pessoal de Suas Majestades o Rei Juan Carlos I e a Rainha Sofia.

REI D. JUAN CARLOS I

Excelencia,
Señoras y Señores:

En primer lugar deseo agradecer, en nombre de la Reina y en el mío propio, la generosa hospitalidad con que nos habéis acogido en esta hermosa ciudad de Brasilia, así como el brindis henchido de fraternidad y afecto que acabáis de pronunciar.

Las afinidades y raíces esenciales entre Iberoamérica y España constituyen los cimientos más sólidos para construir un fructífero entendimiento y una coherente acción exterior basada en la concreción de un proyecto político común y en la credibilidad del mismo.

Por creer vivamente en ello pisamos siempre América con verdadera y renovada ilusión y con un sentido de la familiaridad al que no es ajena la Historia misma.

Excelencia:

España entera mira hoy con respeto y admiración a la Nación brasileña. La palabra Brasil concita en todos los españoles cálidas y mágicas evocaciones. El carácter legendario de una tierra de promisión, generosamente abierta a tantas influencias del exterior a lo largo de los siglos, de tan alta capacidad para la receptividad y la síntesis, justifican sobradamente aquel sentimiento.

La épica de los "bandeirantes", su incesante y prodigiosa marcha hacia el Oeste, el

continentalismo itinerante de la Nación brasileña, en suma, se podrían encontrar resumidos en esta Capital Federal, Brasilia.

Milagroso ejemplo de la tenacidad histórica en la lucha por el destino.

La historia toda de Brasil es un compromiso permanente entre la inmensidad del empeño humano ante un medio, en principio adverso, y la voluntad de sus gentes por superarlo, abiertas siempre al diálogo y a las nuevas fronteras.

Nos une a Brasil la historia común de aquellos 60 años, a caballo entre los siglos XVI y XVII, así como los valores culturales que desde entonces permanentemente compartimos y la pertenencia inequívoca a una civilización común.

A ambas orillas de ese Océano nuestro convertido en Mar familiar, nos une igualmente una actitud ante el futuro.

A la imagen tradicionalmente bondosa que siempre presentó Brasil en España como auténtico Eldorado integrador, como ubérrimo productor de materias primas, como país de gran receptividad hacia los flujos migratorios y con una extraordinaria capacidad para la asimilación de los elementos foráneos que ha integrado en su cultura y modo de ser nacionales, se añade hoy la admiración por la sabia andadura de este país en tan difícil coyuntura política y económica como la que vive el mundo de nuestros días.

Vivir en democracia es un privilegio. Gobernar con las limitaciones exigidas por el respeto estricto a las libertades y derechos de los individuos — tanto desde el punto de vista jurídico como desde el político — es un difícil quehacer que exige inteligencia, habilidad, sabiduría, y continuado tacto político.

Si en el mundo de la organización social se puede hablar de algo más difícil que de gobernar en democracia es de llevar a feliz tér-

mino un paulatino proceso de apertura política.

En Iberoamérica existen tantos tiempos históricos como Naciones. Sólo desde ese punto de partida se puede buscar una aproximación auténtica y objetiva al tema.

No haberlo comprendido así, no haber enfocado nunca con el necesario realismo ni con el debido respeto el estudio de las corrientes profundas de la Historia de América, ha causado graves malentendidos de nefastas consecuencias, no tan lejanos ni en el tiempo ni en el espacio.

Por lo que se refiere a Brasil, tanto más dolorosa ha sido esta carencia informativa cuanto que éste es un país de personalidad muy definida en su contexto geopolítico, sugerente y rico en matices de todo tipo, gran potencia del siglo XXI, enorme realidad política e industrial ya hoy, llamado sin duda a interpretar un papel de máximo relieve en años venideros.

Por ocioso que parezca habría que remontarse a un planteamiento de tipo histórico-cultural para comprender debidamente lo que significa este país en el contexto de la Historia general del Continente Americano y en las específicas relaciones de España con esta parte del Mundo.

Brasil, cuyo destino estuvo íntimamente unido al de las viejas metrópolis lusitana y española, adquiere su papel propio con la República Federativa, que fue la gran palanca de la formación de la conciencia nacional.

Toma: las riendas de este gran país en un momento en que hubo de pasar del futuro promisorio a las nuevas realidades del siglo XX,

Contó para ello Brasil con un dato muy positivo: fué la suya, en su día, una independencia no traumática, gracias al gran papel histórico jugado por la Monarquía y el Imperio en los albores del siglo XIX.

Con los inevitables cambios escenográficos que el desarrollo y la industrialización han impuesto — basta asomarse a las vibrantes páginas escritas sobre el tema por la Gran Escuela brasileña de la Sociología del Desarrollo —, la realidad permanece inalterable: Brasil es en nuestros días un ejemplo notable de experiencias políticas y económicas que marca un modelo a seguir en muchos otros países. La experiencia ha de ser forzosamente positiva. Poner en marcha este proyecto es el gran reto de las postrimerías del siglo XX.

Bajo la hábil dirección de Vuestra Excelencia, la política exterior brasileña en estos últimos años ha utilizado estas peculiaridades, estas experiencias únicas, esta posición geopolítica prácticamente continental.

Se ha creado una política exterior en consonancia total con la realidad brasileña.

Brasil ha sabido ampliar la proyección, en número de Estados componentes, de ese mar familiar del que hablaba hace un momento.

El Océano Atlántico, como consecuencia de una inteligente comprensión del ser histórico y del presente de Brasil, ha pasado a ser un ancho camino de unión, no sólo con los pueblos europeos, sino también con los países del Continente africano que tan fácil y certeramente interpreta Brasil por razones que se hunden en la más profunda entraña del pasado brasileño.

La política exterior de Brasil es imaginativa y prudente, experta y permanentemente abierta a las nuevas corrientes que le dan continúa vitalidad.

Buena prueba de ello es el planteamiento que Vuestra Excelencia hizo ante la Organización de las Naciones Unidas el pasado mes de Septiembre de 1982.

Ningún estadista podrá olvidar la clara exposición de los problemas que afectan a las

relaciones entre países en distinto grado de desarrollo económico.

La defensa de una revitalización urgente del diálogo Norte-Sur y el camino marcado para conseguir esta meta, constituyen un ejemplo de buena voluntad, deseo de mejorar la actual crisis y un compendio de propuestas de solución a tener siempre en cuenta si se quisere lograr una convivencia internacional en la igualdad y en la justicia.

Excelencia:

La Reina y yo hemos admirado la atrevida arquitectura, plena de belleza, de los edificios públicos de Brasilia, de sus grandes explanadas y del original 'Plano-Piloto' que dan una configuración urbanística única a esta Capital Federal, enclavada en el corazón del Planalto y de la que no está ausente el intento de España al presentar la síntesis estilística de mi país que es nuestra Embajada.

En días sucesivos continuaremos nuestro recorrido emotivo y dialogante por Río de Janeiro y São Paulo, ciudades de tan definitiva presencia en la vida de este gran país.

Al agradecer nuevamente a Vuestra Excelencia la hospitalidad que nos habéis dispensado, debo proclamar la gozosa emoción con que vivimos estos momentos de acercamiento entre dos pueblos hermanos de raigambre ibérica que están indisolublemente unidos a lo largo de los siglos por la pertenencia a una misma familia y por propio mandato de la Historia.

Y que, sobre todo, proyectan su futuro con la certeza de la coincidencia esencial en la tarea histórica común que nos aguarda.

Señor Presidente,
Señora de Figueiredo,

La Reina y yo, en nuestro propio nombre y en el del pueblo español, os decimos de nuevo: muchas gracias.

presidente figueiredo destaca a excelência das relações entre brasil e espanha

Brinde do Presidente João Figueiredo, na Embaixada espanhola em Brasília, em 17 de maio de 1983, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo Rei da Espanha, D. Juan Carlos I.

Majestade,

Suas amáveis palavras refletem, de forma generosa, o clima de amizade e de entendimento que marca a visita de Vossas Majestades ao Brasil. Ao mesmo tempo, bem ilustram a excelência das relações entre os nossos dois países.

A freqüência das visitas de alto nível trocadas por autoridades espanholas e brasileiras, nos últimos anos, atesta o interesse recíproco e a vontade política de traduzi-lo em benefício de nossos povos.

Nossa cooperação bilateral vem-se desenvolvendo de modo construtivo e dinâmico. Nos campos da cultura, da indústria, do comércio, da técnica e da tecnologia assomam perspectivas promissoras de maior colaboração e, portanto, de aprimoramento das relações bilaterais.

Vossas Majestades deixarão Brasília para conhecer, a partir de amanhã, outras cida-

des brasileiras. Como em Salvador e aqui, também no Rio de Janeiro e São Paulo terão a oportunidade de verificar os frutos da civilização ibero-americana em nosso país e testemunhar a amizade e admiração que o povo brasileiro vota ao povo espanhol e aos seus soberanos.

É meu desejo que Vossa Majestade e a Rainha/Sofia levem de nossa terra a imagem de um povo irreversivelmente comprometido com a amizade e a cooperação no plano internacional e com a busca de seu desenvolvimento integral, nos planos político, econômico e social.

Ergo minha taça, e peço a todos que me acompanhem, num brinde à amizade entre os povos espanhol e brasileiro, à grandeza e prosperidade da Espanha e à felicidade pessoal de Don Juan Carlos I e Dona Sofia.

rei da espanha recebe homenagem do congresso nacional

Discursos do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Luiz Viana Filho, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, Deputado Fernando Lyra, do Presidente do Congresso Nacional, Senador Nilo Coelho, e do Rei da Espanha, D. Juan Carlos I, em Brasília, em 17 de maio de 1983, por ocasião da sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos Reis da Espanha, Juan Carlos I e D. Sofia.

SENADOR LUIZ VIANA FILHO

Senhor Presidente do Congresso Nacional,
Senhor Presidente da Câmara dos Deputa-

dos. Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal. Senhores Embaixadores. Senho-

res Ministros de Estado. Senhores Senadores. Senhores Deputados. Senhores Oficiais-Generais. Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores. Senhor Governador do Distrito Federal. Senhor Arcebispo de Brasília. Sua Majestade Juan Carlos I.

Para o Congresso Nacional, expressão maior da nacionalidade, é uma honra receber Sua Majestade o Rei da Espanha. Reunir-se, porém, para acolher a visita do Rei Juan Carlos I é, mais que isso, a feliz oportunidade para expressarmos a nossa admiração por uma das grandes personalidades do nosso tempo, e na qual saudamos não somente o monarca, mas, também, o bravo soldado da democracia e da liberdade. Admiração tanto maior quanto, além de sermos orgulhosamente ibéricos, guardamos em nossa História um pouco da Espanha do período dos Felipes, que assinala a fusão das coroas de Espanha e Portugal.

Não exagero dizendo que, territorialmente, nada mais importante para o Brasil do que haveremos podido apagar a fictícia linha de Tordesilhas, e abrir caminhos pelos quais as bandeiras paulistas mudaram as fronteiras do Continente: foi a extraordinária marcha para o Oeste que, numa expansão sem precedentes, traçou a atual configuração do Brasil. E se a podemos realizar pacificamente, preparando os marcos consolidados pelo Tratado de 1750, devemo-lo ao período filipino, que, embora breve e passageiro, imprimiu marcas indeléveis em nossa vida.

Apesar das diferenças jamais desaparecidas entre as duas nações peninsulares, de tal modo se projetou no solo do Novo Mundo à época dos três Felipes, que o ilustre historiador brasileiro, Alfredo Elis Júnior, chegou a afirmar que durante o domínio filipino "não houve fronteiras nas Américas lusa e espanhola". Idéia esta repetida por Hélio Viana, para quem, "enquanto muitos espanhóis se estabeleciam em povoações brasileiras, o que antes lhes era defeso, por seu lado muitos luso-brasileiros, em entradas e bandeiras, também penetravam em regiões

anteriormente atribuídas à Espanha". Coincidiu esse momento de recíprocas facilidades com aquele em que a Espanha se voltara preferentemente para as cobiçadas riquezas do Peru, permitindo caminhássemos desembaraçadamente na pobre imensidade da Amazônia. Expandimo-nos, assim, entre a generosa riqueza de Felipe II, em cujas terras o sol nunca desaparecia, e a insaciável ambição territorial dos bandeirantes. A propósito de Raposo Tavares, talvez o mais impetuoso dos nossos sertanistas, escreveu Jaime Cortezão que havendo a Espanha pensado, em 1610, criar nova governação nos territórios do Prata, abrangendo a província de Guaíra, o Vice-Rei do Peru, Marquês de Montes Claros, consultado, respondeu que "se pudiera meter en esta Governacion nueva la Vila de San Pablo". Ao que acrescentou com prudente conhecimento de causa:

"Pero nada es tan dificultoso de emprender como quitar un torron de tierra de la Corona de Portugal. . ."

Bem se compreende, portanto, a nossa dívida para com a Espanha, que, não opondo embargos aos caminhos naturais da geografia, permitiu aos paulistas a tranqüila ocupação, base do *uti possidetis*, que, mais do que os territórios, nos tem assegurado a paz com toda a América Espanhola.

Igual à dívida pela composição do nosso mapa, é a que nos advém da cultura espanhola, aqui presente desde a Colônia. Observa Alcântara Machado, no seu famoso estudo retrazendo a *Vida e Morte dos Bandeirantes*, que entre os velhos papéis cartoriais das bandeiras do século XVII, encontra-se um exemplar das *Novelas Exemplares*, e duas oitavas camonianas. Prova de que Cervantes e Camões acompanharam os destemidos conquistadores, cujas jornadas amenizaram com as suas histórias e os seus cantos. Às armas dos guerreiros uniam-se as flores da literatura. Fato, aliás, em nada surpreendente, de tal modo intensa a comunicação entre as duas línguas que bem poucos escritores de então não manejeram indistin-

mente o espanhol e o português. Camões, por exemplo, versejou em espanhol, do mesmo modo que Cervantes usou o português. Gil Vicente, dos grandes autores renascentistas da península, escreveu em espanhol mais de metade da sua produção dramática. E assim foram Quevedo, Sá de Miranda e Góngora.

Mas, já que falamos em Quevedo, impossível esquecer haver sido ele quem primeiro nos ensinou a língua da liberdade. Realmente, foi o seu gênio que nos deu o molde da sátira de que se valeram poetas e pregadores para criticarem costumes e autoridades, no período colonial. Exemplo típico desses poetas de formação quevediana é Gregório de Matos, *o Boca do Inferno*, que, com a implacável fala quevediana, desmoralizou preconceitos e governadores, revelando-lhes as fraquezas, os ridículos e os pecados. Do mesmo modo, o padre Antônio Vieira, despejando dos púlpitos os seus repetidos apólogos, nada mais fez que atravessar o Atlântico com as lições de Quevedo, o primeiro a nos ensinar uma linguagem que, usada pelos poetas, seria a voz primitiva da liberdade do Novo Mundo.

E que dizer de Cervantes com o seu Quixote, "perpétua fusão da ilusão e da realidade"? San Thiago Dantas, espírito dos mais lúcidos, afirmou não hesitar em afirmar que, "sem o Quixote, o espírito ocidental, especialmente o ibérico e ibero-americano, teria tido outros caminhos". E Francisco Campos, erudito estadista brasileiro, assim conclui um estudo sobre a "Atualidade de D. Quixote: "Este nosso mundo de hoje, que é como Sancho abandonado por seu amo, reclama a volta de D. Quixote, por sentir que sem ele a sua vida não teria sentido. . . o que o homem dos nossos dias pede e reclama, o que ansiosamente espera é o retorno de D. Quixote". Que dizer de mais eloqüente sobre a eterna presença de Cervantes?

Mais significativo na história de nossas relações é que o tempo, com as mudanças e trans-

formações que lhe são inerentes, jamais colocou uma leve sombra na recíproca estima entre o povo brasileiro e o povo espanhol, que aqui encontra a cordial acolhida para se integrar em nossas comunidades, com elas colaborando para a prosperidade comum. Por certo não passou despercebido a Vossa Majestade, ao pisar o chão da Bahia, que ainda lembra D. Fradique de Toledo Osório expulsando o invasor, a perfeita identidade entre a laboriosa colônia espanhola, das maiores do Brasil, e as suas realizações destinadas a promover o bem comum.

Se falei do glorioso passado da Espanha e da pujança da sua cultura, foi justamente para ressaltar o seu presente e o seu futuro. Faço-o atento àquele conceito de Unamuno que dizia "ser o presente um esforço do passado para se tornar futuro". Graças à incomum coincidência, somos contemporâneos, não só da atual, mas de três Espanhas distintas cada uma delas com as suas peculiaridades, todas elas desaguando no extraordinário estuário da grande Espanha de hoje, na qual, sob o cetro de Vossa Majestade, e dentro de sólida e vigorosa unidade da nação espanhola, emergem o progresso ao lado da ordem, a paz fundada na segurança e a esperança defraldada pela liberdade. Razão teve Vossa Majestade quando, ao falar perante as Cortes e o Conselho do Reino, em novembro de 1975, afirmou que naquele dia começava uma nova era na história da Espanha. Realmente, assim foi. E a Espanha que surgiu com Vossa Majestade como que nos lembra aquelas palavras de Ortega y Gasset, o grande pensador político, para quem o liberalismo é a suprema generosidade — "é o direito que a maioria outorga à minoria, e é, portanto, o mais nobre grito que soou no planeta". E esse grito ressoa hoje pelas terras da Espanha.

Volvida quase uma década, quando as palavras deixam de ser apenas aspiração ou ideal, a era nova da qual foi Vossa Majestade o anunciador aí está como uma das mais esplêndidas realidades do nosso século, pois

representa a conquista da estabilidade política dentro da livre multiplicidade das opiniões. Voltado para um passado grandioso, que deu à Espanha a unidade, a paz e a grandeza, desejou Vossa Majestade poder agir como um moderador, guarda do sistema constitucional e promotor de justiça. Sabemos quanto era árdua e difícil a nobre missão a que Vossa Majestade se propunha. E realmente muitos espinhos e muitas pedras se colocaram no seu caminho. Mas, prova de que o destino escolheu o homem certo para a extraordinária renovação política da Espanha, tudo foi vencido graças à energia, à coragem, à determinação e à fé nos ideais do povo espanhol, características da personalidade de Vossa Majestade. Diz-se haver sido Vossa Majestade educado para ser Rei — ninguém, no entanto, é educado para ser líder, pois para este se exigem virtudes vindas do berço. E Vossa Majestade se tornou não apenas o Rei, mas o grande Líder de uma grande Espanha. Felizes aqueles aos quais é dado, de século em século, a oportunidade de aprimorar o curso da História para o bem do povo e a grandeza da Pátria. E disso pode Vossa Majestade se orgulhar, pois graças ao realizado em breve período Vossa Majestade não é apenas o moderador que desejou ser, mas o árbitro querido e admirado dos destinos do povo espanhol.

Discreta e obstinadamente semeou: e a messe bendita aí está. Foi Vossa Majestade o tranqüilo artífice ao qual se deveu unirem-se em torno da Coroa forças até bem pouco infensas à monarquia. Conquistada a confiança da nação foi Vossa Majestade o fiador do Pacto de Moncloa, base da reconciliação do povo espanhol, num passo corajoso e definitivo para a democracia.

Num mundo tão conturbado como o em que vivemos, o exemplo da Espanha, sobrepondo-se a dificuldades políticas, econômicas e sociais, para implantar um regime livre e democrático, constitui uma luz para todos nós. É admirável a esperança plantada no

coração dos espanhóis, sepultando preconceitos e temores vindos do passado, para que todos, sem qualquer distinção, se dêem as mãos, conciliados em torno dos mais altos ideais da Pátria.

Permita Vossa Majestade que diga quanto nos sensibilizaram estas palavras dirigidas aos brasileiros: "A Espanha quer participar e conviver convosco dia a dia, pois somos um vínculo perene, profundo e vital entre a Europa e a América". E nós aqui estamos para, na medida que nos for possível, fazê-lo dia a dia mais vigoroso.

Não concluirei sem dizer quanto somos reconhecidos a Vossa Majestade por haver, à honra que ora nos faz, acrescido a gentil e delicada presença de Sua Majestade a Rainha Sofia, a quem pedimos vênias para apresentar as homenagens de admiração e os sinceros votos por um longo e venturoso reinado ao lado de Vossa Majestade.

E a Vossa Majestade, que tão bem representa a Espanha na grandeza da sua História e do seu futuro, a saudação respeitosa e fraterna do povo brasileiro.

DEPUTADO FERNANDO LYRA

Se é grande a honra de saudar o Rei Juan Carlos I, da Espanha, asseguro-lhes que muito maior é a honra e o prazer de saudar um grande estadista e democrata, o Rei Juan Carlos I, da Espanha.

Mais do que um democrata, é um exemplo, que tenho a honra de saudar, em nome dos meus companheiros Deputados, em nome da Câmara, em nome de milhões de democratas brasileiros que olham com simpatia, compreensão e respeito para este grande estadista que sem hesitação, sem transigências, sem dúvidas, levou o seu povo a saltar uma etapa histórica e maduramente entrar em uma nova era de liberdade.

Majestade, nós desta Câmara dos Deputados, nós de todos os rincões deste País, transmitimo-vos nossos mais sinceros respeitos e nossos agradecimentos por vossa visita.

E isto nós o fazemos porque conhecemos a história de vosso povo, a história de vossa nação e muito especialmente, e com um enorme respeito, conhecemos a vossa história pessoal, o vosso papel fundamental nos destinos de vosso povo. Conhecemos o vosso exemplo em todo o cenário da história da Europa e da história mundial neste final de século.

Majestade, a Espanha não nos chega agora. Ela nos chegou muito antes, há quase exatamente 500 anos, através de um outro 'Navegante', Cristóvão Colombo. Desde então, nosso relacionamento com a Península Ibérica tem sido constante.

Somos a parte além-mar da Península Ibérica. Uma nova e grande Península que teve a audácia de buscar a independência, teve a ousadia de manter a irmandade com as antigas metrópoles e hoje tem o bom senso de procurar aprender outra vez as lições que vêm de além-mar, do Portugal dos Cravos e da Espanha da Coroa.

Durante 400 anos mantivemos uma relação que nos permitiu assimilar a religião, o valor dos bravos heróis ibéricos, os conquistadores e os bandeirantes, a educação, a alegria, o amor e as boas coisas da natureza e da cultura popular.

Como continuador da obra dos grandes reis, temos que agradecer a Vossa Majestade o estar presente como encarnação simbólica de um povo e de uma nação. Estar presente historicamente, sem descontinuidade, e estar presente aqui e agora no momento histórico em que vivemos.

Majestade, a experiência espanhola dada pelo processo liderado com sabedoria, legiti-

midade, continuidade, respeito, patriotismo e, sobretudo, estadismo, é uma lição que vossa presença aqui nos faz lembrar com toda atenção.

Todo o povo brasileiro observa o que pode ser feito por um chefe de Estado que é capaz de transmitir ao seu povo, à sua nação, a confiança na sua palavra, nas suas intenções. Vossa Majestade conseguiu realizar um salto que os espanhóis vivem e do qual se orgulham, e que nós, na América Latina, olhamos com admiração e esperança.

Mas isto não ocorreu por acaso. Não foi sem providências e ações muito claras, não foi sem um ordenamento precisamente traçado e respeitado.

Senhores, há datas e frases na história de cada povo que são inesquecíveis. Que as gerações contemporâneas se lembrem do exato momento e do lugar onde as escutaram, e as gerações futuras aprenderão nas escolas e repetirão com orgulho. Aqui no Brasil, Majestade, todos lembramos o dia e a hora em que D. Pedro I gritou-nos "Independência ou Morte!" Na Espanha as gerações futuras lembrarão o dia em que, a poucos minutos de assumir a Chefia do Estado, Vossa Majestade conseguiu unir os dois lados de uma nação separada pelo abismo da guerra civil, partida por 30 anos e reunida pelo brado destemido de "Soy el Rey de todos los españoles".

E, como disse Cervantes: "Y era la verdad que por él caminaba".

Mas era apenas o começo, o primeiro passo de um longo caminho. Um caminho árduo, difícil, incredivelmente difícil, que só foi possível seguir graças ao fato de impor a confiança de que o percurso seria cumprido. De que não haveria transigência além do caminho traçado, e, sobretudo, graças à decisão de chamar o povo para percorrer ele próprio o seu caminho, com dois plebiscitos e duas eleições, em um prazo de ape-

nas 2 anos. Decidindo, o próprio povo, a nova ordenação política; criando seus Partidos, livremente, sem amarras nem preconceitos; legalizando todos os Partidos; elegendo os membros de sua constituinte e aprovando-a, diretamente, em plebiscito; definindo, com confiança, o marco legal do futuro nacional.

Esta confiança e participação foi a pedra de base de todo o processo. E teria sido impossível percorrer o longo caminho que a Espanha percorreu se não houvesse essa confiança; mas seria igualmente impossível ter essa confiança se o Estado espanhol tivesse transigido, se tivesse demonstrado debilidade nas intenções pronunciadas, menosprezo à lucidez do seu próprio povo, livre e soberano; se mostrasse qualquer diferença entre palavras e atos; se mostrasse partidarismo onde necessário se fazia um estadista; preconceito, onde necessário se fazia um juiz. E Vossa Majestade foi o Estadista e o Juiz. O Avalista diante do povo. Avalista de Espanha diante da Espanha.

Mas a credibilidade não se obtém por milagre. Não fosse a legitimidade existente e reconfirmada no comportamento, impossível seria o caminho. Vossa Majestade chegou com a legitimidade natural que por tradição histórica nas monarquias é dada a imperadores e reis, da mesma forma que nos regimes latino-americanos as legitimidades têm sido dadas tradicionalmente através das eleições diretas para Presidente. Em uma legitimidade própria, e confirmada no dia a dia da prática de representante do Estado e não do Governo, criou-se a confiança; e através destes dois pilares houve a transição e constituiu-se a Democracia Real Espanhola.

Majestade, estes dois únicos fatos seriam suficientes para colocá-lo entre as maiores figuras da história do século XX. Mas todos sabemos das dificuldades que atravessou a

Espanha e isto não seria possível sem uma marcante ação de estadista.

Estadista no sentido de ter o sentimento mais profundo da nacionalidade, de ter a consciência da história inteira do seu povo e de sua nação, de saber distinguir as motivações pessoais dos interesses nacionais, de saber distinguir os desejos íntimos do homem das aspirações do povo em cada momento.

O estadismo do sentido do momento histórico.

Em cada momento estamos entre o já muito tarde e o ainda demasiado cedo. Nossas sociedades, desacostumadas a compor no livre jogo da democracia, se dividem entre os que querem saltar etapas e os que querem impedir o progresso social e político. Os que temem ousar e sonhar e os que ousam confundir com real aquilo que ainda é apenas um sonho. O líder, porém, o líder estadista, com seu sentimento político, compreende a real dimensão do viável. Sente o possível da composição das forças que se opõem dentro da mesma sociedade.

Não estancar e nunca se precipitar é o desafio dos graves momentos de transição.

Desafio que no caso da Espanha foi enfrentado com a perfeição da coragem, da lucidez, da imaginação. Havia os apressados e muitos eram os que não queriam caminhar; havia os que queriam, sob a força, unir cada parte, e os que, sob a força, queriam partir o país. Havia os que queriam ampliar a parcela de lucros e os que lutavam para melhorar os salários. Eram quase 40 milhões de intenções a compor. E a composição foi possível. Foi viabilizada por um diálogo leal, por um pacto firmado através do encontro de Moncloa. Nome que é um exemplo aos demais países que enfrentam momentos de transição. Um exemplo de que é falso esconder a existência do real que se manifesta na luta entre classes de uma mesma nação. Um exemplo de que por trás desta luta real há a enorme realidade do conjunto de toda a nação.

Além, muito além dos conflitos está a comunhão de interesses. Que não são constantes, que são mutáveis, mas que apesar disto existem, ainda assim. O papel do estadista é criar as condições para que estes interesses sejam descobertos e o pacto seja firmado. Não se trata de esconder a realidade da luta de classes, mas sim de descobrir a outra parcela do real que corresponde aos pontos comuns.

E a Espanha sob vossa liderança soube fazer tudo isto graças à definição clara das regras do jogo; regras aceitas por todos, regras que permitiam a cada indivíduo participar do mesmo jogo; regras que se definiam pelos próprios agentes; regras que não buscavam definir vencedores *a priori*. Norma maior de que, fosse qual fosse o resultado, ele seria respeitado. Vossa Majestade foi o árbitro que assegurou todo o processo.

Pela sensibilidade e força moral do estadismo, foi possível a Vossa Majestade cumprir, liderando, mas junto a todos, com fé, sem transigência, com a coragem de crer na lucidez do povo para guiar seu próprio destino, foi possível cumprir o cronograma do percurso entre junho de 1976 e outubro de 1982. A posse do primeiro governo eleito e a anistia; a lei de reforma política e o primeiro plebiscito; a legalização de todos os Partidos, sem medo nem exclusão; a eleição livre de uma constituinte soberana; o consenso somado em nome da nação; o novo plebiscito onde o povo ratificou sua Constituição; o pacto entre os sindicatos e os Partidos e, finalmente, as duas eleições gerais que culminaram com a posse de um governo socialista, provando que o jogo democrático é participação, sem exclusão, de todas as forças, e que aceita como natural a alternância do poder entre os Partidos, como um fato real e concreto na democracia.

Um cronograma difícil, mas um percurso traçado sob a paz do estadista que confia e é confiado, do Monarca legítimo e que se legitima cada dia mais na ação de ser o Monarca, de cumprir os seus pensamentos "Mi

pulso no templaré" e "Soy el Rey de todos los españoles", fazendo verdade e história, no outro lado do mar, daquilo que aqui ainda é apenas um sonho do poeta que diz:

"Se a esperança varresse o medo,
E as palavras fossem cumpridas,
Se a poesia não fosse um sonho,
E a história fosse nossa história."

Vossa Majestade uniu o povo e o fez varrer com o medo; construir a esperança e está, como nenhum chefe de Estado atual, fazendo a história própria de seu povo. É por isto, pelo exemplo, pela fé, pela confiabilidade, legitimidade e estadismo, que nós agradecemos a Vossa Majestade ter vindo.

SENADOR NILO COELHO

Ao receber no Congresso Nacional Vossas Majestades, o Rei e a Rainha da Espanha, estamos realmente acolhendo a própria Espanha sintetizada no que a nação tem de melhor para ostentar como exemplos humanos da atualidade. Hoje é um dia de extraordinária singularidade na história do Parlamento brasileiro. O Brasil saúda Juan Carlos I, o Rei Liberal, e presta reverência à Rainha Sofia, com toda alegria da família brasileira.

Recebemos neste recinto da nacionalidade o Chefe de Estado de uma nação a quem estamos ligados pelo sangue e pelo espírito, por profundos vínculos históricos e culturais, uma nação que nos legou traços marcantes e significativos em nossa feição nacional.

Foi Vossa Majestade, em suas próprias palavras, quem melhor definiu os laços que nos ligam no presente à nossa origem remota e ao destino futuro dos povos ibero-americanos:

"Somos um vínculo perene, profundo e vital entre a Europa e América."

“O Brasil e a Espanha têm como patrimônio comum a realidade cultural herdada de sua latinidade, de seu iberismo.”

As duas Casas do Congresso — Câmara e Senado — estão honradas com a presença de um homem que faz, realmente, a História Contemporânea mais ativa e dignificante, dentro da autonomia candente da política interna e externa dos países.

Exaltamos hoje o estadista visitante, exemplo ao mundo de um Monarca conciliando com sabedoria, como chefe de Estado, símbolo da sua unidade e permanência, com seu poder de árbitro moderador, a garantia de funcionamento regular das instituições políticas e o respeito à soberania da vontade popular expressa pelo sufrágio universal do voto livre.

Quantas nações serão tão históricas no mundo quanto a Espanha das primeiras colonizações, mesmo a Espanha romana, a visigótica e a muçulmana. A Espanha quando da chegada da Reconquista e do período dos Descobrimentos dos séculos XVI e XVII, a Espanha dos Bourbons e dos tempos da era contemporânea até 1969, grande marco, quando foi aprovada a lei que fez Dom Juan Carlos de Borbon y Borbon — Príncipe da Espanha — seu futuro Rei em 1975.

A alma brasileira é um tanto espanhola, não apenas porque em nossas fronteiras reside um grande contingente populacional vindo da Espanha, não somente porque durante 80 anos fomos um Brasil espanhol, a alma brasileira é um tanto espanhola também porque o povo brasileiro, em suas origens mais remotas e nativas, foi evangelizado pelo grande missionário José de Anchieta, tão grande quanto a obra jesuítica no Brasil. Quando a Igreja o elevar aos altares da canonização ele será, ao mesmo tempo, um santo brasileiro e espanhol.

A alma cultural brasileira recita a poesia

mística de Santa Tereza de Ávila e de São João da Cruz.

Que país tão profundamente literário, de atitude aberta aos horizontes do espírito e da cultura quanto a Espanha do *Poema do Cid* — do século XII, que projetou a coragem hispânica através da epopéia anônima do grande comandante que vence, mesmo morto, a última batalha.

Espanha de Cervantes, do Renascimento, que renovou a literatura com Don Quixote de la Mancha. Espanha de Azorin, de Miguel Unamuno, de Antonio Machado, de Pio Baroja e de Vicente, Alexandre, de Frederico Garcia Lorca, Ortega y Gasset, de Ramón Menéndes Pidal e Madariaga. Que país será mais visual do que a Espanha de El Greco, de Velasquez, do Goya, de Picasso, de Miró, de Juan Gris e de Salvador Dali.

A vossa visita nos dá a emoção gratificante do retorno às origens, aquele sentimento que, como pessoas, temos na maturidade quando respiramos o ar e pisamos o solo que nos acalentaram os sonhos da infância.

O Brasil saúda no Rei Juan Carlos a lucidez que, compartilhada com o então Primeiro-Ministro Adolfo Suarez, mostrou ao mundo a sensatez política do amadurecimento que propiciou o reingresso da Espanha no território estimulante da Democracia, em 1976.

Estas duas Casas do Congresso, aqui reunidas, querem prestar o tributo do respeito ao grande Monarca, que não se fechou em absolutismos, inspirado talvez por outro Rei, igualmente importante para a Espanha, Fernando, o Católico, que começou o processo da unidade espanhola que hoje tem em Castela o seu pólo de integração.

A Espanha de Dom Miguel de Unamuno faz parte da nossa cultura e das nossas circunstâncias.

Diante de Vossa Majestade queremos evocar, como o fez Ortega y Gasset, o qua-

dro *Homem com mão no peito*, vendo na obra de El Greco o símbolo romântico de uma figura com o coração incandescente.

Vossa Majestade é um pouco esse homem espanhol, espanhol e universal, aureolado pelo profundo sentimento humano de inquietação e também de esperança.

Por tudo que Vossa Majestade tem feito pelo progresso e pela paz social na Península Ibérica e na América Latina, pelo extraordinário exemplo de homem público e guardião da soberania da vontade popular, pelo político de grande sabedoria e competência, eu vos saúdo em nome do Parlamento brasileiro e vos concedo, expressando a unanimidade do Conselho da Ordem do Congresso Nacional, que aprovou vosso nome em caráter excepcional, o *Grande Colar da Ordem*.

Receba Vossa Majestade, como símbolo da mais alta distinção que lhe poderia prestar o Congresso Nacional, esta insígnia, que traduz nossa homenagem suprema ao homem, ao estadista e ao regente dos destinos do povo espanhol, com quem nos identificamos, pela origem, pela cultura e pelo sentimento democrático,

Deus guarde o proteja o Rei Juan Carlos I e a Rainha D. Sofia.

REI D. JUAN CARLOS I

Sr. Presidente del Congreso;
Sres. Congressistas,

Me honra sobremanera vuestra invitación de dirigir esta álocución al Senado y a la Cámara de los Diputados de la República Federativa de Brasil reunidos en Sesión Conjunta y, a su través, al pueblo que vosotros representáis.

Para cualquier español los pueblos de América tienen un significado profundo, consecuencia lógica de una Historia común y de

la especial relación que a través de los siglos nos ha unido de forma tan permanente. No resulta sin embargo empresa fácil referirse al significado hondo de esas relaciones, por varias razones. Y es que de Iberoamérica no se puede hablar como si de un todo homogéneo se tratara, aplicando recetas generalizadoras e queriendo transferir modelos ajenos, como a veces se cae en la tentación desde algunos puntos de Europa. En el Continente Americano existen tantos tiempos históricos como naciones, lo cual supone peculiaridades nacionales y diversos grados, ritmos y niveles de desarrollo estructural. Sólo desde esa base de partida se puede intentar una aproximación a Iberoamérica.

Superada una época en la que España e Iberoamérica han estado más cerca en lo formal que en las cuestiones de fondo, se inicia una nueva etapa en la que las relaciones entre nuestros pueblos pueden y deben adoptar un común proyecto de auténtica dimensión histórica. La proyección americana de España constituye uno de los objetivos fundamentales de la política exterior de mi país y, al mismo tiempo, un compromiso que, encarnado en la Corona, quedó reflejado en nuestra Norma Suprema Constitucional: "El Rey asume la más alta representación del Estado español en las relaciones internacionales, especialmente en las naciones de su Comunidad histórica. . . ." (art. 56.1 de la Constitución).

La puesta en marcha de este proyecto es el gran reto histórico que España afrontará en los próximos años a uno y otro lado del Atlántico, porque más que una política hacia Iberoamérica, se debe hablar de una política con y al lado de los pueblos de este Continente. Las bases que regirán esa política deben ser asumidas por cualquier gobierno democrático español, independientemente de su signo político: en consecuencia, por todas las fuerzas políticas y sociales del país, obedeciendo a una auténtica política de Estado. Esta concepción estatal ha quedado expuesta con ocasión de mis anteriores viajes al Continente hermano, tratan-

do de fijar las líneas generales de estos vínculos en sus dimensiones exactas.

En más de una ocasión he manifestado que deseamos mantener relaciones permanentes y profundas con el Continente Iberoamericano porque por encima de los gobiernos, que son coyunturales, están las relaciones con los pueblos, que son permanentes. Esta es la filosofía que informa la política exterior española cara a nuestra presencia en América Latina. Continuidad de esa presencia, expresión del respeto entre los Estados y del principio de no ingerencia en los asuntos internos de otros países. La idea quedaría, no obstante, inoperante si no pudiéramos desarrollar junto a esa política de Estado, de forma paralela, una 'política de los pueblos'. La solidaridad con los pueblos que luchan por la libertad y la democracia, la defensa de los derechos humanos, la promoción de la justicia, el progreso y la paz son valores universales que defendemos activamente y que España planteará en cuantos foros internacionales pueda hacer oír su voz.

Sr. Presidente del Congreso;
Sres. Congressistas,

Al dirigirles la palabra a ustedes no puedo sino señalar lo digno de encomio que resulta la vía brasileña de desarrollo político que deforma tan esperanzadora quedó abierta en su día.

El pluralismo político como base de la consolidación de la democracia, el equilibrio entre un sistema de libertades y el mantenimiento del orden público, el respeto fiel y constante a los derechos humanos y la presencia en el esquema democrático de todas las minorías, son condiciones que convergen en el supremo ideal democrático. La democratización, además, supone hoy — en éste como en otros Continentes — la palanca básica para la consolidación del desarrollo social y económico.

Yo me permito pues públicamente felicitar aquí a los nuevos Senadores y Congressistas elegidos por el pueblo brasileño el 15 de noviembre, en elecciones libres. En vuestras manos están depositadas ahora las expectativas de una transición democrática a la que comienza a mirar el mundo no ya con interés, sino con auténtica admiración y respeto. Tal es el valor de vuestra difícil andadura.

Aquellas conquistas están en la línea de la más honda tradición humanista de nuestros pueblos y del reconocimiento de los valores liberales que distinguen a nuestra mutua tradición occidental, que arrancan del siglo XIX. En los momentos actuales, en que se aspira al establecimiento de un nuevo orden internacional; en las tensiones de los grandes problemas de esta segunda mitad del siglo XX, es precisamente cuando las dificultades hacen más necesario el cambio. Cambio de actitudes, cambio de perspectivas, cambio de instrumentos en los planteamientos de nuestra filosofía y de nuestros modos de acción.

Sr. Presidente del Congreso;
Sres. Congressistas,

En el orden internacional se hace preciso el reconocimiento del margen de autonomía necesario para defender los intereses nacionales, dentro del respeto de los equilibrios regionales o globales. Creo que en este sentido Brasil ha dado pruebas más que suficientes, durante los últimos años, de esa autonomía de criterios y de acción al mantener posiciones propias en sus relaciones internacionales que no vienen sino a enriquecer la unidad de las acciones regionales o hemisféricas. La larga tradición de diálogo y flexibilidad de vuestro pueblo, la inagotable capacidad de asimilación y absorción de que Brasil ha dado muestras sobradas desde el momento histórico del grito de Ypiranga, son valores espirituales permanentes que ayudarán sin duda a cimentar el definitivo peso específico de América en el mundo

del siglo XXI. Pero aún antes, en la difícil crisis global que vivimos en nuestros días, esas virtudes reconocidas de vuestro pueblo, abierto siempre al diálogo constructivo y a la crítica creativa, ayudarán sobremedida a buscar una salida a las penurias financieras del momento actual y a solidificar los procesos de integración regional y subregional actualmente en marcha.

La riqueza del pluralismo político, de la que sois representantes, presta un gran servicio a la Comunidad de intereses de todos los pueblos americanos que miran hoy con fe y esperanza el futuro inmediato de este gran país.

El generoso espíritu de la libertad que constantemente ha nutrido el ideario de vuestros más destacados portavoces y de vuestros

tras leyes, sirviendo con fidelidad a vuestro pueblo, encierra la clave interpretativa de un futuro de creciente concordia y de grandes realizaciones.

No quisiera acabar estas meditadas palabras sin hacer una referencia a la inalterabilidad y permanencia de los vínculos reales, con base en la cultura y en la Historia, que unen a España con este Hemisferio, con sus pueblos hermanos de América. Rindo pues homenaje ante estas Cámaras reunidas en Sesión Conjunta a las naciones soberanas e independientes de Iberoamérica que, como es el caso de Brasil, siguen constituyendo para España el norte y la guía de nuestra política exterior. No en vano, señores Senadores y Diputados, España tiene sus intereses fuertemente anclados en esta parte del Atlántico.

na entrevista à agência espanhola efe, presidente figueiredo fala das relações brasil-espanha

Entrevista do Presidente João Figueiredo à Agência Espanhola EFE, concedida em Brasília, em 12 de maio de 1983, quatro dias antes da chegada ao Brasil do Rei da Espanha, D. Juan Carlos I.

Pergunta— Senhor Presidente, nos próximos dias, vai hospedar o Rei da Espanha, Juan Carlos de Borbon, motor da redemocratização naquele país. Existe um paralelismo inegável entre a tarefa presidencial de Vossa Excelência e a desempenhada pelo monarca espanhol. Qual é sua opinião sobre a figura do Rei, sua obra, o processo político espanhol e os pontos em comum que possam existir com o processo brasileiro?

Resposta— A visita do Rei Juan Carlos se inscreve no quadro do fortalecimento das relações entre Brasil e Espanha. Desse processo, não deve ser abstraído o patrimônio

histórico cultural comum que une os dois países. Ao mesmo tempo, a iniciativa da visita demonstra também o objetivo de darmos maior profundidade e abrangência aos vínculos entre Brasil e Espanha.

A figura do Rei Juan Carlos de Borbon está intimamente associada ao papel que tem protagonizado no sentido de assegurar a seu país o aprimoramento de um processo político pautado pelos ideais de democracia e pluralismo. O desenvolvimento da sociedade brasileira tem igualmente por escopo o aproveitamento pleno das nossas potencialidades como nação a partir de um quadro de referências em que o caminho democrá-

tico e o pluralismo político se inscrevem como parâmetros essenciais. Entre muitas outras identificações, aí se encontra um vínculo especial entre Brasil e Espanha nas suas atuais trajetórias políticas.

Pergunta — Senhor Presidente, Espanha não é uma superpotência e também não pertence à Comunidade Econômica Européia, não caindo também na esfera terceiro-mundista. Seriam essas as causas, possivelmente, para que as relações Brasil Espanha sejam politicamente tímidas e comercialmente pouco substanciais. Senhor Presidente, a visita do Rei pode representar a grande oportunidade para que brasileiros e espanhóis comecem a conhecer-se e compreender-se melhor?

Resposta — Brasileiros e espanhóis se conhecem e se compreendem muito bem. Há uma atmosfera natural de cordialidade e simpatia entre os povos espanhol e brasileiro. É ainda inegável a importância do legado espanhol ao processo histórico e de desenvolvimento do Brasil. Em nossos dias, a numerosa colônia espanhola que vive no Brasil participa significativamente do nosso esforço de construção de um futuro melhor para todos nós.

Não há dúvida, entretanto, que a visita de D. Juan Carlos será marco importante para as relações Brasil/Espanha e dará impulso a sua consolidação e dinamização. E tem sido precisamente este o objetivo dos dois governos. A troca constante de visitas de altas autoridades brasileiras e espanholas tem permitido uma maior convivência e um melhor conhecimento das oportunidades de ampliação do variado intercâmbio Brasil/Espanha.

Tudo isso não quer dizer, evidentemente, que nos tenhamos acomodado ao estágio atual de nossas relações. A ampliação e intensificação das relações Brasil/Espanha em todos os campos é um objetivo permanente.

Pergunta — Senhor Presidente, houve seu compromisso de fazer do Brasil uma demo-

cracia e deu passos concretos e importantes nesse sentido. Porém, observando-se a vida política brasileira, sente-se que falta ainda um importante trecho do caminho que completaria sua obra. Quais são os pontos básicos até 85 de sua obra política?

Resposta — Não vejo a democracia como obra política exclusivamente minha, nem tampouco como um caminho que se completa. Visualizo o caminho democrático como um processo que se aprimora continuamente, se enriquece com os dados de evolução histórica e se consolida na medida em que fortalece o tecido social da nação.

O Brasil vive conjuntura econômica moldada pelas repercussões negativas da crise econômica internacional. A austeridade no dispêndio governamental e o esforço coletivo no sentido de promover a recuperação econômica são essenciais ao nosso esforço atual como nação. Esse caminho se complementa com o aprimoramento de nossa vida político-institucional. A trajetória política brasileira busca, assim, ampliar o esforço para a superação da atual crise econômica e para o aproveitamento de nossas potencialidades como nação, num quadro que tem como um de seus parâmetros a consolidação do processo democrático em nosso país.

Pergunta — Senhor Presidente, a crise econômica interna incidiu particularmente nos setores menos favorecidos, configurados inclusive naquilo que o Senhor chamou de “uma enorme dívida social”. Os incidentes de São Paulo deram a impressão de ser um sinal de alerta sobre alguns problemas sociais que podem desembocar em desestabilização, sendo aproveitados por forças contrárias a sua obra de governo. O problema social brasileiro não pode ser um agente capaz de desmontar o processo de abertura? Quais são as garantias de estabilidade e continuidade desse processo ?

Resposta — O desenvolvimento da sociedade brasileira nas últimas décadas, ao consolidar o processo de industrialização e ampli-

ar as faixas de mobilidade social, leva à emergência de desequilíbrios sociais inerentes a economias em transformação. Não compartilho a percepção de que os problemas sociais brasileiros poderão desmontar a nossa trajetória político-institucional. Acredito que as potencialidades inerentes à economia brasileira ampliam a nossa capacidade de ajustamento diante das dificuldades impostas pela atual crise econômica. No plano político, a participação da sociedade no projeto político de consolidação do caminho pluralista se amplia e se aprofunda. A meu ver, aí se encontram as garantias mais efetivas da continuidade do desenvolvimento brasileiro.

Pergunta — Senhor Presidente, existe uma certa análise e enfoque dos problemas brasileiros. Baseado nessa visão, pergunto: seu país não está pagando um preço agora por haver querido ser uma grande nação, equidistante das grandes potências e dirigida fundamentalmente ao relacionamento com o Terceiro Mundo? E mais, pretendendo-se que o Brasil desempenhasse um papel de grande importância? Não estou me referindo às alegadas e desmentidas intenções hegemônicas brasileiras.

Resposta — O relacionamento internacional do Brasil não é seletivo ou restritivo. Ele flui, sem inibições, tanto com relação ao Norte desenvolvido quanto com relação aos países em desenvolvimento. O Brasil pertence, como já foi dito tantas vezes, simultaneamente ao mundo ocidental, com o qual temos relações de importância histórica e atual, e ao mundo em desenvolvimento, com o qual buscamos expandir vínculos de significado crescente. Não é verdade que atribuamos, em princípio, maior prioridade para qualquer dessas vertentes de relacionamento. Na conjuntura atual, afetada pela maior crise econômica internacional dos últimos 50 anos, todo o panorama internacional viu-se afetado por problemas graves e imediatos e os países e os países em desenvolvimento, por serem mais vulneráveis à mecânica da crise, sofrem suas consequências

com maior vigor. Este, porém, não é um fator que invalide os esforços no sentido de estreitar os laços de cooperação entre os países do Terceiro Mundo, baseados no respeito mútuo, na igualdade e na busca criativa de novas modalidades de intercâmbio.

Pergunta — Senhor presidente — A linha da atual política externa foi definida logo no início de seu Governo: prioridade para a América Latina, Terceiro-Mundismo, fim do alinhamento automático e uma linha independente. Como essa política poderá ser mantida levando em conta que o Brasil é hoje um país externamente vulnerável? Quais serão as modificações, se é que as haverá?

Resposta — É óbvio que o Brasil segue uma linha de atuação independente, pois essa é a vocação de qualquer país consciente de seus próprios interesses. Mas a enumeração de prioridade contida em sua pergunta é algo arbitrária. Poderíamos falar, em termos de definições globais, que o Brasil se orienta, em seu relacionamento internacional, pelos princípios do universalismo, da boa convivência e da dignidade nacional. Tais princípios têm validade permanente e é claro que não teria sentido pensar em modificá-los ao sabor das flutuações da conjuntura. Do mesmo modo, nosso relacionamento com a América Latina, seja como um valor em si mesmo, estimulado pela vizinhança, seja no contexto maior da aproximação entre os países do Sul, seguirá sempre sendo objeto da atenção cuidadosa do Governo brasileiro. Da mesma forma, sempre indiquei prioridade para a África, com a qual temos ligações históricas, humanas e geográficas inegáveis.

Pergunta — Senhor Presidente — Gostaria de que, por seu intermédio, possa ser desfeito um dos grandes estereótipos da imagem brasileira no exterior. Quando se pergunta a um europeu pelo Brasil, lamentavelmente, ele se refere a fatos considerados como folclore. Falará do país do futebol, do samba e do carnaval. E o Brasil é uma na-

ção surpreendente e grande. Senhor Presidente, diga aos europeus o que é, o que representa e aonde vai o Brasil?

Resposta — O Brasil é um país complexo e dinâmico, com forte personalidade própria, essencialmente preocupado em tornar o sistema internacional mais adequado à superação dos obstáculos que entravam os objetivos maiores da comunidade das nações — a Paz e o desenvolvimento. Procuramos, em bases permanentes e sistemáticas, reforçar as bases da confiança internacional, através do diálogo, da negociação, da busca de

coincidências que tenham significado a longo prazo. Respeitamos estritamente as normas da boa convivência e insistimos em que elas sejam por todos respeitadas. Visamos à construção de um mundo onde a cooperação igualitária e mutuamente vantajosa seja a tônica do relacionamento entre os países e é nesse contexto que favorecemos o estabelecimento de um novo ordenamento internacional que nos coloque no caminho certo de um futuro melhor para toda a humanidade. Esta é, em essência, a visão que o Brasil deseja projetar para a comunidade internacional. *

*Na página 127, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto do Acordo Brasil-Espanha para Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

a quinta reunião ministerial do grupo dos 77, em buenos aires

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Buenos Aires, em 5 de abril
de 1983, por ocasião da V reunião Ministerial do grupo dos 77.

Senhor Presidente,

Em nome do Governo e do povo do Brasil, congratulo-me com a iniciativa do Governo argentino de sediar esta Quinta Reunião Ministerial do Grupo dos 77. Para um representante brasileiro, constitui sempre motivo de regozijo visitar esta metrópole e privar da tradicional hospitalidade desta grande nação irmã. Para mim, em particular, esta é mais uma grata oportunidade para retomar com Vossa Excelência os frutíferos e estreitos contactos a que já nos habituamos. Porque já conheço de perto sua elevada capacidade profissional e dedicação, posso manifestar minha certeza de que a eleição de Vossa Excelência para presidir esta Reunião é, desde logo, a melhor garantia de seu pleno êxito, que será o êxito de todos nós.

Senhor Presidente,

Novamente os países em desenvolvimento se encontram para elaborar uma plataforma comum diante de mais uma Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. Mais uma vez o Sul em desenvolvimento se prepara para negociar em torno de uma ampla agenda de reivindica-

ções, muitas velhas de décadas, com o Norte desenvolvido, visando ao aprimoramento das relações econômicas internacionais. Para os desavisados e os descrentes, para os pessimistas e os auto-suficientes, pode parecer que ambas as reuniões — esta e a que se seguirá em Belgrado — não passarão de exercícios rotineiros exigidos pela mecânica fria do calendário das organizações internacionais.

Não é esta nossa opinião. Ao contrário, pensamos que a VI UNCTAD reveste-se de significado especial, e que seus resultados — ou a falta deles — poderão influenciar em muito a direção das relações entre Norte e Sul e as perspectivas a curto prazo dos esforços de recuperação da economia mundial.

A gravidade da crise econômica internacional já não pode deixar a ninguém dúvidas sobre os imperativos da interdependência entre as nações e a conseqüente necessidade de uma abordagem ampla e integrada dos problemas econômicos internacionais, com a participação plena dos países em desenvolvimento.

A VI UNCTAD ocorre em momento em que a cooperação internacional para o desenvolvimento atingiu seu nível mais baixo no pós-guerra. A própria credibilidade das

organizações internacionais — e do sistema econômico global a que, devem servir — tem sido erodida, na medida em que a disposição de negociar vem sendo substituída nos grandes centros pela tendência à introspecção e à adoção de políticas unilaterais que só fazem agravar perversamente os ciclos econômicos.

Até quando a frágil tessitura social, econômica e política das nações do Sul poderá resistir às ondas de choque causadas pelas políticas econômicas e comerciais dos grandes centros econômicos? Até onde será possível para os países em desenvolvimento levar adiante sem chegar a níveis insuportáveis de tensão política e social os reajustes econômicos internos exigidos pela crise externa, na ausência da retomada, em termos vigorosos e em bases sólidas, da cooperação internacional para o desenvolvimento? Até onde será viável e duradouro o próprio esforço de recuperação das economias desenvolvidas, se nele não se incluírem medidas para que o mundo em desenvolvimento volte a ser, nos planos comercial e financeiro, núcleo dinâmico da expansão da economia mundial?

A resposta a estas indagações só pode ter caráter político. Sua elaboração é da responsabilidade solidária de toda a comunidade internacional. Mas, inegavelmente, cabe aos países desenvolvidos, por seu peso e recursos, executar as ações capazes de romper o círculo vicioso da inércia e da estagnação.

Não se trata de que a responsabilidade primordial pelo desenvolvimento esteja sendo alienada por nossos Governos. O que desejo ressaltar é que os estrangulamentos externos de toda a sorte — nos campos comercial, financeiro, tecnológico — estão-se tornando insuportáveis para os países em desenvolvimento, e que, na ausência de uma reação harmonizada a nível global, acabam por ser altamente onerosos também para os países desenvolvidos.

Não foi este, certamente, o cenário imaginado pelos que estabeleceram, no imediato pós-guerra, os lineamentos do atual siste-

ma econômico internacional. Seus fundadores dotaram as Nações Unidas, e, em particular, as instituições econômicas especializadas, de princípios, regras e mecanismos para administrar um mundo em que se previa a expansão automática e permanente e se supunha que a prosperidade seria partilhada por todos. As novas complexidades da vida internacional revelaram, porém, que esse quadro internacional — o qual, de resto, jamais foi adequado para os países pobres — necessita de atualização e aperfeiçoamento.

O que no momento ocorre no plano financeiro, por exemplo, é particularmente ilustrativo da situação de aguda deterioração do sistema econômico internacional. Como tive a oportunidade de assinalar na recente Reunião do SELA em Cartagena, "o que vivemos não é tanto uma crise de endividamento externo dos países em desenvolvimento: é antes uma crise do sistema financeiro — e até, em termos mais amplos, do sistema econômico global —, crise que apenas se expressa pelo endividamento de tais países, os quais constituem sua parte mais vulnerável. Ela é em considerável medida o resultado de todo um processo de erosão da cooperação internacional, decorrente da falta de vontade política dos países mais poderosos de, em resposta ao acelerado processo de mudança do sistema produtivo ao longo das últimas décadas, aceitar uma revisão dos seus padrões de intercâmbio com o Sul, atualizar e reforçar as instituições financeiras multilaterais e abrir os processos decisórios sobre a economia internacional. Não se pode proclamar a interdependência e rejeitar os reajustes por ela tornados necessários".

A crise atual revela à sociedade que os poucos e precários ajustamentos introduzidos no quadro institucional do intercâmbio econômico ficaram aquém das novas realidades e tendências de divisão internacional do trabalho, de um lado, e de seu súbito impacto no sistema financeiro, de outro. Assim, não é de surpreender que hoje, mes-

mo diante de uma crise de tal abrangência e magnitude — ou talvez por causa dela — a resposta da comunidade internacional organizada seja débil e insuficiente. As Nações Unidas não conseguem, há mais de três anos, sequer lançar a rodada de Negociações Globais Norte-Sul, por não ter sido possível superar diferenças de menor significado sobre procedimentos de negociações.

Vai assim sendo erodida o que se pensou fosse a grande conquista política da Reunião de Cancún, a saber, o reconhecimento da interdependência e da necessidade de cooperação entre o Norte e o Sul, e aceitação de que a solução da crise não pode ser deixada ao Deus-dará das forças do mercado. Enquanto isso, em meio a graves problemas de endividamento, as entidades financeiras internacionais não dispõem de recursos sequer para suas tarefas rotineiras, e no plano comercial viceja o protecionismo, com o GATT relegado à condição de impotente expectador do descumprimento de suas regras pelas próprias grandes potências comerciais.

A erosão do ideário da cooperação internacional para o desenvolvimento se expressa, ademais, pela ênfase excessiva e inqualificada que por vezes se atribui no Norte à necessidade da aplicação de políticas de contenção pelos países em desenvolvimento. Como também assinei em Cartagena, ao referir-me à atual problemática financeira, “Não podemos aceitar a suposição de que a questão do endividamento se resolva por força unicamente da implementação de políticas de contenção pelos países em desenvolvimento. Nenhum de nós negará a necessidade de medidas de austeridade nas presentes circunstâncias. É preciso ter em mente, contudo, que se nos países desenvolvidos tais medidas se fazem sentir em termos da redução do consumo por uma população de alto nível de renda, nos países em desenvolvimento o que se reduz é muitas vezes a própria margem de sobrevivência de amplas camadas sociais já de ordinário duramente atingidas pela miséria e pelo subemprego. Nos países desenvolvi-

dos, reduz-se o reinvestimento para o aperfeiçoamento de estruturas já consolidadas; nos países em desenvolvimento, ao contrário, sacrificam-se investimentos urgentes e essenciais para a própria construção da infra-estrutura física e social da Nação. Não é lícito, pois, exigir dos países em desenvolvimento, como solução de médio ou longo prazo, o recurso a rígidas políticas de austeridade, que possam vir a destruir sua própria base econômica. Nossos povos não podem ser privados da esperança do desenvolvimento. Nossos países não podem ter suas perspectivas de crescimento colocadas como o subproduto eventual e aleatório de uma recuperação, que se prevê incerta e precária, das principais economias do Norte. Nem, do seu lado, devem os países desenvolvidos ficar expostos aos riscos — que só agora começam a deixar de subestimar — de ver seus próprios objetivos inviabilizados pelas dificuldades que afetam os países do Sul”.

Senhor Presidente,

É contra este pano de fundo de incertezas que se celebrará a VI UNCTAD. A experiência já nos ensinou que não devemos depositar expectativas exageradas em um único evento. Mas é preciso que de Belgrado emergja novo entendimento político em prol da retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento, indispensável à recuperação da economia mundial.

Esta nova etapa no relacionamento Norte-Sul requer duas premissas: em primeiro lugar, é urgente tomar medidas de curto prazo, nos campos inter-relacionados do comércio, inclusive produtos de base, e das finanças e moeda, para aliviar as pressões da conjuntura; e, em segundo lugar, porque a crise é de natureza estrutural, são também indispensáveis medidas paralelas de alcance mais profundo e de negociação e maturação necessariamente mais longas, naqueles mesmos campos prioritários.

Belgrado oferece, assim, a grande oportunidade para uma escolha entre dois caminhos: ou bem a reafirmação de uma parceria fecunda entre o Norte e o Sul, ou bem a

constatação, que pode até ser definitiva, de que o Diálogo Norte-Sul não passa de um ritual cínico e inconseqüente.

É praticamente unânime a opinião de que o diagnóstico da crise já é fartamente conhecido, e de que está delineado o receituário para superá-la. O que falta é a determinação de atuar sobre a realidade fragmentada do dia-a-dia e de dar sentido unívoco às políticas internas, vinculando-as a objetivos maiores de cooperação e coordenação internacional.

Não se trata mais de fazer apelos à consciência ética dos Governos. Os Estados têm interesses que não podem deixar de defender. Mas, qualquer que seja seu estágio de desenvolvimento, os interesses dos Estados requerem um sistema econômico internacional viável. E a crise demonstrou que não o temos. Trata-se, assim, de concertar no plano político o que há de óbvia comunhão de interesses entre o Norte e o Sul, não apenas no momentâneo e setorial mas no permanente. É preciso passar da interdependência como mera sujeição a influências recíprocas para uma interdependência que seja vetor dinâmico da ação conjunta.

Esta é, em essência, a empreitada que temos diante de nós e que foi definida com objetividade pelo Presidente Figueiredo ao dirigir-se em nome do Brasil à última Assembleia-Geral das Nações Unidas:

“Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre o Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma situação que afeta a ambos, situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimônia e à confrontação.

O desafio que a todos os países se coloca é o de como se ajustarem às novas realidades dos anos 80.

Para o Norte, trata-se de compreender em

toda sua extensão e em seu potencial de enriquecimento para o comércio internacional o fato inelutável da definitiva emergência do Terceiro Mundo como parceiro dinâmico, e a sua busca de uma posição de maior destaque no cenário da economia mundial.

Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efetiva à coesão que temos sabido preservar para além das dificuldades externas e diferenças internas. É necessário caminhar para a implantação de uma interdependência verdadeiramente solidária entre a América Latina, a África e a Ásia.

Precisamos, também, demonstrar plenamente nossa capacidade de buscar, com serenidade e espírito construtivo, o encaminhamento de nossas postulações. Estas, por mais justas que sejam, não nos devem levar a atitudes negociadoras rígidas e maximalistas sob risco de assim acabarmos por enfraquecer nossos próprios princípios e ideais, e exacerbar ainda mais a intransigência que caracteriza alguns setores do mundo desenvolvido”.

Senhor Presidente,

As reuniões regionais preparatórias dos três continentes do Sul cumpriram seu mandato. Os documentos que vamos harmonizar nesta Reunião confirmam, mais uma vez, a convergência fundamental de propósitos e interesses que forja a unidade do Grupo dos 77. É alentador verificar que, em meio a uma crise de conseqüências tão devastadoras para o Terceiro Mundo, os países em desenvolvimento continuam a dar renovadas mostras de sua unidade básica, como fizeram recentemente em Nova Délhi, com tanto vigor, sobre assuntos que aqui nos ocupam aqueles que integram o Movimento Não-Alinhado.

Não podemos olvidar, nesta cidade de Buenos Aires, nosso apoio ao programa de Ação de Caracas, cuja implementação, é forçoso admitir, sofre os percalços da pró-

pria crise internacional. Temos que reconhecer, no entanto, que os objetivos que o Grupo dos 77 se propôs a atingir em Caracas são ambiciosos e demandam paciência e criatividade. Por isso, não devemos nos deixar abater pelos atrasos verificados nos últimos meses na convocação de reuniões setoriais e técnicas, que constituem o fulcro daquele Programa de Ação.

A cooperação Sul-Sul é um movimento, um processo, que apenas se inicia, baseado na complementaridade fértil de nossas economias. Diferentemente do Diálogo Norte-Sul, que aliás não pode nem pretende substituir, a cooperação horizontal demanda neste estágio menos negociação e mais aproximação, pois se trata, antes de tudo, de identificar oportunidades e potencialidades.

Esta é a visão do Brasil e, por isso, continuamos prontos a participar de todos os esforços viáveis de cooperação econômica entre

países em desenvolvimento, ao nível do Grupo dos 77 e, também, é claro, ao nível regional latino-americano.

Senhor Presidente,

Na Declaração de Cartagena, os países latino-americanos reafirmaram sua vontade política de comparecer à VI UNCTAD com uma atitude construtiva e manifestaram a esperança de que idêntica atitude inspire os países desenvolvidos. Esta deve ser também a principal mensagem a emanar, para o Norte, da concertação de posição ao nível do Grupo dos 77.

Cabe-nos, aqui em Buenos Aires, fazer este gesto político para com o Norte, na qualidade de parceiros iguais que, unidos, somos. Caberá aos países desenvolvidos responder a este gesto, esperemos que com o mesmo sentido de responsabilidade histórica e de comunhão de interesses.

saraiva guerreiro homenageia a comissão de relações exteriores do senado federal

Pronunciamentos do Chanceler Saraiva Guerreiro e do Senador Luiz Viana Filho, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 13 de abril de 1983, por ocasião de almoço oferecido aos membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Excelentíssimos Senhores Senadores.
Membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal

Para mim é uma alta honra, e para toda esta Casa também, estarmos aqui hoje reunidos neste momento de confraternização. Nós todos, quaisquer que sejam os Partidos, temos, acima de tudo, a preocupação do interesse nacional. Ainda não perdemos, creio que em nenhum setor da vida pública brasileira, esse sentido de uma palavra que hoje se usa pouco mas continua válida, que é patriotismo. O patriotismo entendido, como é natural, em uma sociedade em que o Estado corresponde ou deve corresponder ou procura à Nação, como a luva à mão, não apenas como a segurança externa, o respeito, a confiabilidade mas o bem-estar do povo. Porque outra coisa não é o Estado senão um instrumento do povo. Obviamente, isto não se faz mecanicamente; isto se faz através da-

quelas pessoas que têm a consciência e o sentimento dessa ligação entre as duas partes, que são uma só, na verdade. E nós temos tido no serviço diplomático brasileiro, felizmente, provas sobejas de que sempre que se trata do interesse nacional, mesmo que haja divergências de opinião, que são normais, ou de ênfase ou de matizes, há uma preocupação constante, jamais negada em toda nossa história, uma preocupação com o interesse comum brasileiro com, não digo sequer o prestígio, mas o respeito, a confiabilidade que a Nação deve ter perante os demais Estados soberanos. Isso nunca faltou na História do Brasil; não houve, desde a Independência, traidor. Houve gente que pudesse ter opiniões que nós consideramos erradas e que considerou as nossas erradas, mas não a falta desse sentimento ou dessa percepção e dessa disposição de examinar objetivamente, esse sentimento — eu acho que a palavra está em desuso mas não o fato — esse sentimento de patriotismo; este sempre esteve presente. E, portanto, é para nós nesta Casa não somente uma

honra mas um momento, na verdade, de emoção, um momento de grande satisfação pessoal, inclusive, para todos nós, termos a honra da presença dos senhores membros da Comissão de Relações Exteriores aqui neste almoço de confraternização.

Pelo êxito dos senhores, pelo êxito do nosso País, eu peço, então, que ergamos as taças e brindemos.

SENADOR LUIZ VIANA FILHO

Meu caro Ministro,

Acho que quase todos nós aqui do Senado já estamos habituados a gentilezas, a cortesias, à generosidade do Itamaraty para conosco. Não é a primeira vez que, mesmo nesta sala, aqui nos reunimos para essa confraternização que mostra justamente o quanto nós, políticos e também os componentes do Itamaraty, colocamos os interesses do Brasil acima de quaisquer divergências, de quaisquer interesses partidários.

Realmente, para o Brasil é, não apenas uma glória, eu acho que é também uma felicidade ter uma Casa como o Itamaraty, em que realmente através do tempo, através dos decênios, quase do século, não se nota nenhuma solução de continuidade nesse devotamento às causas brasileiras. Isso realmente para o Brasil tem sido importante e é talvez a isso que o Brasil deva, na sua vida internacional muitas vezes difícil, sobretudo no Continente, a posição de relevo, de êxito que sempre tem tido nas relações internacionais. Não quero me referir a Rio Branco, mas sim lembrar que isso vem antes de Rio Branco. Quer dizer, desde o Império, quan-

do no regime parlamentar, que acredito realmente ter dado àquele tempo e que ainda poderá dar frutos muitos bons, quando vários representantes do Congresso, especialmente do Senado, ocuparam a Pasta das Relações Exteriores. Não precisarei lembrar aqui Paraná, Cotegipe, Rio Branco, Saraiva e tantos outros que foram o grande elo de ligação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Parlamento entre o Governo do Brasil.

Naturalmente os tempos mudam, as coisas mudam, mas a verdade é que o Itamaraty continua. Continua com a sua tradição de competência. É a palavra que eu acredito própria para designar o que representa o Itamaraty na vida brasileira, na evolução da nossa vida, do nosso destino e da nossa história. O que realmente assinala o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores, através de numerosas gerações, é a competência, a capacidade com que tem se devotado e resolvido problemas essenciais à vida, ao futuro e ao progresso do Brasil. De forma que todos nós, Senhor Ministro, somos gratos à atenção de Vossa Excelência, convidando-nos para esse almoço de confraternização, que é justamente a prova daquilo que Vossa Excelência bem acentuou: a prova de que todos nós, sem distinção de partidos, colocamos acima de tudo o interesse do Brasil. É esse o nosso ponto de vista e tem sido esse o ponto de vista do Itamaraty. Esse é o nosso ponto de confluência e que permite que todos nós estejamos aqui não somente aplaudindo o Itamaraty mas também sem qualquer constrangimento, porque todos nós estamos voltados — como Vossa Excelência e seus ilustres auxiliares — para esse objetivo maior que é o Brasil. Grato a Vossa Excelência pela gentileza com que nos acolhe.

no dia do diplomata, chanceler diz que política externa tem de ser unívoca

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de abril de 1983, por ocasião da solenidade comemorativa do Dia do Diplomata, que contou com a presença do Presidente João Figueiredo.

Meus Jovens Colegas,

Acabais de completar pelo menos quatro anos de estudos superiores. Os dois últimos, no Instituto Rio-Branco, já endereçados à função diplomática, foram anos de trabalho intensivo, de competição e exigências rigorosas.

Tendes a base acadêmica indispensável à variedade de aspectos que vossas tarefas apresentarão. No futuro, o estudo, a observação dos fatos e das pessoas, assim como um aporte de reflexão pessoal e inovação serão requeridos por ocasião do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, principalmente, do Curso de Altos Estudos, que constituem habilitação indispensável para o acesso às classes finais de carreira.

Nos decênios a vir, tereis a oportunidade de observar, na prática, e analisar a evolução social, econômica e política de vários países, onde servireis. Estareis atentos às inter-relações regionais, aos grandes temas multilaterais e aos fatores subjacentes que os condicionam. E, de uma forma ou de outra,

sereis agentes desse acontecer na Secretaria de Estado e nos postos no exterior.

Adquirireis o hábito da previsão, inclusive a médio e longo prazos. Cultivareis a virtude do diálogo franco e aberto e, na negociação internacional, conciliareis a firmeza na preservação de tudo que é necessário e conveniente ao interesse do Brasil com a capacidade de entender os pontos de vista e as necessidades alheias, dando-lhes satisfação sempre que possível.

Aprendereis, quando mais experientes, a modéstia ante a complexidade e as dificuldades da matéria com que lidareis; assimilareis organizadamente a percepção dos matices e das qualificações, mas sem que esse refinamento de espírito estiole a capacidade de síntese, ou sequer atenuie a coragem de optar, de escolher e recomendar o curso de ação que vos pareça honestamente mais apropriado para o Brasil.

Já transmiti, mais de uma vez, em privado, ou ao receber novas turmas do Instituto Rio-Branco, algo de minha experiência: des-

de o início, não deveis fugir à tensão da decisão. Ainda sabendo que vossa recomendação, simples ou complexa, passará por várias instâncias superiores, deveis, mesmo nas matérias mais delicadas, trabalhar como se tudo dependesse de vós mesmos. E que melhor motivação para esgotar as fontes de informação? Que acicate mais eficiente para a qualidade do trabalho? A carreira exige responsabilidade. Mas, se a decisão for diversa da recomendada, só vos caberá obedecer e executar da melhor maneira, pois a carreira exige igualmente disciplina e esta requer do diplomata uma forma específica de discricção. O diplomata tem seu mundo, intramuros, que lhe propicia amplas oportunidades de exposição e discussão de idéias. Para fora, ele será apenas um executor fiel. Aí estão seu alto serviço e sua honra.

A política externa tem de ser unívoca. Um país como o Brasil não tem sobras de poder e de atrativos para dar-se o luxo de passos em falso. Muitíssimo menos de apresentar incoerências, ou de permitir fissuras em seu comportamento externo.

Já vos disse que grande é a responsabilidade de pertencer a esta Casa de Rio Branco, detentora das tradições de sóbria eficiência e incansável zelo na defesa, no plano externo, do que é legitimamente nacional. Não menor deve ser o orgulho de pertencer a esta Instituição sólida, assentada sobre princípios de validade permanente.

Ao incorporar-vos a esta grande família da diplomacia brasileira, tendes como referência imediata um manancial de tradições, exemplos e atitudes políticas do Governo brasileiro. Tendes a guiar-vos uma linha de coerência, serenidade e equilíbrio diante das situações de tensão, de firme defesa das posições próprias de nosso país perante a comunidade internacional.

Os exemplos que hão de nortear vossa vida profissional começam pelo próprio Senhor Presidente da República, que nos prestigia com sua presença e que dá à política externa seu engajamento pessoal e direto.

A atitude política fundamental que se exige do diplomata é a rara combinação de espírito desinteressado — muito mais sensível aos interesses globais da nação brasileira do que a aspectos conjunturais e predileções pessoais — e de vigor na defesa do bem comum e da afirmação nacional, em que os legítimos interesses setoriais são sempre vistos em função do todo.

Não é meu propósito dar-vos conselhos nem, muito menos, formular uma receita que se aplicasse mecanicamente a vossas carreiras. Ao contrário, serão múltiplos os desafios que enfrentareis e múltiplas as respostas que, no nível pessoal, sereis chamados a dar.

Ofereço-vos um testemunho. E faço-o, ademais, com a consciência de que o cargo que ocupo neste período tem natureza específica, esfera de atuação própria e responsabilidades distintas.

É sobretudo como diplomata que vos falo, buscando transmitir-vos um pouco da experiência acumulada à margem dos livros. Sem dúvida, a carreira que a vós se abre apresenta aspectos fascinantes, tanto em seu exercício diário quanto nas oportunidades de convivência com o que de melhor produziu o gênio humano. É preciso, no entanto, que estejais preparados para as vicissitudes inevitáveis trazidas pela vida diplomática. Permanentemente, havereis de enfrentar as tensões inerentes ao desempenho de funções de cunho claramente político, de adaptar-vos aos diferentes estilos de vida em cada canto da terra, de acostumar-vos à reiterada separação de familiares e amigos e a construção de ambientes sociais sempre renovados.

A diversidade das funções que exercereis, dos colegas que tereis e dos lugares onde estareis requerirá que cada um de vós aporte a vossa carreira uma segura estabilidade pessoal. A carreira exige vocação, que é o que a justifica no foro íntimo de cada um de nós. Sem ela, as dificuldades tendem a parecer desanimadoras e os obstáculos intransponíveis.

Senhor Presidente da República,

Muito agradeço a presença de Vossa Excelência, que tanto honra esta Casa e este momento.

Não poderei eu, neste contexto, fazer o elogio de Vossa Excelência. Não seria apropriado elogiar o chefe, o que, de certo modo, aparentaria inevitável dimensão de auto-elógio.

É natural, no entanto, que me refira à consciência plena que temos todos de estarmos participando de uma política e de uma ação

externa que a História reconhecerá. Os jovens, que serão nossos Embaixadores no próximo século, serão os herdeiros legítimos de nossas lutas e nossas tradições. Serão os representantes de um país mais realizado e com responsabilidades internacionais ainda mais significativas.

Tenho a certeza, Senhor Presidente, de que eles se lembrarão com justo orgulho deste momento e da honra que tiveram de receber das mãos de Vossa Excelência seus diplomas do Instituto Rio-Branco.

Muito Obrigado.

governo da Índia doa obras completas de gandhi ao itamaraty

Discursos do Embaixador da Índia, Shiam Sunder Nath, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 10 de maio de 1983, por ocasião da solenidade de entrega ao Itamaraty, pelo Governo indiano, das obras completas de Gandhi.

EMBAIXADOR INDIANO

Excellency,

It is a pleasure to present to the Library of your Ministry the Complete Collected Works of Mahatma Gandhi brought out by the Publications Division of the Ministry of Information and Broadcasting of the Government of India. These volumes contain a valuable record of Mahatma Gandhi's speeches and writings for the study of the history and problems of our times.

Ever since the independence of India, Indo-Brazilian relations have been very cordial. After India's independence in 1974 for which Mahatma Gandhi is known as the "Father of the Nation", the first capital in all Latin America in which the free Government of India opened an independent Diplomatic Mission was your charming and historic city of Rio de Janeiro, then your capital. It is not surprising, therefore, that the people of Brazil expressed their friendship for India and admiration for the thought and message of peace of Mahatma Gandhi by erecting his statue in a park in the heart of the "marvellous city".

I read with admiration Your Excellency's speech to the graduating class of Diplomats of the Rio Branco Institute last month. Diplomatic relations between countries are one of the finest achievements of human race, representing as they do the best aspirations of man to promote human welfare and resolve differences of opinions and interests in the most courteous and peaceful way. The Ministries of Foreign Affairs of independent countries are the instruments to see that these diplomatic relations between countries flourish and are enriched further to achieve these ends. As a token of the respect of the people and Government of India for the peace loving and democratic people and Government of Brazil, the Government of India is offering the works of the Father of the Indian nation to the library of your Ministry. In the quest for development, peace and amity among all peoples the Governments of India and Brazil are engaged together. It is our hope that these volumes containing the thoughts of one of India's great sons would serve a useful purpose for your diplomats and others.

Before closing, I would like to assure Your Excellency that I and my Embassy are always at the service of your Ministry for

strengthening further the friendly relations between India and Brazil.

Thank you, Your Excellency.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Senhor Embaixador,

É profundamente sensibilizado que recebi, em nome do Governo brasileiro, a generosa doação das obras completas de Gandhi, feita pelo Governo da Índia.

Esse gesto simboliza, de certa forma, a afinidade de nossos valores nacionais, apesar da diversidade de nossas duas culturas, pois na figura de Gandhi e em sua obra estão condensados muitos dos nossos ideais comuns.

Citarei a luta contra o racismo, que Gandhi conduziu com firmeza, entre 1894 e 1914, e que prossegue, hoje, sob a forma de repúdio à política de **apartheid**, que o Brasil e a Índia condenam com igual vigor.

Citarei a luta contra o colonialismo, que Gandhi combateu desde sua volta à Índia até a independência, em 1947 e que constitui uma das pedras angulares da política externa brasileira, assim como da indiana.

Citarei a luta contra a miséria, que Gandhi tentou combater através da reativação das atividades econômicas tradicionais deslocadas pelas importações européias, e que sob outras formas, mas com idêntica preocupação social, continua sendo a luta da Índia, como é a do Brasil: a superação da pobreza, apesar de todos os obstáculos.

Citarei, enfim, a filosofia da não-violência, aspecto mais original do pensamento e da

ação de Gandhi, que tem contrapartida nos princípios que norteiam nossas duas diplomacias, caracterizadas pela busca do diálogo e da negociação, e pela rejeição de qualquer tentativa de impor, pela força, a vontade de uma nação sobre outra.

Promoção da dignidade humana, da soberania, do bem estar social, da paz: são os objetivos de Gandhi, Senhor Embaixador, e os nossos.

A exposição sobre Gandhi, que hoje se inaugura no Itamaraty, é uma forma de marcar nosso apreço por essa personalidade extraordinária de pensador e de estadista, figura de santo e de herói, que como tantos outros místicos, do Oriente e do Ocidente, sabia que a fé é indissociável da ação e que a renúncia à violência não é sinônimo de passividade diante da injustiça.

Mas ela é, além disso, a expressão de uma vontade política, a de buscar uma aproximação crescente entre nossos dois países. Parece-me apropriado simbolizar essa vontade de aproximação, com esta exposição das obras de Gandhi pois ele é, antes de mais nada, o apóstolo do universalismo autêntico e do bom entendimento entre as nações, além de todas as barreiras culturais, segundo a bela citação gravada na estátua que o povo de meu país, no Rio de Janeiro, erigiu ao Mahatma: "Não quero ver meu lar emparedado nem minhas janelas calafetadas. Quero sentir todas as culturas da terra, circulando nelas em máxima liberdade. Minha religião não é o credo da clausura. Comporta em seu seio a mais humilde das criaturas de Deus. Mas é impermeável a toda arrogância e a todo preconceito, seja ele de raça, religião ou cor".

Muito obrigado.

saraiva guerreiro: deputados desempenham papel importante na formação do perfil externo do país

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputado Diogo Nomura, no Palácio de Itamaraty, em Brasília, em 11 de maio de 1983, por ocasião de almoço oferecido pelo Chanceler brasileiro aos membros daquela Comissão.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Excelentíssimo Senhor Deputado Diogo Nomura Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimos Senhores Deputados Membros da Comissão de Relações Exteriores,

Caros Colegas,

Este é, principalmente, um momento de conagração e festa, no qual os diplomatas presentes e eu mesmo nos sentimos extremamente honrados e satisfeitos em receber, em nossa Casa, no Itamaraty, Vossa Excelência e os demais membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Não é minha intenção dirigir-lhes um discurso formal.

Desejaria, porém, dizer-lhes algumas curtas palavras, pois que Vossas Excelências têm o

encargo de representar o povo numa das Casas de nosso Legislativo, e que no cumprimento desse nobre encargo Vossas Excelências desempenham papel importante na formação do perfil externo do país.

A política externa vem sendo executada no cumprimento das diretrizes do Presidente João Figueiredo, que determinam uma postura de universalidade, de confiabilidade, de dignidade nacional, e de boa convivência com todos os países amigos.

É essa linha política que, no Itamaraty, tenho feito cumprir.

A preocupação em minha gestão tem sido não apenas a de construir e preservar o patrimônio de nossa política externa, mas a de fortalecê-lo. A política externa é uma construção nacional, busca refletir o que é o Brasil e seus interesses. E, por isso mesmo, tem recebido a consideração, o respeito e o apoio das mais variadas correntes de pensamento.

Estamos todos conscientes de que no atual cenário de dificuldades internacionais, torna-se necessário atuar com serenidade, de forma pacífica e dentro das normas do direito internacional. Essa necessidade é tanto maior quanto mais significativos são os obstáculos que devemos enfrentar, pois o Brasil não dispõe de excedentes de poder político, econômico ou de outra natureza.

Dentro desse quadro, é especialmente importante que possa o Brasil reter a confiança que granjeou no exterior com a política externa que vem desenvolvendo. Essa confiabilidade nos permite trocar impressões extremamente francas e cordiais com os nossos amigos do Hemisfério Norte e do Sul. Permite um diálogo aberto, franco, direto com nossos vizinhos aqui na América Latina e do outro lado do mar, na África. Assegura uma atuação autêntica e desinibida nos foros regionais e internacionais.

Para reter essa confiabilidade externa, é imprescindível que, no plano interno, perseveremos na troca de idéias e no diálogo. Sem visar a uniformidade de idéias — pois isso não é nem do nosso estilo, nem de nossa convicção — é esse diálogo que vai formar uma forte base de consenso nacional para a política externa.

Esse diálogo fortalece a autenticidade de nossa diplomacia e facilita a tarefa de representar os interesses externos do Brasil. Nesse diálogo Vossas Excelências, no exercício de seus mandatos, têm grandes responsabilidades.

De sua parte, o Itamaraty continuará a cumprir fielmente as funções que lhe incumbem na formulação e execução da política externa, prestando ao Senhor Presidente da República toda a assessoria necessária para o exercício de sua competência constitucional na matéria.

Desejaria, agora, erguer minha taça à saúde de Vossa Excelência, Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e à de cada um dos membros da Comissão, assim como formular votos para uma cooperação cada vez mais estreita entre Vossas Excelências e o Ministério das Relações Exteriores.

DEPUTADO DIOGO NOMURA

Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, nosso estimado Ministro das Relações Exteriores, Senhoras deputadas, Meus caros colegas, Senhores diplomatas aqui presentes

Senhor Ministro,

Vossa Excelência, convidando a todos nós membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados para partilhar do pão e do vinho nesta mesa de fraternidade, indubitavelmente marca um ponto de encontro memorável entre parlamentares e diplomatas, porque todos nós temos um denominador comum: a vivência política. Seja no campo da atuação interna como no amplo relacionamento internacional. Sentimo-nos, Senhor Ministro, sumamente gratificados que Vossa Excelência tenha dado sobejas mostras da valoração que atribui à classe política. Esta classe política, que nesta fase acelerada do processo da abertura reconhecido por todos nós, dirigida e conduzida pelo nosso Presidente Figueiredo, deseja participar, pode dar a sua contribuição e deve contribuir para o fortalecimento da posição brasileira no contexto internacional. Eis que a política e diplomacia, meu eminente Ministro, são como que vasos comunicantes: a política vivendo no seu dia a dia à procura do bem comum e a diplomacia procurando, no diálogo da negociação, expandir as fronteiras e a afirmação nacional. Neste mundo conturbado de hoje, meu caro Ministro Saraiva Guerreiro, nesta fase aguda, crítica da nacionalidade e da própria humanidade, quando tanto se fala no confronto Leste-Oeste, no diálogo Norte-Sul, nos problemas graves gerados por uma ordem econômica que está a esmagar e deixar combalidas as nações pobres do Terceiro Mundo, torna-se mais do que nunca mister que todos nós brasileiros tenhamos plena consciência do papel que devemos assumir no contexto mundial. Mas principalmente, também, tomarmos consciência do grande papel que o Brasil precisa e haverá de desempenhar voltando-se para a continentalidade sul-americana.

Hoje, Senhor Ministro, Vossa Excelência nos recebe abrindo as portas desta Casa, que tem esta elevada tradição de ser a Casa de Rio Branco, este homem que, esgrimindo a arma da paz, a inteligência, soube tão bem engrandecer a Pátria. Vossa Excelência acaba de dizer das responsabilidades de todos nós, membros da classe política, e aqui comparecemos para declarar a Vossa Excelência que a classe política que representa, como elementos escolhidos pelo nosso povo livre e democraticamente, deseja, isto sim, participar com ênfase cada vez maior para que os anseios do nosso povo sejam também traduzidos na condução da política exterior tão bem orientada por Vossa Excelência, atendendo aos princípios do respeito à soberania e à autodeterminação dos povos, princípios esses que informaram sempre a caminhada deste tradicional Itamaraty.

Hoje estamos aqui reunidos para dizer ao nosso estimado Ministro Saraiva Guerreiro

que a classe política deseja a Vossa Excelência a continuidade desses esforços, que a classe política, em especial a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, manifesta o apoio, a confiança na condução sábia e serena do Ministro Saraiva Guerreiro. Todos nós estamos aqui para hipotecar-lhe o apoio, a prova de amizade e confiança, porque sabemos que a hora que passa exige de todos nós brasileiros a sinergia de esforços para que também a política externa brasileira seja aquela política plena de responsabilidade, de respeito às peculiaridades intrínsecas de cada povo. Eu desejo, em nome dos meus eminentes colegas, em nome da Comissão de Relações Exteriores, a qual tenho a elevada honra de presidir, elevar nesse instante o pensamento ao Altíssimo para que sempre inspire Vossa Excelência, e convido a todos para que ergamos um brinde à Casa de Rio Branco, ao nosso eminente Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro.

chanceler, na fiesp, fala sobre a política externa brasileira

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, na sede da Federação das Indústrias
do Estado de São Paulo, em São Paulo, em 19 de maio
de 1983.

Senhor Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e do Instituto Roberto Simonsen, Senhores empresários, Senhores membros da Diretoria,

Quero, inicialmente, agradecer à direção da FIESP que, sob sua ilustre presidência e por intermédio do Instituto Roberto Simonsen, me dá oportunidade de trocar idéias e impressões com importantes representantes do empresariado de São Paulo. O permanente contacto entre empresários e diplomatas tem-se revelado extremamente útil e enriquecedor. Esse bom entendimento seguramente fortalece a presença internacional do Brasil, pelo que traz de concreção a nossas posições externas e pelo que significa de mútuo esclarecimento e coordenação.

Vivemos, como se sabe, um momento de crise no sistema internacional. Os impasses e as tensões se multiplicam tanto no plano econômico quanto no político. Por isso mesmo, entre nós, brasileiros, amplia-se o diálogo em busca de estratégias para enfrentar as presentes dificuldades, cujo impacto sobre nossa vida nacional todos sentimos. Em última análise, esse diálogo deve levar ao fortalecimento da coesão política do país o que nos permitirá melhor sustentar nossas ações externas.

Numa palavra, pelo lado brasileiro, os esforços de superação da crise internacional estão ligados à prática da democracia, cujo vetor é justamente o diálogo político. E, diria mais, essa proposta é tão válida para a sociedade nacional quanto para o sistema internacional, pois também necessitamos, neste último, de uma troca de opiniões mais equilibrada em que os parceiros economicamente mais fortes se disponham a dar peso maior aos legítimos interesses dos demais.

A FIESP tem longa história de participação no debate sobre os destinos nacionais. Os empresários paulistas sempre estiveram à altura das responsabilidades que lhes tocam na construção de processos econômicos sólidos. Jamais foram indiferentes aos aspectos de política externa relevantes à sua atuação e à própria tarefa de afirmação da nacionalidade. Nesse sentido, estou certo de que nossa conversa hoje será mais um momento de um exercício que não deve interromper-se, e, que em minha gestão, à frente do Itamaraty, tenho buscado estimular.

Iniciaria minhas palavras com uma indagação sobre o significado da crise internacional para o processo de formulação da política externa. Poderia responder com uma alusão a duas situações diferentes. Em pri-

meio lugar, vejo no âmbito de setores da sociedade uma ansiedade, sem dúvida honesta e natural, na busca de soluções imediatas, que nos aliviem de um só golpe das agruras econômicas que vivemos e, paralelamente, trouxessem uma fórmula segura que nos guiasse em momento político internacional tão atormentado, tão marcado por tensões e conflitos.

Os diplomatas participam, obviamente, dessa ansiedade, ou mais precisamente, da aspiração, que une todos os brasileiros, de encontrar caminhos que livrem o país dos efeitos nefastos da crise internacional e que permitam a retomada do desenvolvimento econômico.

Mas ao meditarmos sobre esses caminhos, identificamos claramente o risco de ver só um lado de uma crise que é multiforme, o perigo de reduzir a crise a seus aspectos imediatos, quando, na verdade, ela revela longo processo de maturação, envergadura global e resistência às terapias de curto alcance. Identificamos, em suma, o risco de atacar somente a superfície de fenômenos que têm fortes raízes estruturais.

Não deve ser negada a importância dos elementos imediatos, mas, na busca de soluções reais e duradouras, não podemos tomar tais elementos como fundamentos únicos de diagnóstico, nem tampouco como guias exclusivos de ação. Por outro lado, ao fazermos a análise dos diversos elementos e fatores da crise sistêmica, verificamos que, infelizmente, não existem fórmulas prontas para encaminhar os problemas internacionais e que inexistem alternativas que não passem pela trilha penosa e dilatada dos processos negociadores.

Não preciso ir além no exame dessa primeira situação, justamente porque sempre encontrei, no meio empresarial que, tantas vezes ao lado do Itamaraty, lutou para conquistar espaço no sistema internacional, um perfeito entendimento da necessidade de negociar e de preservar espaços já abertos pelo Brasil.

A segunda situação, sobre a qual me encontro, nasce da impressão de que a crise colocaria uma espécie de "teste" para a política externa: revelaria se está preparada para enfrentar as vicissitudes e se os conceitos pe-

los quais se guia constituem orientação adequada na conjuntura.

Em resposta a essa segunda inquietação, indicaria, de pronto, algumas premissas sobre as opções que o Governo Figueiredo fez ao dar determinada feição à sua política externa.

Em primeiro lugar, procuramos articular a ação externa a partir de uma visão do mundo que tem como alicerce os valores básicos do país, como, por exemplo, nossa dedicação à paz, nossa vocação para o diálogo e a democracia, nossa perspectiva universalista, nossa rejeição ao racismo. Procuramos, com cuidado, compor um padrão claro do que o sistema internacional significa, discernindo suas zonas de conflito e possibilidades de cooperação, as tendências a que obedecem os processos de transformação. E como objetividade procuramos avaliar como se coloca o Brasil no contexto global, quais os eixos fundamentais de nossos contactos e intercâmbio com outros países, qual a condição em que perante eles aparecemos seja como interlocutores diplomáticos seja como parceiros comerciais. A resultante desse espaço é a compreensão do que é o Brasil no sistema internacional, do que podemos obter internacionalmente em resposta às nossas necessidades e interesses e, em contrapartida, o que de nós pode ser legitimamente exigido.

A ação diplomática brasileira é necessariamente fruto de uma maturação histórica, mas deve ter igualmente agilidade para responder a desafios críticos, que nascem no dia-a-dia e exigem pronta resposta. A fidelidade ao direito, que cultivamos desde os primeiros momentos de nossa vida independente, é um exemplo de que a vitalidade das tradições ilumina os fatos sem ignorar o que tenham de novo.

Em nossa ação externa, procuramos promover valores e interesses nacionais, ao mesmo tempo, manter altos níveis de confiança internacional, justamente para que nossos objetivos possam ser alcançados. Sabemos que, para o Brasil, país sem excedentes de poder, a confiabilidade tem função estratégica e é, realmente, o nosso melhor instrumento no plano externo.

O sistema internacional vive momento de transformações, uma conjuntura em que a

economia se politiza; os Estados se extremam na defesa de suas posições; as instituições multilaterais perdem condições de generalidade: as formas de tensão, global e regional, se propagam e resistem aos esforços para atenuá-las. O assunto tem sido objeto de análise e reflexão amplas e não posso me furtar a referir a rica análise de que um dos ilustres membros desta Casa, o Professor Celso Lafer, faz do fenômeno quando interpreta as conseqüências da dissonância entre a ordem e poder como marca típica do sistema internacional contemporâneo.

São justamente essas dificuldades que exigem que se resguardem as conquistas da diplomacia, sobretudo quando, a meu ver, tais conquistas servem de resposta adequada aos desafios externos que estamos enfrentando. Penso não só em conquistas conceituais, mas igualmente no espaço para ação política e econômica e mesmo comercial. Assim, é fundamental preservarmos a coerência para preservarmos a confiabilidade internacional; é fundamental não reduzir a problemática brasileira a temas conjunturais para não perdermos a perspectiva global, de médio e longo prazos, em que o Brasil deve também se basear.

Neste ponto, a aproximação entre empresários e diplomatas deve ser sublinhada. A ação política que buscamos empreender tem sido sustentada e apoiada pelo mais amplo espectro da sociedade brasileira e, nele, os empresários, não por acaso, têm demonstrado especial sensibilidade para o processo externo.

Elos racionais entre política externa e política empresarial explicam essa sensibilidade. A política externa é, em alguns de seus traços essenciais, modelada pela idéia do desenvolvimento e pela idéia da importância da indústria na configuração do Brasil moderno. São dois movimentos que se encontram e ajudam a compor a fisionomia do nosso país.

Esse duplo movimento constitui, sem dúvida, um ganho histórico, um enriquecimento da presença internacional do país. Mantê-lo e aprofundá-lo é tarefa que une diplomatas e empresários.

Num segundo plano, mais concreto, há que se considerar as relações entre a confiabilidade política e a atividade empresarial. Existe nítida interação entre as formas diplomáticas e empresariais no plano internacional. Na medida em que o perfil externo do país releva coerência e consistência, colheremos reflexos positivos sobre as possibilidades de expansão econômica no exterior. Como a experiência prática dos empresários e diplomatas cotidianamente indica, quando nossos parceiros confiam em nós, as oportunidades de intercâmbio são abertas mais naturalmente, com mais rapidez, e com mais garantia. E, ademais, num espaço econômico internacional, onde é importante a presença governamental (e, nisto, não excluo sequer as economias ocidentais desenvolvidas), a ligação entre boas relações diplomáticas e comerciais passa a ser de importância decisiva.

Mas, não se trata de uma rua de mão única. A própria capacidade de resposta empresarial e a qualidade de sua atividade no exterior trazem importantes conseqüências e implicações para a ação diplomática. A confiabilidade de um país nasce também da confiabilidade de seus empresários.

Existe, ainda, nesta ligação diplomacia-empresariado, uma outra virtude. A dinâmica do crescimento econômico — suas direções e ritmo, suas exigências — leva à ampliação da presença externa do Brasil. Abre-se assim um processo de interação e aprendizado que beneficia os dois lados da equação: a formulação diplomática e a ação empresarial. Mais do que isto, os dois lados sugerem caminhos que afastam as visões simplistas ou reducionistas.

É justamente uma dessas visões, a de uma falsa dicotomia que nos obrigaria, na vida internacional, a optar entre Ocidente e Terceiro Mundo, que ressurge agora na esteira das soluções exclusivistas para a crise econômica.

O que, na prática propõe essa opção? Basicamente, indicaria que um "alinhamento" com os países desenvolvidos do Ocidente — com o corolário da exclusão ou redução de nossos contactos de toda a índole com os países da América Latina, África e Ásia

— é condição suficiente para a solução de nossos problemas econômicos, em primeiro lugar, mas também para as questões de segurança, de conceituação política, e outras. Ou seja: aprofundar ligações com as mais poderosas nações do Ocidente equivaleria a uma solução global de nossos problemas externos.

A meu ver, essa expectativa envolve equívocos sobre o sentido da diplomacia brasileira e até sobre as articulações do sistema internacional. Revela apenas uma visão parcial da realidade brasileira, pois, na verdade, se, em termos de valores, pertencemos (aliás, como numerosos países do Terceiro Mundo) ao Ocidente, aspectos importantes de nossa realidade econômica e social nos colocam inegavelmente entre os países do Terceiro Mundo. Mais especificamente, pertencemos ao Ocidente, mas seguramente não ao Primeiro Mundo, que agrega os países ocidentais que são também desenvolvidos. E, neste ponto, parece-me útil explicitar que um dos vetores essenciais do esforço diplomático em que estamos permanentemente empenhados é o de buscar melhores condições internacionais para que o país possa livremente desenvolver-se. O desenvolvimento econômico é meta do Itamaraty tanto quanto de qualquer outro setor da sociedade e do Governo. Simplesmente não acreditamos, nem jamais aceitaríamos, que o Brasil esteja condenado ao subdesenvolvimento e, nesse sentido se orienta a política externa.

Nada disso, porém, nos faz esquecer que justamente a semelhança de condições dos países em desenvolvimento, em sua situação básica perante o sistema econômico internacional, os leva à articulação de posições em foros internacionais que, se realizadas, especialmente as da área econômico-comercial, redundarão em benefícios para todos os setores da sociedade brasileira.

Por ser o Terceiro Mundo composto de países diversos, com numerosas contradições e disputas, fazer parte dele não significa neutralidade ideológica e, muito menos, o caminho da confrontação com o Ocidente: o Brasil pertence ao Terceiro Mundo mas não a qualquer agrupamento confrontacionista;

nem podemos esquecer que, em determinadas circunstâncias, quando no Brasil se percebeu fazer uma ou outra opção exclusivista, a política externa tornou-se fator agudo de divisão interna e não de agregação para a sociedade.

Em suma, a política externa tem que responder à complexidade da sociedade brasileira, e, de forma coerente, projetá-la no cenário internacional. A combinação entre vertentes ocidentais e de Terceiro Mundo é um dos sinais dessa complexidade; e, insisto, não liga realidades contraditórias nem vicia a política de inconsistência; ao contrário, revela aspectos complementares da sociedade brasileira e amplia os horizontes da ação diplomática.

Mas, se a proposição da dicotomia revela desconhecimento da política externa, tomá-la como guia para ação numa conjuntura como a atual será equívoco grave. Ou seja: em termos operacionais não faz sentido nos fecharmos dentro de um dos lados da dicotomia, quer do Ocidente, quer do Terceiro Mundo.

A experiência de nossas relações econômicas internacionais, nos últimos anos, indica claramente que a aproximação com países em desenvolvimento foi uma base importante de criação de benefícios mútuos. Da mesma forma, num diapasão próprio, essa afirmação é válida para nossas relações com o Ocidente, como atesta, por exemplo, o momento financeiro, que revela esse encontro de interesses.

Ora, diante dessa retrospectiva, alienarmos espontaneamente qualquer caminho significaria um curioso e perverso processo de autocriação de obstáculos e dificuldades para lidarmos com os dilemas da crise conjuntural (que já são tantos, sem este artificial, da oposição Ocidente/Terceiro Mundo).

Mas vejamos alguns dados específicos do relacionamento comercial entre o Brasil e os demais países do Terceiro Mundo, e que fazem parte dos interesses que devemos ter presentes ao fixarmos nossas posições diplomáticas: o reforço da posição do Terceiro Mundo em nossa balança comercial (de uma participação de 12,8% das exportações em 1967 passa a 35,7% em 1981, o

que significa de 1,1 bilhões para 8,3 bilhões de dólares) decorre do fato de que os países em desenvolvimento constituem setor dinâmico da economia internacional no período e, de certo modo, é indicativo das dificuldades que o Brasil tem encontrado em seu comércio com os países desenvolvidos. Até 1981, a média trienal do crescimento das exportações brasileiras para os países em desenvolvimento foi superior (13,4%) à que prevalecia para os desenvolvidos (8,3%). Para 1982, porém, assinala-se uma queda na participação percentual do Terceiro Mundo nas exportações brasileiras (para 31,6%).

Um segundo elemento é a significativa participação dos países em desenvolvimento em nossas exportações de manufaturas: em 1973, para os desenvolvidos, vendemos cerca de 1 bilhão de dólares (68,7%) das exportações totais de manufaturados) contra 435 milhões de dólares para os países em desenvolvimento; em 1981, para os desenvolvidos, exportamos 5,5 bilhões (46,4%) contra 6,1 bilhões de dólares (51,7%) para os países em desenvolvimento. Esses números são expressivos. Falam por si mesmos.

Não podemos "descartar" os países do Terceiro Mundo também porque nos vendem certas matérias-primas essenciais e é mais do que natural que busquem padrões equilibrados de comércio. Nem esqueceríamos que, em 1973 e 1979, quando se verificaram os "choques" mundiais do petróleo, rapidamente pudemos recompor o fluxo dos fornecimentos em boa parte graças às relações que mantemos com os países exportadores do Oriente Próximo, da África e da América Latina.

Ademais, justamente porque somos países do Terceiro mundo, pudemos montar parcerias horizontais para bens manufaturados que incorporam tecnologia; o próprio desenvolvimento da capacidade de exportação de serviços, cujos benefícios são conhecidos, fez-se basicamente com as nações do Terceiro Mundo.

Evidentemente continuaremos a vender para o Ocidente e pretendemos ampliar nossas exportações; encontramos, porém, resistências variadas, que por vezes colocam obstáculos estruturais à ampliação dos mercados:

o protecionismo tarifário, as quotas, os arranjos de ordenação de mercado são mecanismos que funcionam como limitadores da expansão do comércio com países industrializados, e que temos procurado combater justamente no intuito de reforçar nossas ligações com aqueles mercados. Mesmo a melhor hipótese de recuperação das economias desenvolvidas não nos livrará, por largo tempo, da persistência de barreiras protecionistas em setores obsoletos de seu parque industrial, os quais tão cedo não cederão fatores de produção a ramos mais dinâmicos e modernos. É óbvio, por fim, que não faria sentido desinteressarmos-nos dos mercados dos países em desenvolvimento, por motivos conjunturais, quando as principais potências industriais não estão abandonando esse campo.

Esse conjunto de elementos é naturalmente bem conhecido dos empresários. Encontro neste auditório muitas pessoas que estão engajadas na luta brasileira pela ampliação e sofisticação da nossa presença econômica internacional.

Do ponto de vista econômico, Ocidente e Terceiro Mundo se somam, não se excluem. Qualquer preferência pelo Ocidente, inclusive as que se baseiam no argumento falacioso de que o Terceiro Mundo não "paga", é prejudicial aos interesses maiores da recuperação da nossa economia. Assinalaria, de passagem, que as dívidas efetivamente atrasadas de países do Terceiro Mundo para com o Brasil são reduzidas, em termos do valor total de nosso comércio com aqueles parceiros, e sempre encontramos, neles, disposição para buscar soluções razoáveis.

Concordarão os empresários comigo que não faria sentido, num momento de retração econômica, diminuir o quadro de opções, auto-impôr limitações, perder espaços já conquistados. E, mais, seria equivocado insinuar oposições entre a ação bilateral e a multilateral, entre a ação política e a econômica.

Um dos sintomas da presente crise é justamente a precariedade das instituições e instrumentos internacionais. Esta circunstância exige criatividade em dois planos: de um lado, quando se tenta renovar o sistema,

(por exemplo, a renovação da vocação do FMI); e, de outro, quando se procura imaginar linhas novas para enfrentar a crise.

As necessidades de liquidez dos países do Terceiro Mundo demonstram ser necessário equilibrar a renovação da gerência multilateral da economia internacional com a utilização mais intensa dos mecanismos bilaterais de comércio, como se fez com o México, durante a visita do Presidente Figueiredo, em fins de abril. Temos que combinar o recurso a soluções tópicas para problemas tópicos sem perder a perspectiva de um bom aperfeiçoamento ou renovação do sistema.

Devemos forjar, no comércio, regras comuns, que abram espaço real para a expansão da presença dos países em desenvolvimento. O dado de que 30% das exportações norte-americanas se dirigem ao Terceiro Mundo não será irrelevante para a compreensão da força da interdependência em nossos dias. Não se pediria ao Brasil que abandonasse, restringisse ou desestimulasse o seu intercâmbio comercial com o mundo em desenvolvimento, quando os mais desenvolvidos entre os países promovem arduamente suas relações com o Terceiro Mundo.

Não creio deva terminar minha exposição com uma nota pessimista. Acredito que a ação diplomática brasileira, justamente porque permitiu abrir horizontes, tanto no plano bilateral quanto no multilateral, é um instrumento útil e importante para enfrentar a crise. Ademais, por ser realista e serena, a política externa não criou expectativas exageradas, que nos prometessem mais do que podemos realmente obter.

Acredito igualmente no vigor da ação empresarial brasileira e na capacidade de articulação entre a política econômica governamental e as necessidades da livre empresa. Visitar São Paulo é uma renovação de fé na capacidade brasileira de transformar a realidade.

Aliás, as posições empresariais e diplomáticas têm encontrado pontos de convergência. Ambas partem da mesma crença no Brasil, ambas representam a mesma vontade de mobilização nacional em torno dos ideais de recuperação de desenvolvimento e

de justiça social e, no plano internacional, de encontro de novos caminhos de negociação. As palavras de Albano Franco, em Cancún, são expressivas dessa coincidência e vou citá-las:

“Adjetivar o mundo não é solução para seus problemas. Seccioná-lo e atritá-lo, em nome de ismos intolerantes, é caminhar para o caos ou o apocalipse, supondo que o está salvando. Norte e Sul são nomes diferentes de um mesmo destino ou uma só problemática. Não somos partes hostis, suicidas, de um sistema que se quer desativar e que se deseja, no Norte e no Sul, enriquecedor, criativo, fecundo, democrático”.

Em terceiro lugar, porque, ainda que modestos, surgem sinais de que o sistema internacional tenta soluções inovadoras. O Norte ganha uma consciência mais aperfeiçoada da validade de certas colocações do Sul; em contrapartida, a plataforma dos países em desenvolvimento ganha em realismo e sentido imediato. Desenha-se uma oportunidade única no panorama econômico internacional, e — ainda que com a relutância de quem viu tantas oportunidades frustradas — descubro razões para discreto otimismo.

Tocaria, finalmente, num outro ponto a que dicotomias como a que opõe Ocidente e Terceiro Mundo induzem. Trata-se da redução do político ao econômico. Não podemos reduzir os países, sejam quais forem, a uma expressão numérica. Não queremos, também, que nos vejam apenas como uma oportunidade comercial, embora devamos dar ao comércio exterior toda importância que efetivamente tem.

Nossa ação externa tem que ser uma expressão íntegra e integrada do que somos. Temos de trilhar nossos próprios caminhos; temos que nos apresentar integralmente, com a face completa do país. Trata-se, enfim, de acreditar no Brasil, em sua capacidade, na capacidade de suas elites e de seu povo, nas propostas que somos capazes de gerar.

A política externa deve revelar o que somos — o que o Brasil é — para que seja eficiente e respeitada. É este um projeto que vai realizar-se. Ao sermos, empresários e diplomatas, fiéis ao que temos feito, seremos úteis ao Brasil nesta hora difícil.

primeiro-ministro do suriname visita o brasil

Discursos do Presidente João Figueiredo e do Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores do Suriname, Errol Alibux. (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 24 de maio de 1983, por ocasião de almoço oferecido ao representante do Governo surinamense.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro,

Constitui para o Governo brasileiro, e para mim pessoalmente, motivo de satisfação a visita de Vossa Excelência e de sua comitiva ao Brasil. É especialmente grato para nós o fato de Vossa Excelência ter escolhido o Brasil como o primeiro país a ser visitado após sua posse no cargo de Primeiro-Ministro.

Recebemos Vossa Excelência, no contexto das profícuas relações entre o Brasil e o Suriname, como significativo ato que traduz, mais uma vez, a confiança recíproca que tem marcado o diálogo dos dois Governos. Pretendemos que essa confiança recíproca continue a fortalecer-se mediante atos concretos e de efetivo trabalho conjunto, demonstrando que o relacionamento bilateral é instrumento valioso para o desenvolvimento de nossos dois países.

O potencial humano e de recursos naturais do Suriname e do Brasil, assim como a firme determinação política de nossos Governos são condições essenciais para que possam ser exploradas amplas perspectivas de

incremento da cooperação bilateral.

Vossa Excelência certamente compartilhará minha convicção de que os vínculos de amizade que unem os dois países constituem fator de fortalecimento ainda maior dessa cooperação, que queremos baseada, sempre, no respeito mútuo e em benefícios recíprocos.

Senhor Primeiro-Ministro,

A posição brasileira é sobejamente conhecida na sua promoção dos ideais de concórdia e solidariedade no continente e na certeza de que a cooperação igualitária e a troca de experiências entre países em desenvolvimento, como o Brasil e o Suriname, serão particularmente úteis, com reflexos positivos, em termos de paz e prosperidade, para toda a região.

O momento atual, marcado pela crise e pelas dificuldades crescentes, nos anima a um renovado esforço de criação de bases sólidas para a cooperação bilateral. Cabe-nos, a brasileiros e surinamenses, o exercício criativo de identificação e desenvolvimento das áreas de interesse recíproco, para ampliar nossos entendimentos e tornar realidade concreta e significativa a decisão política de aprofundar as relações entre os dois povos.

Dentre as diversas áreas que estão sendo identificadas, para a colaboração, ressaltam a pesquisa mineral, as telecomunicações, a tecnologia de construção de estradas, a hidroeletricidade, os transportes marítimos e aéreos.

São positivas, também, as possibilidades de fortalecimento dos fluxos comerciais, mediante a ampliação do intercâmbio de produtos tradicionais da pauta de nosso comércio e a criação de oportunidades para produtos novos. Tenho confiança em que, a par das perspectivas que se abrem nos setores mencionados, existem muitos outros que oferecem oportunidade de cooperação entre o Suriname e o Brasil.

Senhor Primeiro-Ministro,

Cabe a cada país encontrar, soberanamente, seu próprio caminho de afirmação nacional, com vistas à realização das justas aspirações de seu povo sem interferência externa de qualquer espécie.

É com esse espírito, que o Brasil deseja, sincera e fraternalmente, que o Suriname possa alicerçar, seguramente, no contexto de crescente aproximação e harmonia com seus vizinhos sul-americanos, o seu progresso, seu bem-estar e a afirmação de sua personalidade nacional. O Brasil estará sempre disposto a prestar ao país vizinho e amigo, em tudo o que lhe for possível, a sua colaboração franca e eficaz.

O Brasil e o Suriname vêm mantendo, nos dois últimos anos, intenso intercâmbio de visitas em alto nível. Em janeiro de 1982, o meu Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, teve a oportunidade de iniciar nova etapa do relacionamento bilateral, ao visitar oficialmente Paramaribo. Seguiram-se as visitas do Tenente-Coronel Bouterse e do ex-Chanceler Naarendorp ao Brasil e, mais recentemente, a viagem de meu representante pessoal, o Ministro Danilo Venturini, ao Suriname. A presente visita de Vossa Excelência dá seqüência a esses proveitosos contactos. Desejo que sua estada no Brasil seja tão útil e agradável quanto o foram as dos Ministros brasileiros ao Suriname.

Convido todos a que comigo se unam em um brinde à saúde de Suas Excelências o Presidente Ramdat Misier e o Tenente-Coronel Desiré Bouterse, à prosperidade da fraterna nação surinamense, ao desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o Brasil e o Suriname e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

PRIMEIRO-MINISTRO ERROL ALIBUX

Senhores Ministros,
Prezados convidados,

Para mim é um grande prazer estar aqui hoje, no contexto de relações que estão se ampliando e aprofundando entre o Brasil e o Suriname. Realmente, não é a primeira vez que nacionais do nosso país tenham vindo aqui, ao seu país, para discutir formalmente os tipos de cooperação; mas o fato de que o Governo do Suriname determinou que neste momento esta delegação ao seu país deve ser dirigida por mim, como Primeiro-Ministro e Ministro de Relações Exteriores, atesta a importância que nós atribuímos ao nosso relacionamento com o Brasil e a esta e outras fases do nosso desenvolvimento. Do mesmo modo, o Brasil também deu expressão a este seu desejo de aprofundar uma compreensão e laços mútuos, quando recentemente tivemos a grande honra de dar as boas vindas em nosso país ao General Venturini. Posso assegurar-lhe, Senhor Presidente, que me sinto muito honrado com a oportunidade que me foi oferecida de sentir pessoalmente a gentileza e a hospitalidade do povo do Brasil, qualidades estas que vários membros da minha delegação já tiveram o privilégio de gozar anteriormente. Senhor Presidente, realmente é encorajador também, principalmente depois das deliberações com Vossa Excelência, como também, com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, e com outras altas autoridades do Governo do Brasil, que os esforços conjuntos dos nossos dois países possam ser dirigidos para o estabelecimento de um relacionamento profundo e duradouro, relacionamento este para o benefício mútuo e que isso vem asse-

gurando um desenvolvimento sólido e irreversível.

Senhor Presidente, por mais de três séculos, até recentemente, quando a maioria dos países da nossa região já podiam gozar independência plena há mais de um século e meio, o meu país vinha sofrendo sob um sistema colonial duro, que impediu o seu desenvolvimento econômico independente do fato de que o Suriname tem uma abundância de recursos naturais, solos ótimos, um bom clima e não tem nenhum dos desastres naturais. Esse sistema colonial também nos manteve isolados do resto do mundo, mesmo dos nossos vizinhos mais próximos. Quando nós obtivemos a nossa independência, nós tivemos também a tarefa muito difícil de moldar a nossa população composta de pessoas de etnias as mais diversas para formar uma só nação. Esta é, sem dúvida uma tarefa difícil mas com determinação que nada pode impedir, o nosso povo se levantou no dia 25 de fevereiro de 1980, se levantou e fez face a esse desafio. Mas isto, Senhor Presidente, não foi apreciado em toda parte. Nós sabemos perfeitamente das experiências de muitos dos grandes líderes revolucionários na história deste Continente. Nós informamos, Senhor Presidente, que muitas tentativas foram feitas para frustrar a nossa revolução. Mas essas tentativas realmente não representaram nenhuma surpresa para nós. Na realidade, à medida que o nosso processo foi atacado das maneiras mais variadas, tanto militarmente como por outras maneiras, nós o esperávamos. Tentativas foram feitas para desacreditar os seus líderes; ameaças foram feitas em termos de um bloqueio econômico e finalmente nós tivemos que sofrer, já há algum tempo, um bloqueio muito unilateral, repentino e realmente indecoroso, um bloqueio do fluxo de verbas ao qual o povo surinamense tem direito, baseado nos acordos que existem entre o Suriname e os Países Baixos. Além disso, esforços persistentes estão sendo feitos para impedir a nossa luta pela liberação, arrastando o Suriname para dentro do contexto dos conflitos Leste-Oeste.

Mas eu gostaria de reiterar aqui e hoje e com alguma ênfase, Senhor Presidente, que o desejo do povo do Suriname de se libertar

e de remoldar a sua sociedade para atender ao seu bem-estar é algo irreversível. É, Senhor Presidente, eu repito: irreversível.

Mas gostaria de dizer também que o nosso povo compreende perfeitamente que a sua luta justa pela liberação só pode ser bem sucedida quando realizada em harmonia com seus vizinhos e, particularmente, com o Brasil. O nosso país, Senhor Presidente, continuamente viveu dentro desta consciência. E o Brasil, de sua parte, Senhor Presidente, como resultado da avaliação muito correta e de uma apreciação muito sincera da natureza verdadeira do nosso processo de liberação no Suriname, apesar de campanhas persistentes e maliciosas contra a nossa revolução, o seu país tem estendido a sua mão para abraçar-nos em harmonia. À luz do insucesso de muitos países de entenderem a natureza dos conflitos que ocorrem em muitas partes do Continente americano, é exatamente isso que eleva o Brasil à liderança em relação a problemas mundiais. E é nosso desejo sincero, Senhor Presidente, de que esta visão ampla demonstrada pelo Brasil possa levar a uma consciência global que, por sua vez, não deixe lugar a qualquer tipo de intervenção e interferência que nós podemos observar e testemunhar em partes do nosso Hemisfério nos dias de hoje.

Senhor Presidente, é dentro desse entendimento, portanto, em relação ao relacionamento entre o Suriname e o Brasil, que podemos desenvolver o modelo de cooperação sadia entre Estados soberanos e, portanto, contribuir de maneira permanente à paz mundial. Tendo tudo isso em mente, Senhor Presidente, eu gostaria de levantar o copo e brindar o povo do Brasil e a sua liderança. É um grande prazer para mim convidar agora os presentes a saudarem em primeiro lugar Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, General João Baptista Figueiredo e Sua Excelência o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, com votos de prosperidade para o Brasil e do desenvolvimento cada vez maior do relacionamento de amizade entre o Brasil e o Suriname.

Muito obrigado.

comunicado de imprensa brasil-suriname

Comunicado de imprensa Brasil-Suriname, divulgado em Brasília, em 25 de maio de 1983, ao final da visita do Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores do Suriname, Errol Alibux.

Nos dias 23, 24 e 25 de maio, visitou o Brasil o Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da República do Suriname, Dr. Errol Alibux, em atendimento a convite do Governo brasileiro.

2. A comitiva oficial do Primeiro-Ministro e Chanceler surinamense compôs-se dos Senhores Doutor Iwan Krolis, Assessor do Governo; Doutor Eric L. Tjon Kie Sim, Ministro de Recursos Naturais e Energia; René Henry Halfhuid, Embaixador da República do Suriname em Brasília; Capitão Iwan F. Graanoogst, Chefe do Estado-Maior do Exército; Doutor H. O. Goedschalk, Diretor do Escritório de Planejamento Nacional; C. Defares, Diretor do Ministério dos Transportes, Comércio e Indústria; Doutor R. W. Braam, Diretor do Ministério das Finanças e Planejamento; Dick de Bie, Diretor do Serviço Nacional de Informação; Doutor Georges Elias, Diretor do Instituto de Bauxita do Suriname; H. A. Ramdat Misier, Chefe do Cerimonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Doutor R. W. Cruden, Presidente do Colégio Consultivo; Doutor W. Udenhout, Membro do Colégio Consultivo; Primeiro-Tenente E. Cairo; Doutor A. Mungra, Presidente da Surinam Airways (SLM) e Doutor E. Amanh, Segundo-Secretário, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3. Por ocasião de sua permanência em Brasília, o Ministro Alibux foi recebido, em audiência especial, por Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil. Nas conversações, transcorridas num clima cordial e amistoso, foram passadas em revista tanto a atual situação internacional e regional quanto as relações bilaterais entre o Brasil e o Suriname, tendo ambos determinado que essas relações serão prontamente efetivadas de forma igualitária e no interesse de ambos os países.

4. Nas conversações entre o Ministro Alibux e o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, foi expressada grande preocupação com o aumento das tensões em várias partes do mundo e com a persistência das desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Rejeitaram todas as formas de colonialismo e de discriminação racial, reafirmaram sua convicção de que o pleno respeito aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas constitui a base indispensável para o bom relacionamento internacional e condenaram a corrida armamentista.

5. Ao considerarem a conjuntura latino-americana, acentuaram a importância de que as relações entre os países da região se

baseiam no respeito às soberanias nacionais e na cooperação franca na busca do desenvolvimento comum e pacífico. Reiteraram o desejo de ambos os países de manter a América do Sul alheia a confrontações que lhe sejam estranhas.

6. Expressaram sua viva satisfação pela confiança e franqueza que caracterizam o diálogo bilateral e pelo contínuo crescimento da cooperação e do intercâmbio entre os dois países. Ressaltaram que o relacionamento se tem favorecido pelos contatos de alto nível entre autoridades brasileiras e surinamenses, como foram as visitas do Ministro Saraiva Guerreiro a Paramaribo, em janeiro de 1982, do Tenente-Coronel Desiré Bouterse, do Chanceler Harvey Naarendorp e do Ministro I. E. Fong Poen ao Brasil, respectivamente em setembro de 1982, fevereiro e abril de 1983, bem como a recente missão do Ministro Danilo Venturini ao Suriname, de 15 a 17 de abril último.

7. Nesse contexto, salientaram a relevância da intensificação dos vínculos econômicos e comerciais, bem como da cooperação cultural, técnica e científico-tecnológica entre os dois países, e notaram com satisfação que os entendimentos alcançados se traduzirão nas seguintes iniciativas concretas;

- 7.1 – incremento do fluxo de comércio bilateral, mediante:
 - 7.1.1 – o início de exportação de arroz do Suriname,
 - 7.1.2 – a consolidação dos contratos de venda de alumina surinamense existentes,

- 7.1.3 – expansão das vendas de bens e serviços brasileiros para o Suriname;

- 7.2 – melhoria das condições de transporte marítimo e aéreo, incluindo a cooperação entre as companhias nacionais;
- 7.3 – concessão de bolsas de estudo para estudantes surinamenses, nas áreas de formação de diplomatas, administração postal e outras, no campo técnico, a serem indicadas oportunamente pelo Governo surinamense;
- 7.4 – envio de geólogos da Companhia de pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) ao Suriname para implementação de projetos no campo da pesquisa mineral e do mapeamento hidrogeológico;
- 7.5 – envio ao Suriname de consultor no campo do comércio internacional, a fim de organizar futuro programa de treinamento em promoção comercial para funcionários surinamenses, a se realizar no Brasil;
- 7.6 – visita de uma missão brasileira a Paramaribo, em julho, para identificar programas de cooperação técnica a serem desenvolvidos com entidades brasileiras nas áreas de tecnologia de alimentos e pesquisa agropecuária;
- 7.7 – participação brasileira no desenvolvimento do setor hidrelétrico do Suriname;
- 7.8 – cooperação na área militar, nos setores de treinamento especializado de pessoal e fornecimento de equipamento brasileiro;
- 7.9 – visita ao Brasil, em julho, de uma missão surinamense para tratar de assuntos comerciais e financeiros.

a conferência do chanceler saraiva guerreiro na esg

Conferência do Chanceler Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1983.

I. INTRODUÇÃO

Parece inevitável que o diálogo sobre relações internacionais esteja monopolizado por uma palavra: crise. Mais especificamente, meu objetivo hoje é expor a resposta diplomática brasileira diante dos múltiplos desdobramentos políticos e econômicos da crise.

Não tenho dúvidas em afirmar que os princípios básicos da ação externa brasileira formam um todo coerente, que nos permite compreender o andamento do sistema internacional e enfrentar questões específicas da conjuntura.

Neste momento, a necessidade de aprofundar a compreensão de uma conjuntura externa particularmente difícil aumenta, sobre maneira, meu interesse em ouvir os Senhores, suas observações e análises.

II. A CRISE DO SISTEMA INTERNACIONAL: (dados para uma conceituação mínima).

Já na palestra que fiz nesta Escola no ano passado, o tema central foi a crise internacional, cuja gravidade, dizia, "é inigualada há mais de uma geração". De lá para cá, não vejo sintomas expressivos de recomposição econômica e distensão política no plano mundial. Talvez, aqui e ali, sinais discre-

tíssimos de mudança positiva possam ser mencionados, e a eles me referirei adiante.

Todas as lideranças internacionais falam na crise; todas as nações, embora de formas variadas, sentem seus efeitos; e, não obstante as diversas tentativas de superá-la, a crise só se agrava e se aprofunda.

As perguntas que se colocam diante desse quadro são muitas. Por que não se interrompe o ciclo de deterioração do sistema? Quais as tendências que vão prevalecer no curto e no médio prazos? Existe efetivamente possibilidade de quebrar o ciclo? Quais as implicações da crise para a convivência diplomática? Qual o significado social da crise? Quais as linhas de atuação em política externa que devem ser exploradas neste momento?

A resposta a qualquer dessas indagações exigirá diagnósticos muito claros para que a ação conjunta, que deve estar na base dos mecanismos de superação, tenha eficácia e seja duradoura.

Uma das linhas centrais de atuação da diplomacia brasileira é, justamente, buscar esse diagnóstico e encaminhar sugestões. O discurso do Presidente João Figueiredo nas Nações Unidas, em setembro de 1982, foi, sem dúvida, um marco nesse esforço.

Gostaria, nesta oportunidade, de retomar alguns conceitos então emitidos e aplicá-los a situações específicas. Sublinharia, aliás, que a própria atitude de utilizar as Nações Unidas como foro para apresentação das posições brasileiras já é de si expressiva. Revela a preocupação de que o exame das razões da crise não pode nascer de atitudes isoladas e unilaterais. Num processo que afeta praticamente a todas as nações cuja superação requer a cooperação de todos, ninguém tem o monopólio da verdade.

O Governo brasileiro tem sublinhado que as dificuldades que vivemos têm dimensão sistêmica. Ou seja, nascem, em boa medida, do modo como se dá a interação das nações. Suas distorções, historicamente enraizadas, devem ser corrigidas para que a crise seja realmente superada.

Outro elemento a considerar é que a crise é mais transparente e mensurável em suas dimensões econômicas, embora não se esgote aí. Diria, aliás, que sua dinâmica é essencialmente política. O próprio mecanismo de convivência econômica se politizou profundamente em pelo menos dois sentidos. Inicialmente, desde alguns anos, a economia passa a ser um instrumento de ação política do Estado; Governos procuram afetar Governos através da manipulação de determinadas vantagens econômicas e esse tipo de atuação se multiplica e se exacerba em nossos dias. A economia passa a alimentar as dificuldades políticas (e, lembraria, no contexto, como se inverteu profundamente a teoria de que a criação de modalidades de interdependência entre o Leste e o Oeste amenizaria as dificuldades especificamente políticas: nunca foi tão grande a interdependência, mas nem por isso abrandaram-se as tensões internacionais).

Num segundo plano, mesmo nos países ocidentais industrializados, o papel do Estado nas relações econômicas internacionais cresce a cada dia. O processo de crise econômica perdeu suas feições técnicas e se tornou centralmente político. Para o encaminhamento da crise, é fundamental articular o diálogo político.

Concluindo: desenha-se, como sublinhou o Presidente João Figueiredo nas Nações Uni-

das, um processo de fertilização mútua de crises, que aproxima a conjuntura presente da que prevalecia nos anos 30 e que teve o trágico desfecho na II Guerra Mundial.

Referindo-me agora especificamente à América Latina, citarei apenas alguns dados:

- I. o produto interno bruto total da América Latina diminuiu em quase 1% em 1982, o que não acontecia desde os anos 40;
- II. o produto por habitante caiu em mais de 3% ;
- III. a inflação se acelerou e o aumento médio dos índices ao consumidor alcançou cerca de 80% ;
- IV. o balanço de pagamentos regional se encerrou com um déficit da ordem de 14 bilhões de dólares;
- V. este saldo negativo se dá apesar de ter havido um saldo comercial da ordem de 8,8 bilhões de dólares;
- VI. os pagamentos de juros e outros elementos chegam aos 34 bilhões de dólares, dobrando em dois anos;
- VII. em contrapartida — e agravando a tendência — dá-se uma queda drástica do ingresso líquido de capitais, que se reduz de 42 bilhões de dólares em 1981 para 19,2 em 82.

As tendências que os números revelam sugerem, de imediato, uma série de questões. É irreversível a tendência ao contraimento da economia internacional? Voltaremos atrás em termos de qualidade e quantidade de intercâmbio? Estamos regredindo para uma economia de trocas, limitada e limitadora, e que estará sempre longe de servir às necessidades dos povos? O comércio internacional se estará transformando de "máquina do crescimento" em fator de estrangimento e conflito?

Não poderei tratar em pormenor cada um desses temas. Gostaria de centrar a atenção no aspecto político que aproxima as diversas indagações. E a questão política básica tem que ver com o fato de que a reversibilidade ou irreversibilidade das tendências negativas da economia internacional está nas mãos dos homens de estado. Na sua capacidade de dialogar e combinar o curto prazo e a perspectiva histórica; na sua capacidade

de ver que as diferenças entre níveis de desenvolvimento devem influenciar as terapias adotadas; na sua capacidade de descer às raízes mais profundas da crise, e buscar soluções realmente duradoras.

A responsabilidade é de todos, países do Sul e países do Norte. Mas — e aqui mencionaria outra dimensão claramente política do processo econômico — existe clara dissonância entre a responsabilidade, que é universal, e a distribuição dos meios e instrumentos para superar a crise, que é evidentemente desigual e heterogênea.

A crise internacional dramatiza o próprio fato de que Norte e Sul fazem parte de um destino comum. Os problemas de liquidez nos países do Sul estão indissoluvelmente ligados à recessão no mundo industrializado. Também não se pode esquecer que o dinamismo da economia internacional nos anos 70 esteve fortemente vinculado ao dinamismo derivado do crescimento dos países do Terceiro Mundo.

Essa nova disposição das forças econômicas não se traduziu, contudo, em aperfeiçoamentos institucionais. No fundo, todo o complexo pleito de reivindicações por uma nova ordem econômica internacional significava basicamente a proposta de uma mudança político-institucional que absorvesse a efetiva presença dos países do Terceiro Mundo no cenário econômico internacional. As reivindicações sugerem caminhos que, garantindo o dinamismo e o crescimento dos países do Sul, estariam, também, garantindo o dinamismo e o crescimento do sistema como um todo.

Não se tratava, assim, de devaneio utópico. Esse exercício, no entanto, não evoluiu em termos concretos. Para o Norte, fez pouco sentido trocar vantagens de poder econômico de curto prazo por um cenário novo com regras construídas politicamente, mais equânimes, que favoreçam e mobilizem os países pobres para a expansão de todos.

A situação de crise, no entanto, mostra, com toda a intensidade, a necessidade de que a barganha, a negociação, se reencete. E, ao mesmo tempo, como a crise coloca exigências de curto prazo, sintomaticamen-

te, proliferaram as propostas de adiamento que evitam o cerne da questão. A própria filosofia que inspira o diálogo Norte-Sul é às vezes, questionada em nome de uma ortodoxia que encontra pálida sustentação na realidade de nossos dias.

Não quero ser, diante dessas tendências, completamente pessimista. A crise "revelou", ainda que em medida pequena, pontos positivos para o processo, como o de que segmentos importantes nos países industrializados tomaram consciência do "valor operacional" do diálogo Norte-Sul. Além disso, medidas tópicas importantes foram adotadas e encaminharam questões de curto prazo. Nós nos beneficiamos de algumas dessas ações (embora não nos devemos esquecer que serviram também a interesses dos países industrializados).

Do lado dos países em desenvolvimento, nota-se uma medida maior de realismo, que se exprimiria na aceitação de enfoques gradualistas — dividindo o curto e o longo prazos — para as negociações multilaterais.

Tentam-se novos padrões negociadores, mais viáveis, de resultados possivelmente mais palpáveis.

Em suma, se existe um momento em que o trabalho de longos anos para a renovação de conceitos sobre o sistema econômico deva tornar-se base do esforço político, esse momento é hoje. Diante dos países industrializados se coloca um problema de liderança e vontade política.

São esses países que precisam revelar a disposição para a renovação, porque dispõem dos meios mais efetivos para a reforma, porque são os que demonstraram resistências a atentar algo novo que prevenisse o que está acontecendo e até porque, neles, têm surgido idéias que marcam etapas históricas.

Quanto à atitude dos países em desenvolvimento, recordaria as palavras do Presidente João Figueiredo nas Nações Unidas, quando afirmou:

"Precisamos, também, demonstrar plenamente nossa capacidade de buscar, com se-

renidade e espírito construtivo, o encaminha-mento de nossas postulações. Estas, por mais justas que sejam, não nos devem levar a atitudes negociadoras rígidas e maximalistas — sob o risco de assim acabarmos por enfraquecer nossos próprios princípios e ideais e exacerbar ainda mais a intransigência que caracteriza alguns setores do mundo desenvolvido”.

Passaria agora a tratar do que seriam os aspectos própria ou puramente políticos da crise do sistema internacional. Já observei que, mesmo na dimensão econômica, a situação limite que enfrentamos coloca basicamente uma questão política, que se desdobra em processos que combinam elementos de poder, necessidade de barganha, coragem e efetividade das lideranças, ordenamento das formas sociais de agir. Assim, o “puramente político” tem que ver com o ambiente internacional em que se dá a evolução do jogo econômico. Nas crises e impasses que marcam a passagem de uma para outra época surge, plenamente, a dinâmica do “poder”.

Ao examinar o presente ambiente internacional, noto que a combinação de dificuldades econômicas, tensão global e crises regionais têm produzido efeitos marcantes que ameaçam de dissolução a própria ordem política que serve de moldura mínima para o intercâmbio internacional, refletindo-se até em seus aspectos técnicos.

A passagem da ordem precária das soluções **ad hoc** para a ordem estruturada do diálogo sobre as causas e da busca de soluções estáveis depende fundamentalmente de uma disposição e uma vontade política.

Para construir essas novas formas de diálogo há que abandonar determinados “vícios de raciocínio”, que travam as perspectivas de transformação.

Quais seriam eles? Apontarei esquematicamente os mais evidentes:

I. a crença no poder das armas como resposta exclusiva a desafios políticos e fundamento único da segurança: é uma atitude que mina a possibilidade de lidar politicamente com fenômenos que são sempre complexos, que envolvem o político, o econômico e o social, que respondem a problemáticas seculares;

II. a crença no poder da exaltação retórica como instrumento de intimidação e pressão: é pecado comum a grandes e pequenos, e que despreza o fato básico da vida internacional que é o do encontro de soberanias, que só admitem ceder se houver concessões recíprocas, que associem transformação a negociação;

III. a predominância de temas ideológicos: é evidente que são esses temas fundamentais ao convívio entre nações estão enraizados na própria organização da sociedade internacional; o vício está, então, ligado ao fato de que as disputas de poder são exacerbadas e tornadas rígidas pela fé ideológica, levando à tensão e a constantes riscos de segurança, e relegando a segundo plano distante todo o campo da cooperação entre os Estados, campo que serviria exatamente para facilitar a administração da interdependência, a qual requer o diálogo e não o atrito e a fricção como estilo diplomático;

IV. a crença em soluções de curto prazo, que teriam a virtude mágica de se perpetuar automaticamente, isto é, a crença de que não há nada errado com o sistema propriamente dito: reconhecemos que as soluções tópicas são fundamentais nesse momento, mas não podem, infelizmente, ser mais do que tópicas, e não atingem — nem podem tocar — as raízes profundas da crise;

V. a crença de que princípios elementares da convivência internacional são manipuláveis e que apoios transnacionais, de tipo ideológico, político ou militar, a grupos e segmentos dentro de Estados podem “ajudar” a encaminhar questões internacionais e implicar ganhos a quem produz o apoio: a História provou infinitas vezes que essa crença é infundada e que esses mecanismos mesmo sob os melhores disfarces tendem, ao contrário, a acarretar formas abertas de intervenção e conflitos internacionais graves.

As conseqüências desses vícios são dramáticas. Em primeiro lugar, porque os resultados que obtêm são contrários aos objetivos desejados. O que seria um padrão para a solução de crises torna-se gerador adicional de dificuldades e atritos entre Estados. As situações de tensão e controvérsia tornam-se cada vez menos suscetíveis de limitação; ao contrário, tendem a ampliar-se e agravar-se.

Podemos descobrir esse ciclo de pretensas soluções que, na verdade, agravam problemas em diversas instâncias da vida internacional. Um exemplo é o que ocorre no jogo nuclear entre as superpotências. As armas nucleares criam cada vez mais insegurança entre os povos da terra, simplesmente porque já ultrapassaram de muito qualquer forma "racional" de garantir a sobrevivência de um Estado. Mas, na esteira de um ambiente internacional que se deteriora, parece tornar-se "natural" levar adiante as modalidades de confrontação e o aperfeiçoamento da tecnologia de armas nucleares.

Uma segunda dimensão são precisamente os cenários regionais, onde a regra é o impasse e o agravamento. Nesses temas, as posições brasileiras são conhecidas e aqui sublinharia somente os aspectos que enquadram o plano regional na caracterização mínima da crise internacional.

A questão centro-americana, por exemplo, que é complexa, envolve dinâmicas internacionais típicas, como questões de fronteiras e intervenção, e dinâmicas nacionais, como a que tem que ver com contestação a regimes e Governos. Na prática, ela não caminha no sentido de soluções satisfatórias. As dinâmicas nacionais e a internacional submetidas à intransigências e a equações de força, interagem negativamente e impõem obstáculos sérios ao controle da crise. Aumenta a militarização e, em conseqüência, a influência externa. Estas estimulam, por sua vez, o agravamento da crise, e cada vez se fica mais longe das condições mínimas para a atenuação dos problemas sub-regionais; cada vez se fica mais perto da transformação da América Central no estopim de uma crise maior. Não quero apontar culpados ou responsáveis. Existem raízes profundas para explicar o que está acontecendo; existe a questão das formas insidiosas de presença externa. Não passamos julgamentos, mas existe, e é importante reconhecê-lo, a cegueira e a simplificação ideológica das lideranças também das pequenas nações.

Em suma, a crise centro-americana ilustra a soma dos vícios que contaminam o ambiente internacional, alguns dos quais apontei anteriormente. Superá-la exige que se passe da confrontação ao diálogo, à moderação e

à descontaminação, e por uma via diplomática e latino-americana legítima. Daí, o apoio brasileiro ao trabalho do Grupo de Contadora.

No Oriente Médio, encontro sintomas similares: a intransigência que repele mecanismos de negociação; as saídas que forçam a utilização do poder militar; a permanente tentativa de transformar o cenário regional em palco de influências externas das superpotências. Também ali encontramos a combinação de dinâmicas nacionais e internacionais: regionais e globais, a auto-alimentarem. Quebrar o processo de violência parece um dos maiores desafios para os povos da região e para a comunidade internacional como um todo. E numa questão tão delicada e intrincada, não é o ambiente internacional, em deterioração, um fator positivo para fazer que avancem os processos de negociação.

Mencionaria, finalmente, o problema da independência da Namíbia, onde também temos posição tomada. É uma questão que não admite hesitações e dúvidas quanto à natureza jurídica, quanto à legalidade do processo de independência, quanto à validade ética que sustenta a luta namibiana, e mesmo quanto à própria conveniência política de que seja resolvida. Os países africanos já deram mostra de flexibilidade, de capacidade de transigência e conciliação. Tenho esperança de que os esforços da comunidade internacional se concentrem em obter rápido cumprimento de objetivo tão legítimo.

Não poderia deixar de mencionar, no contexto, a presença soviética no Afeganistão, que se perpetua, e também novas formas de desdobramento do poder soviético, cujo potencial de desestabilização é notório. Acompanhamos com apreensão esse processo que, para nós, tem implicações básicas. De um lado, torna ainda mais problemática a questão da segurança internacional; de outro, torna patente que, para organizar a sociedade das nações, de forma estável e justa, não existem outras bases práticas senão a obrigação ao diálogo, à igualdade e ao respeito mútuo entre os países, que são os fundamentos necessários da convivência en-

tre diversos interesses e posições. As tentativas de homogeneização por subordinação, quaisquer que sejam os pretextos, só podem levar à desordem internacional.

É claro que, nesta minha revisão de alguns temas regionais, estive longe de esgotá-los. Não falei de outras zonas de tensão, de outras manifestações de intransigência e de processos intervencionistas. Não mencioná-los, nesta oportunidade, não significa ignorá-los, nem deixar de levar em conta suas implicações para a armação da atitude externa do país.

III. O BRASIL E A CRISE

Global e multifacetada, a crise envolve todas as regiões e todos os países do mundo e o Brasil não poderia pretender ser exceção. Se me for permitida uma imagem, a tarefa de navegar em meio à crise envolvente pode ser comparada à de conduzir um barco durante uma tempestade que se abate sobre toda a frota. Uma série de medidas de emergência se impõe; maiores ou menores; mas uma coisa é certa: não se há de esquecer que, passada a tormenta, o barco continuará a navegar e deve buscar seu rumo.

Os desafios aumentam e os instrumentos de que se pode dispor revelam suas limitações. O controle sobre a evolução dos acontecimentos é precário para todos. A própria dinâmica da crise, ao acentuar a intranquilidade e a insegurança, tende a ensejar atitudes negativas e voltadas apenas para objetivos de curto prazo — como as práticas protecionistas, no campo econômico, ou a intransigência e a busca de ganhos unilaterais em processos políticos. Tais atitudes, por sua vez, apenas contribuem para exacerbar a própria crise.

Que fazer diante de tal quadro? Se nos deixássemos guiar pelo desalento, com base em uma perspectiva exclusivamente de curto prazo, seríamos levados à passividade, à prostração ou à agitação inseqüente. Deveríamos aceitar que a recessão se instale, com todas as suas conseqüências? Deveríamos encetar negociações — ademais ilusórias — que implicassem a aceitação de quaisquer condições? Deveríamos renunciar

aos anseios legítimos de fazer do Brasil um país autonomamente viável, com personalidade própria e soberana?

Não devemos perder o rumo em meio à tempestade. O que a crise revela, mais que tudo, são as fragilidades do atual ordenamento internacional. Todos os países sofrem suas conseqüências — juntos, mas não solidários. Os esforços conjugados, por meritórios que sejam, se concentram em tapar brechas, em evitar um rápido afundamento. Cada país, por poderoso que seja, revela-se impotente para, individualmente, controlar ou reverter as crises e tensões de nossos dias. A recessão e o desemprego, os enormes desequilíbrios financeiros, a retração do comércio, a acentuação das disparidades entre países, ao que se somam a exacerbação de tensões políticas, a polarização ideológica, a intransigência ante a necessidade de negociações, a falta de disposição para dialogar em bases construtivas, tudo isto revela com clareza que há muito o que melhorar no ordenamento internacional.

Ora, o diagnóstico dessa situação e de suas implicações tem estado presente permanentemente na formulação da política externa brasileira. Já em 1979, aqui nesta Escola, dizia eu que “vivemos um tempo de transformações rápidas, com o aumento de tensões internacionais a nível político e econômico e — o que é grave — sem que se construam paralelamente mecanismos eficientes, justos, abertos para a solução dessas tensões”.

Levamos nosso sinal de alerta e nossas contribuições positivas à comunidade internacional em sucessivas ocasiões. Não estive errado em nossa percepção. Não foi por erro de avaliação ou por falta de ação política oportuna de nossa parte que o quadro internacional evoluiu desfavoravelmente. A própria globalidade da crise revela que é sobretudo nas deficiências da estrutura do relacionamento internacional que estão suas causas profundas.

Este diagnóstico funda-se no realismo; deriva de uma longa meditação sobre o processo internacional, de uma compreensão construída cuidadosamente, em numerosos contatos conduzidos pelo Senhor Presiden-

te da República. Nosso diagnóstico parte da sensibilidade de quem conta com o sistema internacional para a satisfação de necessidades legítimas, para acelerar o processo de desenvolvimento e afirmação nacionais. Não é um diagnóstico alimentado por falsas pretensões.

É real porque evita perspectivas parciais. Toma o sistema internacional em sua complexidade plena. Admite que, ao lado das dimensões de poder, existem linhas de cooperação. Ao lado das formas de ação unilateral, existem as possibilidades de construção comum. Se há espaço para a política "realista" e repetitiva das preocupações com o poder, é necessário imaginar e forjar modalidades de convivência entre os Estados, que superem os preceitos e comportamentos a que nos induzem os que têm poder; aceitar que a construção da segurança não se fará somente com a acumulação de poder, justamente porque, na medida em que cresce o estoque de instrumentos de poder, cresce a desconfiança e a ameaça. Tão ingênuo e falacioso é tomar o poder como absoluto, quanto falacioso e ingênuo é imaginar a política internacional como um quadro de exclusiva cooperação. O mundo real não é o mundo da **realpolitik** nem o mundo da cooperação absoluta. É os dois, e algo diferente dos dois. Qualquer diagnóstico que privilegiar só um dos lados não serve para que nossas metas e objetivos de política sejam realizados.

Qual a resposta correta, diante desse quadro, que, levando em conta os problemas agudos do curto prazo, não perca de vista as necessidades e as perspectivas de longo prazo? Situemo-nos, em uma primeira aproximação, basicamente no terreno econômico.

Há quem diga que, diante da gravidade da conjuntura, deveríamos concentrar-nos apenas em aprofundar as relações com os países desenvolvidos que, afinal, são os que, na escala internacional, detêm o poder e exercem maior grau de controle sobre o sistema econômico. O Terceiro Mundo, nesse raciocínio, seria um conglomerado de países pobres e endividados, incapazes de nos ajudar financeiramente e de comprar nossos produtos de exportação.

Este quadro, no entanto, se esvai diante de um exame um pouco mais profundo. Em primeiro lugar, a soma de fatores exógenos que hoje constitui a essência da problemática do setor externo de nossa economia — altas taxas de juros, crise de liquidez e retração de empréstimos e financiamentos, surto protecionista, etc. — deriva exatamente das deficiências do sistema global vigente, e de seu segmento afluente, em particular.

Em segundo lugar, adotar passivamente a atitude de esperar que as economias dos países desenvolvidos se recuperem da atual recessão, retomem seus índices de crescimento, de emprego e de investimento e alcancem, por fim, uma participação dinâmica no comércio e na economia internacional constitui resposta evidentemente frágil. Não se prevê uma recuperação rápida para aqueles países onde o desemprego continuará a ser fator negativo nos próximos anos, estimulando, inclusive, o protecionismo. Tampouco se pode afirmar que tal recuperação, ademais de lenta e incerta, resulte necessariamente em benefícios que se distribuiriam fraternalmente pelo mundo. Finalmente, tal atitude reflete um recuo da interdependência para a dependência. Retoma o verticalismo nas relações econômicas e acentua, como se fosse inevitável e eterna, uma total falta de controle de nossa parte sobre os rumos de nosso relacionamento econômico internacional.

Nesta fase da crise, é fundamental que diversifiquemos nosso relacionamento econômico. Não seria razoável que limitássemos nossas opções a apenas uma área geográfica justamente quando mais necessário se torna ocupar os espaços abertos e aproveitar as oportunidades existentes. A crise do petróleo, nos anos 70, demonstrou a necessidade de diversificar as fontes de energia. A crise econômica dos anos 80 felizmente já nos encontrou mais avançados na diversificação do comércio.

Em 1981, dizia eu nesta Escola que o comércio do Brasil com os países em desenvolvimento crescera, na década anterior, a uma velocidade mais de duas vezes superior à de nosso comércio como um todo. Nossas

exportações para os países do Sul chegaram a mais de 6 bilhões de dólares no fim daquele período.

E esta tendência não se alterou substancialmente apesar da crise. Embora 1982 tenha sido um ano desfavorável, o período entre 1979 e 1982 registrou um crescimento de 46% no valor de nossas exportações para o Terceiro Mundo, enquanto as dirigidas para os países desenvolvidos cresceram 27%. Ademais, os produtos industrializados compõem três quartas partes de nossas exportações para os países em desenvolvimento — correspondendo, só eles, a mais de 6 bilhões de dólares em 1982. O saldo comercial que acumulamos em nossas transações com o Terceiro Mundo, excluída a inevitável importação de petróleo, foi de 4,3 bilhões de dólares em 1982. Estes são fatos concretos que não podem ser ignorados. Haveria ainda que mencionar nossas exportações de serviços — de engenharia, de exploração de recursos naturais e outros — que ocupam lugar cada vez mais importante em nossa balança de pagamentos e que se destinam quase na totalidade a países em desenvolvimento.

Temos de persistir nesse caminho. Reforçar nossas relações econômicas tanto com o Sul quanto com o Norte, sem atribuir a qualquer deles prioridades incongruentes, sem nos impormos opções falsamente excludentes. Temos de continuar a buscar concretamente, no plano conjuntural, oportunidades de ação que possam suavizar nossos problemas de curto prazo e ao mesmo tempo prosseguir no esforço de promover o estabelecimento de estruturas mais justas e eficazes para o relacionamento internacional, essencial para a sustentação de nossas expectativas de longo prazo.

Mas a política externa é mais do que isso. As relações entre os povos alcançam outras dimensões.

Temos interesse real e profundo na superação das tensões políticas para que temas de importância capital para o bem comum e para o progresso nacional possam receber a devida consideração da comunidade das nações. Hoje, a agenda internacional está con-

gestionada por tensões e confrontações políticas em quase todos os continentes, devidas a problemas do confronto global entre as superpotências, bem como por questões locais que acabam atraindo esses confrontos com óbvio prejuízo para todos os pequenos atores envolvidos nessas questões.

Nossa atitude política é pautada pela regra da moderação e do equilíbrio. Não nos acomodamos passivamente às flagrantes imperfeições hoje existentes na ordem internacional. Atuamos com realismo dentro do sistema vigente mas com sensibilidade para as transformações necessárias e para a vigência dos princípios da Carta das Nações Unidas e das normas do direito internacional.

Nossa atitude externa é bem recebida em todas as áreas geográficas. É na prática de nossas relações que vemos reconhecida a confiança que despertamos, no Norte como no Sul, como parceiros de empreendimentos conjuntos. Construimos um capital político de grande valia e não haveremos de perdê-lo ou de dilapidá-lo.

Porque somos um país em desenvolvimento, podemos compreender as reivindicações e pleitos do Terceiro Mundo, assim como por sermos um país do Ocidente, ao qual nos ligamos pela história, pela cultura e por valores permanentes que compartilhamos, mantemos um relacionamento fluido e intenso com os países desenvolvidos do Norte. Não há intervalos entre nossa formulação intelectual e nossa atuação concreta.

Os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas nós os respeitamos porque cremos neles. Porque são a melhor fórmula para a boa convivência e porque não abrigamos qualquer desígnio ou pretensão que com eles se choquem. Nosso próprio temperamento e estilo revelam que não vemos os demais países apenas como abstrações, no campo conceitual ou, no campo factual, como objetos de ação, reduzidos à categoria de fontes de recursos ou mercados para nossos bens. Vemo-los como são e respeitamos suas respectivas identidades, como grupos humanos com necessidades e aspirações próprias.

A época de crise que vivemos obriga-nos a dar o máximo de operacionalidade a nossos instrumentos de ação diplomática. Neste exercício, certamente difícil e complexo, não podemos negligenciar as necessidades de curto prazo e os interesses de longo prazo.

Em síntese, o que o momento requer de nós nesta área é a perseverança. É necessário afiançar os princípios permanentes que orientam nossa atitude, dar seqüência a nossas atividades e ampliá-las onde couber. A resposta à crise não pode ser buscada na paralisia diplomática ou em restrições à autonomia do país.

Os instrumentos de ação revelam-se, por vezes, penosamente pobres. Mas esta é uma limitação inevitável e não seria realista imaginar situações em que tal não ocorresse. Nosso diagnóstico não é o mais fácil, mas é realista e correto. O caminho a percorrer é complexo e talvez árduo, mas é caminho certo. Atitudes nostálgicas, parar ou voltar não são soluções nem mostra de lucidez. O Brasil confia em si e continua voltado para o futuro. Não seremos um fator de turbulência ou desesperanças para a comunidade humana.

IV. ASPECTOS DA AÇÃO BRASILEIRA EM POLÍTICA EXTERNA

Em meio ao agravamento e à polarização das tensões internacionais, a diplomacia brasileira tem tido êxito em gerar e aprofundar vínculos sólidos de entendimento e cooperação.

Nossa política latino-americana seguiu descontraída, marcada por um diálogo amplo e sem inibições com nossos parceiros, marcado por relações e encontros no mais alto nível com os países latino-americanos, que dão ainda maior densidade à própria convivência regional.

Nesse esforço, tem sido fundamental o empenho pessoal do Presidente Figueiredo. O contato direto que manteve com os

mandatários de praticamente todos os países latino-americanos foi fundamental no processo de melhor conhecimento e adensamento das relações do Brasil com a região.

Ainda recentemente, em fins de abril, o Presidente Figueiredo fez visita oficial ao México, com o duplo propósito de reafirmar os laços de amizade e de cooperação entre os dois países e de examinar questões do interesse comum nos planos regional e global. Ante a gravidade da atual conjuntura econômica internacional, em particular no tocante aos países em desenvolvimento, os dois presidentes firmaram declaração em que ressaltam o caráter de urgência da retomada do Diálogo Norte-Sul e a necessidade de os países desenvolvidos darem resposta adequada às reivindicações daqueles países em relação à crise econômica.

Em dezembro último, aconteceu o ato histórico da abertura das comportas de Itaipu, ocasião em que mais uma vez se encontraram os Presidentes Figueiredo e Stroessner. De um lado, o ato simboliza a vontade de desenvolvimento e a capacidade de cooperação entre países da região. De outro, dá expressão à fertilidade da ação diplomática, tanto em termos da criação de oportunidades quanto do encontro do ponto de equilíbrio capaz de gerar o contexto favorável para o empreendimento.

Ainda em dezembro, visitou-nos o Primeiro-Ministro de Dominica, num primeiro contato do mais alto nível do Brasil com essa jovem República latino-americana.

Em janeiro, o Presidente Figueiredo avisitou-se, em Foz do Iguaçu, com o Presidente da República Argentina, Reynaldo Bignone, em novo momento importante das relações bilaterais em que se busca renovar a confiança recíproca no futuro dos dois países e estimular as oportunidades de ampliação e adensamento do seu variado intercâmbio bilateral.

Fato igualmente importante foi a intensificação dos contatos com a Guiana e o Suriname, que conosco compartilham expressiva faixa de fronteiras. Em fins de 1982, o Primeiro-Ministro guianense, Forbes Burnham, visitou o Brasil. Foi a primeira visita, em nível de Chefe-de-Estado, entre os dois países e teve basicamente cunho bilateral. Na oportunidade, foram assinados diversos atos entre o Brasil e a Guiana, e reafirmamos nossa disposição de desenvolver projetos conjuntos de cooperação.

Com o Suriname, tem havido troca importante de visitas de alto nível. Dentro de nossas limitações econômicas, temos reagido positivamente ao interesse daquele país em ampliar suas relações com o Brasil e buscar uma efetiva inserção na vida sul-americana. E foi nesse contexto, de maior conhecimento mútuo e de aprofundamento do diálogo bilateral, que se realizou a visita ao Suriname do Ministro Danilo Venturini, como enviado pessoal do Presidente Figueiredo.

Tanto em relação à Guiana quanto ao Suriname, e como tem sido nossa política em relação aos países limítrofes, nossas ações têm-se orientado pelo binômio entendimento e segurança, no espectro geral de nossa posição externa de não-ingerência nos assuntos internos dos Estados.

No tocante à crise centro-americana, temos apontado a natureza estrutural e sistêmica dos problemas que afligem os países daquela região, cujo encaminhamento requer um conjunto de medidas de caráter sócio-econômico, inclusive no plano da assistência externa. No plano político-diplomático, temos apoiado os esforços locais no sentido de uma solução pacífica para a crise, livre de ingerências externas. Por isso, demos nosso apoio explícito às iniciativas do Grupo de Contadora — Colômbia, México Panamá e Venezuela —, o qual, em linhas gerais, defende ser possível enfrentar, de forma positiva, os conflitos existentes na área, através de fórmulas de solução pacífica e

um autêntico espírito de negociação, e afirma que a responsabilidade de buscar acordos que garantam a paz e estabilidade regionais cabe primordialmente aos próprios países centro-americanos.

No plano multilateral regional, em fevereiro, participei, em Cartagena, na Colômbia, da reunião preparatória da posição latino-americana para a próxima reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), quando se reafirmou a solidariedade regional e a determinação de se buscar alternativas diante da crise econômica.

Nesse contexto, cabe menção à iniciativa do Presidente do Equador, Oswaldo Hurtado, no sentido de um esforço latino-americano para fazer frente à atual conjuntura econômica internacional. Vemos essa iniciativa como uma demonstração efetiva de busca de alternativas, enfim da própria necessidade de um empenho criativo de se procurar fórmulas que permitam uma melhor convivência com esse quadro econômico negativo. No momento, estamos examinando as propostas elaboradas pelos setores técnicos da CEPAL e do SELA, conforme solicitado pelo Presidente Hurtado, com vistas a firmar uma posição brasileira em relação a esse exercício.

Em dezembro de 1982, realizou-se em Brasília, a XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, sendo a terceira vez que o Brasil é sede desse importante evento regional. Além da oportunidade do encontro pessoal com meus colegas da Bacia do Prata, a Reunião representou expressiva contribuição para a evolução do sistema regional de desenvolvimento harmônico e integração física em seus aspectos de cooperação sócio-econômica de transportes e de recursos hídricos.

Nossa ação diplomática dedicou-se prioritariamente aos nossos vizinhos latino-americanos. Não descuidamos, entretanto, de consolidar e aprofundar os variados laços

que nos unem aos demais países do Terceiro Mundo. E esse esforço é ainda mais necessário no atual quadro econômico mundial desfavorável, em que, pela carência de recursos disponíveis, esses vínculos se vêem ameaçados, colocando em risco um importante patrimônio arduamente construído através do trabalho permanente de aproximação e de ampliação do intercâmbio do Brasil com esses países.

E foi precisamente com esse propósito que visitei, em março último, a Costa do Marfim, o Gabão e a Guiné-Bissau. Também recebemos importantes visitas de altas autoridades africanas. Em abril, por exemplo, visitou-nos o Ministro do Plano de Angola, Lopo do Nascimento, numa manifestação concreta do desejo angolano de fortalecer suas relações com o Brasil e de reafirmar uma política de maior convivência com o mundo ocidental.

Condenamos as práticas de aparteidismo e apoiamos o desejo de autodeterminação e independência das nações africanas. Em relação ao processo de independência da Namíbia, preocupa-nos o andamento moroso das negociações, o que tem repercussões negativas tanto no esforço de desenvolvimento dos países da região quanto do seu próprio relacionamento internacional. Temos a esperança de que, nos próximos meses, essas negociações sejam plenamente bem sucedidas e que se resolva a questão da independência da Namíbia.

No plano da organização do Itamaraty, e tendo em mente a necessidade de se dar tratamento mais adequado às nossas relações com os países da Ásia, África e Oriente Médio, procedi à reestruturação do antigo Departamento da África, Ásia e Oceania, que foi desmembrado em departamentos específicos para cada uma daquelas regiões.

Com referência ao Oriente Médio, expressamos reiteradamente nossa esperança de que se alcance uma solução global, duradora e justa para a região. Em outubro passado, es-

tive na Arábia Saudita, na primeira visita, àquele país, de um Ministro das Relações Exteriores brasileiro. Essa visita objetivou, de um lado, intensificar o diálogo político com o Governo saudita; de outro, buscou aprofundar um melhor conhecimento recíproco, com vistas a explorar e desenvolver as relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a Arábia Saudita.

Com relação ao episódio dos aviões líbios, prosseguem as tratativas com vistas a uma solução da questão. Todos os fatos a esse respeito são bastante conhecidos desde os seus primeiros momentos, quando o Governo brasileiro, de acordo com disposições legais internacionais, mais precisamente dos artigos 16 e 35 da Convenção do Chicago, não permitiu que as aeronaves seguissem sua rota.

Com os países asiáticos, temos procurado promover um maior conhecimento das oportunidades recíprocas de ampliação do intercâmbio, apesar do distanciamento geográfico e da diversidade de culturas. Como assinalei, a decisão de criar, no Itamaraty, um Departamento específico para aquela região decorre inclusive do natural interesse brasileiro em adensar as relações com os países asiáticos.

No esforço de diversificação comercial e de convivência internacional do Brasil temos buscado, através de uma constante troca de visitas e de missões técnicas, ampliar os níveis de comércio com os países do Leste europeu. Com a Polônia, prosseguem as negociações com vistas a resolver a questão da dívida que têm conosco. Em junho próximo, deverei ir à Iugoslávia para chefiar a Delegação brasileira à VI UNCTAD, quando aproveitarei a oportunidade para fazer uma visita oficial àquele país e para trocar impressões sobre as formas de aumentar o intercâmbio político e comercial bilateral e outros temas do interesse comum.

Com os nossos tradicionais parceiros industrializados do Ocidente, temos buscado am-

pliar ainda mais os intensos e variados laços de amizade e de cooperação. Na presente conjuntura econômica mundial, procuramos sensibilizar esses nossos parceiros para o caráter interdependente dos problemas financeiros, monetários e comerciais e, em consequência, para a urgência da tomada de medidas integradas e globais nessas áreas em benefício universal.

Recebemos o Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Européias, os Chanceleres da Bélgica, da Finlândia, e, nos próximos dias, visitará o Brasil o Primeiro-Ministro dos Países Baixos. Recebemos, ainda, o Rei da Espanha, quando foram reafirmados os laços de amizade e de cooperação Brasil-Espanha.

Mantive, em outubro, na Europa, contactos com meus colegas da Áustria e Itália, quando passamos em revista as questões do nosso intercâmbio bilateral e ainda outros temas internacionais de interesse comum.

Esses contactos serviram para reafirmar o excelente nível de diálogo e de compreensão mútua que mantemos com os países da Europa Ocidental, e que constitui uma das vertentes essenciais da nossa convivência internacional, em razão, sobretudo, da inserção e do papel da Europa Ocidental na cena mundial. Com posições próprias e uma visão peculiar da vida internacional, a Europa Ocidental é um pólo que favorece o entendimento, a distensão, e que oferece uma perspectiva matizada para determinadas questões. Esperamos que essa atitude de criatividade não se perca e que a Europa Ocidental — mesmo confrontada por uma natural preocupação estratégica com sua segurança e sobrevivência — preserve esse seu papel fertilizador em todos os campos.

A visita do Presidente Reagan, em dezembro último, constituiu inegavelmente um importante momento nas relações Brasil-EUA. E isto por várias razões. Ficou claríssima a disposição para o diálogo e o respeito mútuo. O relacionamento bilateral se co-

locou em tom adequado. Cada país sustentou de modo natural suas posições e atitudes. Há reconhecimento de um embasamento comum, no objetivo do respeito pelo indivíduo e na criação de uma sociedade internacional de coordenação, não de subordinação. Os dois países se conhecem melhor, se entendem melhor, na medida em que concordar e discordar deixa de ser um exercício traumático, com conotações exacerbadas. Não é um relacionamento que tenda a polarizações hegemônicas. Sem otimismo infundados, mas sem omissões, e sendo preservado o essencial das posições e ênfases inerentes ao relacionamento, muito pode ser construído. É esse precisamente o espírito que preside o exercício dos grupos de trabalho criados por ocasião da visita do Presidente Reagan.

Em março, fui a Washington para uma troca de impressões e para acertar, com o Secretário de Estado Shultz, o andamento dos referidos grupos. No momento, praticamente todos esses grupos já estão funcionando, com encontros, em nível técnico, devendo concluir suas atividades ainda no ano em curso.

V. CONCLUSÃO

A diplomacia brasileira tem doutrina própria. Tem postura ética clara. Tem sido coerente e unívoca. Qualquer observador nota que o Governo age como um todo em sua face externa, a partir de concepções comuns. Se esses princípios têm resistido, se têm sido uma orientação segura nessa fase de crescentes desafios externos, se têm permitido preservar a personalidade do Brasil no sistema, se têm sido a base de nossa contribuição para o enfrentamento da crise, então são bons princípios. Então, são uma expressão representativa e verdadeira da nacionalidade.

Haverá, mas serão poucos, os que desejariam mais militância num sentido, ou noutro. O curso da política externa, porém, se adapta aos interesses globais do Brasil e não

às necessidades, interesses e conveniências individuais ou setoriais. Não somos "donos da verdade". Nem professores, nem juízes. Mas temos certeza de que nossa contribuição não é perturbadora do panorama internacional. Ao contrário, é positiva. É diluidora de tensões. Sabemos que o encaminhamento dos grandes temas repercutirá na superação das controvérsias locais e na paz interna dos países. Os modos de encaminhar

os problemas Leste-Oeste e Norte-Sul são diferentes. São dois tipos de jogos diplomáticos, mas que, hoje, são tabuleiros que se entrecruzam, se afetam mutuamente, embora tenham lógica diferenciada. O mesmo espírito de concórdia deve presidir ao rearranjo da ordem internacional, que é o único caminho para uma solução duradora da crise.

em Brasília, o primeiro-ministro dos países baixos

Discurso do Presidente João Figueiredo, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 30 de maio de 1983, por ocasião do jantar oferecido ao Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Ruud Lubbers.

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao distinguir-nos com a primeira visita de um Chefe de Governo dos Países Baixos a Brasília, Vossa Excelência dá testemunho do desejo de aprofundar as relações de cordialidade e cooperação que prevalecem entre nossos países.

Esse desejo encontra plena ressonância entre nós.

Ao recebê-lo, na companhia da Senhora Lubbers e de ilustre comitiva, desejo dar-lhes, a todos, as boas-vindas do povo e Governo do Brasil.

O descortino e a sensibilidade demonstrados por Vossa Excelência à frente do Governo de seu país se refletem também, na ação externa neerlandesa, de repercussão européia e mundial.

Sensibiliza-nos a circunstância de Vossa Excelência fazer-se acompanhar nesta visita ao Brasil, do eminente membro de seu Gabinete, titular da Pasta dos Negócios Estrangeiros, Senhor Hans van den Broek.

Seu país, Senhor Primeiro-Ministro, extravasa suas dimensões geográficas no espírito corajoso e empreendedor de seu povo. Foi esse espírito que trouxe a presença batava a terras brasileiras nos primórdios da formação de nossa nacionalidade. Ao evocar essa época, não se pode deixar de mencionar o nome de Maurício de Nassau, cujas altas qualidades pessoais cumpre reconhecer.

Inspirados pela teoria do “mare liberum”, formulada pelo iminente jurista neerlandês Hugo Grotius no século XVII seus compatriotas constituíram vasto império mercantil. Fiéis a essa tradição, os Países Baixos têm hoje, no comércio mundial, posição de realce, evidenciada pelo volume da frota neerlandesa e pela pujança de Rotterdam, primeiro porto do mundo.

O oceano incentivou os neerlandeses também a arrebatarem das águas grande parte do solo pátrio. Seu país é exemplo singular de uma terra conquistada pelo trabalho engenhoso de um povo. Por essa razão, diques e moinhos são, mais do que imagem típica, símbolo do efetivo poder da cooperação entre os homens para submeter a natureza a seus desígnios.

O Brasil, fiel às suas tradições hospitaleiras, abriu as portas a imigrantes de variada procedência. Dentre estes, os neerlandeses que, com sua índole industriosa e a crença no cooperativismo, trouxeram-nos a valiosa contribuição de suas técnicas, mormente no campo da agropecuária. Hoje, cerca de seis mil agricultores de origem batava, distribuídos em sete núcleos de colonização espalhados por vários Estados da Federação, participam do esforço comum de toda a população pela prosperidade do país.

Senhor Primeiro-Ministro,

Além dos laços forjados nos empreendimentos conjuntos de seus nacionais, o Brasil e os Países Baixos partilham, como precioso patrimônio comum, os valores permanentes do ideário ocidental. A reconhecida vocação internacionalista e a arraigada tradição liberal neerlandesa transparecem na própria imagem que o mundo tem de seu país. O Brasil, de sua parte, cultiva ideais pluralistas e democráticos em seu cotidiano interno e em sua ação externa. Devotamos, também, profundo respeito à individualidade das nações e ao direito de todos os Estados à soberania, à independência e ao desenvolvimento.

Vivemos dias atribulados na esfera internacional. A persistência de estruturas injustas e obsoletas agrava tensões e conflitos, que minam o bom convívio entre as gentes com graves conseqüências para a paz, o desenvolvimento e a segurança internacional.

Preocupam-nos, sobretudo, as crescentes dificuldades que embaraçam a solução pacífica das controvérsias. Repetem-se episódios de suma gravidade, que ameaçam a soberania, a dignidade nacional, e os direitos elementares dos povos. Seja no plano político, seja no econômico, proliferam atitudes exclusivistas. Em mais de um caso, membros da comunidade internacional deixam de empenhar-se na busca de fórmulas eficazes de entendimento e conciliação.

Seu país, Senhor Primeiro-Ministro, soube reunir e conciliar, no passado, os diversos elementos que hoje enriquecem e singularizam a sociedade neerlandesa. Possui, assim, todos os requisitos para exercer papel significativo na promoção de um clima internacional propício à paz e à harmonia. Nas comunidades européias, onde ocupam lugar de relevo, os Países Baixos dispõem de amplo espaço para uma atuação construtiva, inclusive no âmbito da cooperação política européia.

A crescente e irreversível interdependência entre as nações clama pela instauração de uma nova ordem, em que cada Estado exerça o direito de participar amplamente dos processos decisórios internacionais, e em que todos os membros da comunidade mundial cumpram os deveres que a História lhes impõe.

Sua responsabilidade avulta diante da atual crise da economia internacional e seus profundos reflexos nas nações do Norte e do Sul. Estas últimas, porém, que menos contribuíram para gerar a crise são as mais duramente atingidas por seus efeitos. A crise de liquidez e o recrudescimento do protecionismo tornam ainda mais árduos os esforços dos países que buscam o desenvolvimento econômico e social.

É a própria interdependência global que vincula a recuperação da economia internacional à participação efetiva dos países em desenvolvimento. Resistir a essa evidência seria ineficaz e contraproducente, pois o Norte acabaria por sofrer, cada vez mais, das conseqüências nocivas do desequilíbrio com o Sul.

Os efeitos adversos da crise econômica geram graves riscos de desestabilização política e social, sobretudo no Terceiro Mundo. Em diversas áreas em desenvolvimento, assistimos à proliferação de tensões decorrentes da situação econômica.

Por isso, acredita o Brasil que não devem

ser medidos esforços para que se mantenha e se estimule o processo de desenvolvimento em todos os quadrantes do globo, a bem da recuperação do sistema econômico como um todo e da paz e segurança internacionais.

Nesse contexto, esperamos da comunidade das nações, e dos países industrializados em particular, manifestação clara da vontade política de buscar soluções para a presente crise. Urge adotar providências para a pronta reativação econômica, no Sul e no Norte, para o reajustamento das economias, sobretudo as desenvolvidas, a fim de torná-las mais ajustadas aos novos padrões de produção e comércio. É mister a eliminação das barreiras protecionistas e a revisão coordenada dos sistemas financeiro e comercial, essencial para dar viabilidade aos esforços nacionais de recuperação e desenvolvimento.

Senhor Primeiro-Ministro,

No plano bilateral, é especialmente alvissareira a visita que Vossa Excelência ora nos faz. Ao inaugurar nova etapa no diálogo entre nossos dois Governos, deverá também estimular a cooperação, já tão fecunda, nos campos da economia, financeira, comércio e tecnologia.

Os Países Baixos ocupam importante lugar entre os parceiros comerciais do Brasil na Europa. O Brasil, por seu lado, responde pela maior parcela do comércio dos Países-Baixos com a América Latina. O vigor dos portos neerlandeses na disseminação dos fluxos do comércio mundial faz com que os Países Baixos apareçam como o segundo comprador de produtos brasileiros no mercado europeu.

Os Países Baixos detêm igualmente posição de relevo no rol dos investidores estrangeiros no Brasil, com a presença de cerca de sessenta indústrias, que participam ativamente de diversos setores da economia nacional.

Tal participação já bastante expressiva, só tende a beneficiar-se com a implementação do Acordo de Cooperação Industrial que entrou em vigor em outubro de 1981.

Também no âmbito das Comunidades Européias, abrem-se novas oportunidades para o incremento da cooperação, por meio da participação neerlandesa em empreendimentos comunitários com o Brasil, do que deverá constituir exemplo significativo o desenvolvimento do Projeto Carajás. Pioneiro dos sistemas de integração econômica e membro fundador da Comunidade Econômica Européia, seu país poderá prestar colaboração inestimável ao estreitamento das relações entre o Brasil e a Europa dos Dez.

Senhor Primeiro-Ministro,

É desejo de todos nós que a cooperação entre o Brasil e os Países Baixos venha a ampliar-se cada vez mais. Confio em que as conversações que Vossa Excelência e sua comitiva ora mantêm em Brasília, contribuam para esse fim e para propiciar melhor conhecimento mútuo.

Ao formular meus votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Lubbers, peço a todos que me acompanhem num brinde muito cordial à saúde de Sua Majestade a Rainha Beatrix, à prosperidade do povo neerlandês e à perene amizade entre o Brasil e os Países Baixos.



em belgrado, saraiva guerreiro destaca a afinidade entre brasil e iugoslávia

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Belgrado, em 5 de junho de 1983, por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo Secretário Federal dos Negócios Estrangeiros da Iugoslávia, Lazar Mojsov.

Senhor Ministro,

É para mim um grande prazer estar hoje em Belgrado, em atendimento ao convite do Governo iugoslavo para visitar este país.

Embora nossos países mantenham relações diplomáticas profícuas e cordiais há perto de cinquenta anos, somente agora, pela primeira vez, um Ministro das Relações Exteriores brasileiro viaja oficialmente a Iugoslávia.

País de grande diversidade ética, religiosa e cultural, a Iugoslávia soube encontrar um justo equilíbrio em sua evolução como nação, permitindo, com o estabelecimento de uma federação, a manutenção e o aperfeiçoamento de uma saudável e rica unidade interna. Por outro lado, a originalidade de algumas soluções encontradas para equacionar problemas econômicos e sociais é reconhecida por todos, com interesse.

Pela sua localização, a Iugoslávia encontra-se em uma posição de inegável importância estratégica, o que certamente faz aumentar

a relevância de seu comportamento no cenário internacional.

Dentro desse contexto, o Brasil aprecia evidentemente a independência com que a Iugoslávia procura colocar-se diante dos acontecimentos mundiais, sempre disposta a encontrar um caminho próprio de ação que melhor atenda aos seus interesses e aos da paz e do desenvolvimento, reconhece o papel moderado e construtivo desempenhado pela Iugoslávia ao Movimento Não-Alinhado, inspirando-se nos princípios da paz, no apoio à distensão e descolonização, na repulsa à política de blocos e na busca da transformação das relações econômicas internacionais.

Países praticamente no mesmo estágio de desenvolvimento, orientam sua atuação externa a Iugoslávia e o Brasil pelos princípios de respeito à autodeterminação dos povos, não intervenção e solução pacífica das controvérsias. Coincidimos em que o desenvolvimento econômico e social deve ser um direito de todos os povos e em que os países em desenvolvimento devem lutar por uma

nova ordem econômica que lhes assegure melhor distribuição de riqueza, através da participação mais ampla e diversificada no comércio internacional e do acesso aos recursos financeiros, científicos e tecnológicos.

Não há dúvida, Senhor Ministro, de que tais orientações básicas de política externa significam importantes afinidades, que, no caso do Brasil e da Iugoslávia, transcendem as diferenças dos sistemas políticos e econômicos que adotamos.

As dificuldades criadas pela atual conjuntura internacional colocam poderosos desafios a cada um dos países em desenvolvimento. Devemos, contudo, com renovado ânimo, perseverar na luta pela preservação de nossas respectivas soberanias nacionais e pela afirmação de nossa própria projeção no plano externo.

O mundo tornou-se crescentemente interdependente, sendo impossível encontrar solução para os principais problemas políticos e econômicos sem a participação de todos e sem a plena democratização das relações entre as nações.

O Brasil não se omite diante desses desafios. Como a Iugoslávia, continuaremos a dar a contribuição a nosso alcance com vistas ao abrandamento das tensões, à criação de confiança internacional, ao tratamento objetivo dos principais temas que nos preocupam.

Minha visita ocorre em momento particularmente grave da conjuntura econômica internacional em que a Iugoslávia — como o Brasil — sofre as conseqüências de um rápido processo de desequilíbrio do sistema financeiro internacional, com imediatos reflexos sobre a economia interna.

Nesse particular, torna-se necessário um esforço racional da parte de todos para lograr o êxito da VI Conferência da Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que se está realizando nesta Capital. Trata-

se de oportunidade que deve ser aproveitada para a reativação do desenvolvimento econômico, com a negociação de medidas imediatas sobre os problemas mais prementes que afetam a comunidade internacional e que deverá referir-se, de maneira prioritária, aos agudos desequilíbrios comerciais, econômicos e financeiros.

As graves perturbações a que acabo de me referir, e que exigem soluções de curto prazo, não devem fazer com que percamos de vista os objetivos de médio e longo prazos. Fórmulas devem ser buscadas para permitir a superação da crise, sem sacrifício de nossa independência e da estabilidade política, econômica e social de nossos países.

Senhor Ministro,

A minha presença em Belgrado e as conversações que estamos mantendo sobre vasta gama de temas internacionais seguramente propiciarão melhor e mais profunda compreensão de nossas posições recíprocas.

No plano bilateral, ao lado do correto relacionamento no âmbito político, as relações comerciais sofreram, nos últimos anos, um impacto negativo, em virtude dos reflexos da crise internacional sobre nossas economias. Aumenta, pois, o desafio à nossa capacidade de criar novas oportunidades de intercâmbio e de trabalho comum.

Estou certo, Senhor Ministro, de que, fundados num entendimento cada vez maior entre nossos países, estaremos à altura de responder a esse desafio.

Não poderia finalizar essas palavras sem expressar minhas homenagens ao fundador do Estado Iugoslavo moderno, o Marechal Josef Broz Tito, cujo terceiro aniversário de falecimento foi reverenciado no último dia 4 de maio.

Ergo minha taça pela felicidade pessoal de Sua Excelência o Presidente Mika Spiljak, à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, à continuada prosperidade do povo iugoslavo e às excelentes relações entre nossos dois países.

Muito obrigado.

comunicado de imprensa brasil-iugoslávia

Comunicado de imprensa Brasil-Iugoslávia, divulgado em Belgrado, em 8 de junho de 1983, a propósito da visita do Chanceler Saraiva Guerreiro àquele país.

A convite do Secretário Federal de Negócios Estrangeiros da República Socialista Federativa da Iugoslávia, Senhor Lazar Mojsov, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, realizou visita oficial à Iugoslávia, nos dias 5 a 7 de junho de 1983.

Durante sua permanência em Belgrado, o Ministro Saraiva Guerreiro foi recebido em audiência por sua Excelência o Senhor Milka Spiljak, Presidente da Presidência da República Socialista Federativa da Iugoslávia, Sua Excelência a Senhora Milka Planinc, Presidente do Conselho Executivo, assim como por Suas Excelências os Senhores Vojko Srzentic, Presidente da Assembléia Federal, Milenko Bojanic, Secretário Federal

para o Comércio Exterior e Stajner Richard, Presidente da Comissão para Cooperação com os Países em Desenvolvimento.

Em atmosfera de cordialidade e franqueza, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Secretário Federal dos Negócios Estrangeiros da Iugoslávia mantiveram conversações sobre o atual estágio e as perspectivas de desenvolvimento das relações entre os dois países, assim como trocaram opiniões sobre a conjuntura internacional.

Ao final das conversações, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil convidou o Secretário Federal dos Negócios Estrangeiros da Iugoslávia para visitar oficialmente o Brasil. O convite foi aceito, devendo a data ser oportunamente fixada pelos canais diplomáticos.

chanceler brasileiro participa da sexta sessão da unctad

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Belgrado, em 8 de junho de 1983, por ocasião da sexta sessão da UNCTAD.

Senhores,

Nenhuma reunião anterior da UNCTAD se deu sob condições tão dramáticas na economia mundial. Após mais de duas décadas de negociações frustradas entre o Norte e o Sul, esta VI Sessão da UNCTAD não poderá, certamente, ser abordada como apenas mais um exercício de negociações, em que um lado perde e o outro ganha, sobre uma gama de assuntos tópicos e específicos.

A crise econômica mundial revelou-se por demais profunda, complexa e abrangente para que nos permitamos desperdiçar a oportunidade, que nos é dada por esta Conferência, de tentar alcançar um conjunto de entendimentos que nos ajuda a todos a enfrentar os desafios globais de nossos tempos. No contexto de um mundo cada vez mais diversificado e interdependente, o Diálogo Norte-Sul não pode mais ser encarado como um jogo de interesses contraditórios — ele deveria, agora, acima de tudo, constituir um esforço conjunto para a solução de problemas comuns.

A deterioração do sistema internacional — seus princípios básicos, suas instituições

multilaterais, a própria textura da interação entre as nações — alcançou um nível tal que não nos permite subestimar as consequências de um fracasso desta reunião.

Nos últimos 18 meses, três importantes acontecimentos na área multilateral tiveram, infelizmente, impactos negativos sobre uma situação já preocupante: a Reunião de Cúpula de Cancún, por ter fracassado na tentativa de reviver a idéia de cooperação internacional para o desenvolvimento; a reunião do FMI em Toronto, por não ter conseguido fortalecer o sistema financeiro internacional em momento crítico; e a Reunião Ministerial do GATT, por não ter logrado conter a crescente onda de protecionismo, nem restaurar o respeito pelas regras do livre comércio.

Não podemos permitir-nos um novo fracasso.

O significado desta Conferência deve ser compreendido na totalidade de seu objetivo político: a busca de uma convergência básica de pontos de vista sobre a recuperação econômica mundial e a retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Parece fora de dúvida que nem o sistema comercial nem o sistema financeiro, por si próprios, terão condições de fornecer o impulso necessário para permitir que o Norte e o Sul alcancem taxas adequadas e estáveis de crescimento; talvez não sejam nem mesmo capazes de gerar uma melhoria efetiva na atividade econômica — coisa que certamente não acontecerá enquanto prevalecerem as causas profundas que cada vez mais separam o GATT dos princípios do livre comércio que ele supostamente deveria preservar; causas que por vezes fazem dos mecanismos monetários e dos fluxos financeiros mais um fator de dificuldades e desequilíbrios do que propriamente um incentivo ao crescimento; causas, enfim, que frequentemente põem em contradição medidas comerciais e financeiras, já que as barreiras protecionistas afetam a fluidez das correntes financeiras, e, de outra parte, o comércio é travado pela diminuição dos fluxos financeiros necessários ao aumento da capacidade de importar dos países em desenvolvimento.

Já é mais do que hora de revigorar os sistemas básicos da economia internacional e ajustá-los às muitas necessidades, realidades e aspirações de nosso mundo, cada vez mais complexo. Apenas decisões políticas poderão interromper e reverter a espiral descendente provocada pelas distorções agora tão profundamente incrustadas nos sistemas comercial e financeiro. Apenas compromissos políticos poderão transpor o paradoxal hiato existente entre a crescente consciência da crise e a timidez dos esforços para superá-la.

Por muito tempo os países do Norte ignoraram a necessidade de esforços cooperativos conjuntos como elemento indispensável a uma solução duradoura para as atuais dificuldades da economia mundial. Isto talvez porque, contrariamente à crise de 1929, a atual não assumiu a forma de um acontecimento dramático específico. Talvez porque os efeitos da crise sobre suas economias, ainda que graves, sejam minimizados por so-

fisticados mecanismos de previdência social. Talvez, também, porque acreditem ainda em sua capacidade de resolver qualquer problema pelo uso de seu incontestável poder econômico, oriundo de suas condições de maiores economias do mundo, seja com base em medidas **ad hoc** para enfrentar situações específicas de emergência, seja pelo recurso a políticas unilaterais supostamente sábias.

Por mais compreensível que seja este tipo de raciocínio, é agora inegável que muito mais é necessário para impedir a continuação indefinida de uma situação de incerteza e instabilidade na economia mundial.

O fato de que incerteza e instabilidade sejam características tão críticas da economia mundial não constitui surpresa alguma para aqueles que há muito tempo vêm defendendo a necessidade de uma revisão da ordem econômica internacional. O Brasil, de sua parte, vinha insistindo nisso desde muito antes das atuais dificuldades, quando nem mesmo um período de crescimento podia ocultar a instabilidade e os riscos do sistema — e, por via das conseqüências, sua própria precariedade a médio e longo prazos.

Medidas contraproducentes têm-se tornado ultimamente demasiado freqüentes nas relações econômicas internacionais, com efeitos nocivos tanto para os países desenvolvidos quanto para os em desenvolvimento. Na medida em que o mundo vai sendo envolvido em prolongada crise econômica, com elementos estruturais profundamente enraizados, os países em desenvolvimento mais uma vez expressam sua convicção na necessidade de maior cooperação. Manifestamos nossa disposição de alcançar a cooperação através do diálogo e do consenso. Na Declaração de Buenos Aires tivemos o cuidado de formular, bem antes desta Conferência, nossas propostas para a solução de alguns dos mais agudos problemas econômicos mundiais. Estamos ansiosos para discutir-las, bem como aquelas vindas de outros grupos de países.

Existem razões para esperar que, desta vez, após cinco sessões da UNCTAD, possamos conseguir lançar um esforço amplo de cooperação. Uma das razões principais é o fato de que os países em desenvolvimento se tornaram suficientemente importantes como parceiros econômicos. O impacto de sua atividade econômica sobre economia global deixou de ser desprezível. A crescente interdependência das economias do Sul e do Norte é hoje fato irreversível. Este aspecto essencial da economia atual assumirá, nos próximos anos, cada vez maior complexidade, à medida que os países em desenvolvimento diversifiquem suas formas de participação nas transações internacionais, tanto com os países desenvolvidos quanto entre si mesmos. Nossa ação conjunta, portanto, não deveria apenas buscar a reativação da economia mundial e a retomada de taxas mais rápidas de desenvolvimento econômico. Ela deveria igualmente visar ao estabelecimento das bases para as mudanças necessárias na configuração das relações econômicas internacionais, sem as quais qualquer recuperação tenderá a ser de curta duração e, mesmo na melhor das hipóteses, o nível de atividade econômica atingido ficará aquém do potencial de crescimento existente na economia mundial como um todo.

Uma outra razão para não desperdiçar esta oportunidade é o fato de que a Conferência constitui o cenário apropriado para tratar, de maneira ampla e integrada, dos principais problemas relativos a produtos de base, comércio, moeda e finanças. Já que as interrelações entre estas áreas têm-se revelado cada vez mais claras no passado recente, constitui fato auspicioso que a totalidade da comunidade internacional possa, em alto nível de responsabilidade, encontrar-se aqui para iniciar a elaboração de diretrizes que nos proporcionem a interação positiva desses componentes vitais do cenário econômico.

Um terceira razão para esperar que um esforço decisivo de cooperação seja iniciado

nesta Conferência consiste em que a atual crise expôs algumas das mais sérias deficiências da estrutura geral dentro da qual são conduzidas as relações econômicas internacionais. Com efeito, não fossem essas deficiências no sistema, a crise não teria atingido proporções tão alarmantes.

Deve-se ter consciência de que os acontecimentos dos últimos anos constituem um incentivo para a ação conjunta apenas na medida em que sejam decididamente enfrentados por todos nós, e que suas conseqüências, da mesma forma, sejam abordadas com firmeza. Um dos fatos mais importantes do momento atual, por exemplo, é a crise de liquidez em que se encontram muitos países em desenvolvimento, a qual não pode ser superada sem decididas ações complementares nas áreas de comércio e finanças. Não há outra solução para este problema, que não seja alguma combinação entre a recuperação da economia mundial, a baixa da taxa de juros, maiores recursos para o financiamento do desenvolvimento em condições adequadas, a retomada dos preços dos produtos de base e acesso aos mercados dos países desenvolvidos para nossas exportações de manufaturados. Em outras palavras, para desfazer os prejuízos causados pela crise no processo de desenvolvimento econômico de nossos países, seria necessário um período de alguns anos durante o qual o comportamento da economia mundial fosse exatamente o inverso daquele que temos enfrentado no passado recente.

Ainda assim, isto não seria suficiente para garantir um impulso permanente para a retomada dos processos de desenvolvimento em todo o Terceiro Mundo. Para alcançar este objetivo, e verdadeiramente garantir o crescimento sustentado da economia mundial em seu conjunto, todos os países deverão atentar seriamente para suas políticas internas de ajustamento. Os desenvolvimentos da década de 70 — evolução tecnológica acelerada, mudanças marcantes no custo relativo dos insumos essenciais e modificações substanciais dos fluxos comerciais e fi-

nanceiros internacionais — alteraram os padrões estabelecidos de produção e comércio, exigindo uma revisão das prioridades internas. A adaptação das estruturas domésticas de produção, embora em diferentes níveis e direções, faz-se necessária para que as economias nacionais, e em especial os seus setores mais fracos, recuperem competitividade e sejam capazes de suportar choques externos.

Não há dúvida de que, em diferentes medidas, isto constitui um pré-requisito tanto para o crescimento sustentado no Norte, quanto para o desenvolvimento acelerado no Sul.

O que parece sem sentido é a abordagem assimétrica para essas questões que temos testemunhado nos últimos anos: o "bom conselho econômico" é, de hábito, dado principalmente aos países em desenvolvimento, e, se dado a outros países, é frequentemente desconsiderado. Exatamente aqueles que mais obviamente necessitam ajustar suas estruturas de produção descartam qualquer iniciativa significativa com vista à reconversão ou modernização de suas economias. São esses países os mesmos que pregam a liberalização das trocas em tom exaltado enquanto erguem maiores, mais nocivas e claramente injustificáveis barreiras ao comércio.

Mas qualquer ação que incentive a recuperação e o desenvolvimento imediatos, mesmo que acompanhada de ajustes consideráveis nas estruturas nacionais de produção, não será suficiente na ausência de um muito bem planejado reexame dos sistemas comercial e financeiro. É importante assinalar, neste contexto, que a Declaração de Buenos Aires de modo algum sugere que deixemos de lado os sistemas existentes, mas sim que os aperfeiçoemos, de modo a assegurar que os esforços conjuntos que devemos empreender produzam resultados duradouros, não suscetíveis de serem afetados por outra crise.

Devemos encarar as imperfeições e deficiências existentes com uma mente aberta, e trabalhar sobre elas onde quer que possam ser encontradas. Não podemos deixar de reconhecer que, se no sistema comercial o que se necessita mais urgentemente é o retorno ao primado da lei, no sistema financeiro o que é mais dolorosamente exigido é um fortalecimento de sua capacidade de financiar o retorno a taxas adequadas de desenvolvimento.

Não fiz mais do que tentar assinalar as sólidas razões que existem para um empreendimento conjunto de nossa parte. Por mais fortes que sejam estas razões, contudo, elas não poderão por si sós proporcionar o desejado consenso necessário ao esforço comum de recuperação e desenvolvimento. Tampouco será suficiente o mero diagnóstico dos atuais problemas. Será indispensável chegar a uma conscientização universal de que a ação coordenada é necessária, é factível e trará benefícios para todos. Uma vez conscientes disso, deveremos proceder à adoção de diretrizes claras, que possam prontamente traduzir-se em medidas operacionais por parte dos Governos e das organizações internacionais. Confio em que conseguiremos encontrar a coragem e a sabedoria para tanto, porque o que está em risco é a própria sobrevivência da idéia de cooperação internacional e a definição de uma estrutura básica que viabilize a interação produtiva entre as nações, em vez das práticas de poder e confrontação.

A UNCTAD nos oferece inestimável patrimônio de conceitos, acumulados através de anos de reflexão e debates sobre as deficiências do sistema econômico internacional. Ela nos oferece, igualmente, uma estrutura adequada para a ação conjunta. O desafio que devemos enfrentar consiste em elaborar os compromissos políticos necessários à reparação do sistema.

Às vésperas do encontro de Williamsburg, o Presidente Figueiredo dirigiu mensagem aos Chefes de Governo dos países desenvolvi-

dos participantes, na qual reiterava a crença brasileira em que somente por meio de uma firme decisão política poderiam ser encontradas soluções duradoras para os problemas do Sul e do Norte.

Nós, no Brasil, acreditamos na capacidade da comunidade internacional de prontamente chegar a esta decisão política, na medida em que cresce a percepção — e peço que me permitam novamente referir-me ao

Presidente Figueiredo, para citar seu discurso perante a Assembléia-Geral das Nações Unidas — de que: “Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre o Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma situação que afeta a ambos, situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimônia e à confrontação”.

Obrigado.

relações diplomáticas

decreto altera a estrutura da rede consular brasileira

O Presidente João Figueiredo assinou, no dia 20 de junho de 1983, o Decreto 88.408 (publicado no Diário Oficial de 22 de junho de 1983) alterando a estrutura da rede consular brasileira.

Eis a íntegra do Decreto:

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e considerando as alterações introduzidas nos artigos 28 e 29 do Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972, pelo Decreto nº 88.352, de 3 de junho de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º São criados, para instalação segundo a conveniência da Administração:

a) os Consulados-Gerais de Segunda-Classe em:

- Madrid
- Roma
- Tóquio
- Vancouver
- Toronto
- Atlanta
- Genebra
- Frankfurt
- Miami

b) os Consulados em:

- Córdoba
- Osaka
- Istambul
- Caiena

- Havre
- Gênova
- Liverpool

c) os Vices-Consulados em:

- Puerto Suarez
- Vigo

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, serão extintos:

a) os Consulados-Gerais em:

- Havre
- Gênova
- Liverpool
- Vigo

b) os Consulados em:

- Toronto
- Atlanta
- Genebra
- Frankfurt
- Miami

c) o Vice-Consulado em Caiena.

Art. 3º O Ministro de Estado das Relações Exteriores baixará os atos complementares necessários à execução deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de junho de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Ramiro S. Guerreiro

designação de embaixadores brasileiros

Jorge d'Escragnoille Taunay, para Embaixador na **Índia**, e Fernando Abbott Galvão, para Embaixador na **Nigéria**, em 6 de abril.

Carlos Antonio Bettencourt Bueno, para Embaixador no **Panamá**; Lauro Soutello Alves, para Embaixador em **Chipre** (cumulativamente com a função de Embaixador em **Israel**); e Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura, para Embaixador no **Líbano**, em 13 de abril.

Alacyr Frederico Werner, para Embaixador no **Iraque**, em 22 de abril.

Affonso Celso de Ouro-Preto, para Embaixador na **Guiné-Bissau**, em 11 de maio.

George Álvares Maciel, para Embaixador Chefe da **Missão Permanente do Brasil junto à ONU**, e Sérgio-Correa Affonso da Cos-

ta, para Embaixador nos **Estados Unidos da América**, em 16 de junho.

Alarico Silveira Júnior, para Embaixador na **Grécia**; Antonio Francisco Azeredo da Silveira, para Embaixador em **Portugal**; Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima, para Embaixador na **República Dominicana**; Dário Moreira de Castro Alves, para Embaixador Chefe da **Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA)**; Luiz Felipe Palmeira Lampreia, para Embaixador no **Suriname**; e Paulo Nogueira Batista, para Embaixador Chefe da **Delegação Permanente do Brasil em Genebra**, em 29 de junho.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Kofi Nyidevu Awoonor, de **Gana**, e Miguel Ignacio de Aldasoro y Sandburg, da **Espanha**, em 19 de abril.

Rahamin Timor, de **Israel**, e Lamin Abdou Mbye, de **Gâmbia**, em 14 de junho.

**ajuste complementar brasil-portugal
põe em vigor o convênio
entre o cnpq e o iict**

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Portugal de 7 de setembro de 1966, que põe em vigor o Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) de 14 de maio de 1982. O Ajuste Complementar foi assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 7 de abril de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador português no Brasil, Adriano Antonio de Carvalho.

NOTA BRASILEIRA

A Sua Excelência o Senhor Adriano Antônio de Carvalho
Embaixador da República Portuguesa.

Senhor Embaixador,

Com referência ao Artigo I do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 7 de setembro de 1966, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Portugal, tenho a honra de propor, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, que esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, de igual teor e de mesma data, em que se expressa a concordância do Governo português, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, pondo em vigor o Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Instituto de Investigação Científica e Tropical, celebrado em Brasília, a 14 de maio de 1982, que produz o seguinte:

**"CONVÊNIO ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
E O INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
TROPICAL"**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
e

O Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT),

DESEJANDO contribuir para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração científica e técnica entre as duas Instituições e para a consolidação dos laços que unem o Brasil e Portugal,

COM BASE no disposto no Artigo I do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 7 de setembro de 1966, entre os Governos brasileiro e português,

ACORDAM o seguinte:

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO I

A cooperação científica e técnica entre o CNPq e o IICT prevista no presente Convênio poderá abranger todos os domínios científicos em que as duas Instituições desenvolvem a sua atividade.

ARTIGO II

A cooperação a ser desenvolvida incluirá as seguintes modalidades:

a) Pesquisa Científica e Tecnológica:

– Cooperação na definição das linhas gerais de pesquisa e na realização de trabalhos de pesquisa e tecnológicos; desenvolvimento comum de programas de pesquisa e tecnológicos.

b) Formação e Especialização:

– Promoção e realização de estágios, palestras, conferências, visitas programadas e demonstração de técnicas experimentais em ambas as Instituições; concessão de bolsas ou de subsídios pelo CNPq e pelo IICT, para especializações em matéria de interesse comum; suporte técnico especializado na montagem de laboratórios, oficinas ou de outras infra-estruturas, e na preparação, formação e atualização de conhecimentos de pessoal pesquisador e técnico das duas Instituições ou por elas apoiados.

c) Informação:

– Intercâmbio de informação sobre documentação cien-

tífica e técnica, planos de atividades e meios disponíveis, humanos, laboratoriais e de equipamento, etc.

ARTIGO III

O CNPq e o IICT concordam em promover, por intermédio das respectivas estruturas e organismos de investigação diretamente interessados em ações concretas de cooperação, ou ainda com o apoio de outras Instituições de ambos os países, o estabelecimento de programas conjuntos, nos quais se fixarão:

- a) a natureza exata dos estudos a realizar;
- b) o pessoal responsável pela sua realização;
- c) a distribuição das tarefas entre os participantes;
- d) o financiamento necessário e sua distribuição;
- e) a duração prevista para os programas.

ARTIGO IV

Os programas conjuntos, a que se referem os Artigos II e III precedentes, serão sujeitos à aprovação do CNPq e do IICT, e serão levados ao conhecimento da Comissão Mista Luso-Brasileira, prevista no Artigo XVI do Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal, de 7 de setembro de 1966.

ARTIGO V

No quadro do presente Convênio, as duas Instituições apoiarão, tanto quanto possível, os programas de trabalho de pesquisadores e técnicos do outro país, pertencentes aos quadros do CNPq e do IICT ou de seus organismos dependentes, bem como das outras instituições cujos programas e atividades possam ser incluídos no âmbito, do presente Convênio.

ARTIGO VI

1. Todos os resultados que derivam dos programas de pesquisa e tecnologia, realizados no quadro do presente Convênio, por grupos de pesquisadores e técnicos dos dois países, constituirão propriedade comum das duas Instituições.

2. Excetua-se do disposto no parágrafo anterior os resultados dos programas de pesquisa e tecnologia realizados no quadro do presente Convênio que, por acordo mútuo, sejam considerados propriedade de apenas uma das Instituições.

3. Caso o resultado dos estudos conjuntos seja objeto de patente, as duas Instituições estabelecerão um acordo que regulamente a tutela jurídica do invento nos respectivos territórios e nos territórios de terceiros países.

ARTIGO VII

O CNPq e o IICT promoverão o intercâmbio de pesquisadores e técnicos com vistas à frequência de cursos de formação profissional, de estágios técnicos e científicos, ou

de quaisquer outras atividades consideradas de interesse pelas duas Instituições.

ARTIGO VIII

1. As candidaturas propostas por cada uma das Instituições, com vistas à concretização do disposto no Artigo anterior, serão submetidas à aprovação da outra com uma antecedência de três meses da data do projetado início da viagem.

2. Das propostas referidas no parágrafo anterior deverão constar os elementos biográficos dos candidatos bem como os dados referentes aos respectivos graus acadêmicos, à posição que ocupam, à sua especialização, ao programa de atividades e ao período de estada.

3. Uma vez obtida a comunicação de aceitação da candidatura proposta, cada Instituição comunicará à outra a data exata do início da viagem, com um pré-aviso de pelo menos duas semanas.

ARTIGO IX

As duas Instituições concordam com a participação dos respectivos investigadores e técnicos em missões de estudos, encontros, seminários e congresso, efetuados totalmente a cargo de uma delas, não sendo as referidas atividades abrangidas pelo disposto nos Artigos VII e X.

II – DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO X

1. Programas conjuntos:

a) o financiamento dos programas a que se refere o Artigo III far-se-á através de recursos das duas Instituições, segundo as suas disponibilidades financeiras e as regras estabelecidas para a cooperação entre os dois países.

b) Aplicar-se-á o disposto na alínea anterior ao financiamento de seminários, simpósios, palestras e publicações promovidos em conjunto pelas duas Instituições ou respectivos organismos dependentes.

2. Permuta de pesquisadores e técnicos:

a) Os encargos resultantes da implementação do disposto no Artigo VII do presente Convênio, correrão por conta do CNPq e do IICT.

b) Cada Instituição arcará com as despesas de viagem de ida e volta dos respectivos pesquisadores e técnicos, desde o local de proveniência até o destino final dos mesmos.

- c) Os encargos referentes à estada dos pesquisadores e técnicos correrão por conta da Instituição receptora, com base em tabela a ser fixada anualmente por ambas as Instituições, levando-se em conta o tipo de atividade e a sua duração.
- d) A Instituição receptora arcará com os encargos das viagens efetuadas em território nacional, não previstas no programa previamente aprovado, e que sejam consideradas necessárias para a sua plena realização.

ARTIGO XI

1. Cada Instituição Contratante assegurará aos pesquisadores e técnicos do outro país, da forma que considerarem mais adequada, assistência médica em casos de emergência.
2. Os encargos derivados de morte acidental e invalidez que possam ocorrer no decurso das visitas previstas nos programas de estudo aprovados, ficarão a cargo da Instituição que envia, segundo as leis respectivas.

III – DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO XII

1. Os representantes do CNPq e do IICT promoverão reuniões ordinárias com uma periodicidade bienal, alternadamente em Brasília e em Lisboa, a fim de proceder à análise dos resultados da cooperação em curso, bem como para acordar ulteriores formas de colaboração. Reuniões extraordinárias poderão ainda ser realizadas sempre que julgado necessário.
2. A fim de possibilitar a programação e implementação das formas de cooperação entre as duas instituições, a primeira reunião ordinária entre representantes do CNPq e do IICT terá lugar em Brasília, no prazo de sessenta dias após a entrada em vigor do presente Convênio, realizando-se uma reunião extraordinária um ano depois em Lisboa.

ARTIGO XIII

O texto do presente Convênio poderá ser modificado por mútuo acordo das Partes entrando a modificação em vigor por troca de notas diplomáticas.

ARTIGO XIV

1. O presente Convênio entrará em vigor por troca de notas diplomáticas.
2. O presente Convênio vigorará por um período de dois anos, automaticamente renovável por períodos iguais e sucessivos, a menos que qualquer das Instituições decida não renová-lo. Neste caso a notificação pertinente deverá ser cursada, por via diplomática, com antecedência de seis meses ao término do biênio em curso.
3. Em caso de término do presente Convênio será salva-

guardada a continuidade dos programas em execução, os quais deverão prosseguir até o seu termo.

Feito em Brasília, aos 14 dias do mês de maio de 1982, em dois exemplares no idioma português.

Lynaldo Cavalcanti de
Albuquerque

Joaquim Alberto da
Cruz e Silva

PELO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PELO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL

2. O Convênio acima transcrito entra em vigor na data de hoje, nos termos do seu Artigo XIV, parágrafo 1.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

NOTA PORTUGUESA

A Sua Excelência
o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores
BRASÍLIA

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar a recepção da Nota nº DAI/DCTEC/36/692 (B46) (F42), de hoje, do seguinte teor:

“Senhor Embaixador,

Com referência ao Artigo I do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 7 de Setembro de 1966, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Portugal, tenho a honra de propor, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, que esta nota e a de resposta de Vossa Excelência, de igual teor e de mesma data, em que se expressa a concordância do Governo português, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, pondo em vigor o Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Instituto de Investigação Científica e Tropical, celebrado em Brasília, a 14 de Maio de 1982, que reproduzo a seguir:

CONVÊNIO ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E O INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
e

O Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT),

DESEJANDO contribuir para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração científica e técnica entre as duas Instituições e para a consolidação dos laços que unem o Brasil e Portugal,

COM BASE no disposto no Artigo I do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 7 de Setembro de 1966, entre os Governos brasileiro e português,

ACORDAM o seguinte:

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO I

A cooperação científica e técnica entre o CNPq e o IICT prevista no presente Convênio poderá abranger todos os domínios científicos em que as duas Instituições desenvolvem a sua atividade.

ARTIGO II

A cooperação a ser desenvolvida incluirá as seguintes modalidades:

a) **Pesquisa Científica e Tecnológica:**

— Cooperação na definição das linhas gerais de pesquisa e na realização de trabalhos de pesquisa e tecnológicos; desenvolvimento comum de programas de pesquisa e tecnológicos.

b) **Formação e Especialização:**

— Promoção e realização de estágios, palestras, conferências, visitas programadas e demonstração de técnicas experimentais em ambas as Instituições; concessão de bolsas ou de subsídios pelo CNPq e pelo IICT, para especializações em matéria de interesse comum; suporte técnico especializado na montagem de laboratórios, oficinas ou de outras infra-estruturas, e na preparação, formação e atualização de conhecimentos de pessoal pesquisador e técnico das duas Instituições ou por elas apoiados.

c) **Informação:**

— Intercâmbio de informação sobre documentação científica e técnica, planos de atividades e meios disponíveis, humanos, laboratoriais e de equipamento, etc.

ARTIGO III

O CNPq e o IICT concordam em promover, por intermédio das respectivas estruturas e organismos de investigação diretamente interessados em ações concretas de cooperação, ou ainda com o apoio de outras Instituições de ambos os países, o estabelecimento de programas conjuntos, nos quais se fixarão:

- a) a natureza exata dos estudos a realizar;
- b) o pessoal responsável pela sua realização;
- c) a distribuição das tarefas entre os participantes;

d) o financiamento necessário e sua distribuição;

c) a duração prevista para os programas.

ARTIGO IV

Os programas conjuntos, a que se referem os Artigos II e III precedentes, serão sujeitos à aprovação do CNPq e do IICT, e serão levados ao conhecimento da Comissão Mista Luso-Brasileira, prevista no Artigo XVI do Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal, de 7 de Setembro de 1966.

ARTIGO V

No quadro do presente Convênio, as duas Instituições apoiarão, tanto quanto possível, os programas de trabalho de pesquisadores e técnicos do outro país, pertencentes aos quadros do CNPq e do IICT ou de seus organismos dependentes, bem como das outras Instituições cujos programas e atividades possam ser incluídos no âmbito do presente Convênio.

ARTIGO VI

1. Todos os resultados que derivam dos programas de pesquisa e tecnologia, realizados no quadro do presente Convênio, por grupos de pesquisadores e técnicos dos dois países, constituirão propriedade comum das duas Instituições.

2. Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os resultados dos programas de pesquisa e tecnologia realizados no quadro do presente Convênio que, por acordo mútuo, sejam considerados propriedade de apenas uma das Instituições.

3. Caso o resultado dos estudos conjuntos seja objeto de patente, as duas Instituições estabelecerão um acordo que regulamente a tutela jurídica do invento nos respectivos territórios e nos territórios de terceiros países.

ARTIGO VII

O CNPq e o IICT promoverão o intercâmbio de pesquisadores e técnicos com vistas à frequência de cursos de formação profissional, de estágios técnicos e científicos, ou de quaisquer outras atividades consideradas de interesse pelas duas Instituições.

ARTIGO VIII

1. As candidaturas propostas por cada uma das Instituições, com vistas à concretização do disposto no Artigo anterior, serão submetidas à aprovação da outra com uma antecedência de três meses da data do projetado início da viagem.

2. Das propostas referidas no parágrafo anterior deverão constar os elementos biográficos dos candidatos bem como os dados referentes aos respectivos graus académicos, à posição que ocupam, à sua especialização, ao programa de atividades e ao período de estada.

3. Uma vez obtida a comunicação de aceitação da candidatura proposta, cada Instituição comunicará à outra a data exata do início da viagem, com um pré-aviso de pelo menos duas semanas.

ARTIGO IX

As duas Instituições concordam com a participação dos respectivos investigadores e técnicos em missões de estudos, encontros, seminários e congressos, efetuados totalmente a cargo de uma delas, não sendo as referidas atividades abrangidas pelo disposto no Artigos VII e X.

II – DISPOSIÇÃO FINANCEIRAS

ARTIGO X

1. Programas conjuntos:

- a) o financiamento dos programas a que se refere o Artigo III far-se-á através de recursos das duas Instituições, segundo as suas disponibilidades financeiras e as regras estabelecidas para a cooperação entre os dois países.
- b) Aplicar-se-á o disposto na alínea anterior ao financiamento de seminários, simpósios, palestras e publicações promovidos em conjunto pelas duas Instituições ou respectivos organismos dependentes.

2. Permuta de pesquisadores e técnicos:

- a) Os encargos resultantes da implementação do disposto no Artigo VII do presente Convênio, correrão por conta do CNPq e do IICT.
- b) Cada Instituição arcará com as despesas de viagem de ida e volta dos respectivos pesquisadores e técnicos, desde o local de proviniência até o destino final dos mesmos.
- c) Os encargos referentes à estada dos pesquisadores e técnicos correrão por conta da Instituição receptora com base em tabela a ser fixada anualmente por ambas as Instituições, levando-se em conta o tipo de atividade e a sua duração.
- d) A Instituição receptora arcará com os encargos das viagens efetuadas em território nacional, não previstas no programa previamente aprovado, e que sejam consideradas necessárias para a sua plena realização.

ARTIGO XI

1. Cada Instituição Contratante assegurará aos pesquisadores e técnicos do outro país, da forma que considerarem mais adequada, assistência médica em casos de emergência.
2. Os encargos derivados de morte acidental e invalidez que possam ocorrer no decurso das visitas previstas nos programas de estudo aprovados, ficarão a cargo da Instituição que envia, segundo as leis respectivas.

III – DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO XII

1. Os representantes do CNPq. e do IICT promoverão reuniões ordinárias com uma periodicidade bienal, alternadamente em Brasília e em Lisboa, a fim de proceder à análise dos resultados da cooperação em curso, bem como para acordar ulteriores formas de colaboração. Reuniões extraordinárias poderão ainda ser realizadas sempre que julgado necessário.

2. A fim de possibilitar a programação e implementação das formas de cooperação entre as duas Instituições, a primeira reunião ordinária entre representantes do CNPq e do IICT terá lugar em Brasília, no prazo de sessenta dias após a entrada em vigor do presente Convênio, realizando-se uma reunião extraordinária um ano depois em Lisboa.

ARTIGO XIII

O texto do presente Convênio poderá ser modificado por mútuo acordo das Partes, entrando a modificação em vigor por troca de notas diplomáticas.

ARTIGO XIV

1. O presente Convênio entrará em vigor por troca de notas diplomáticas.

2. O presente Convênio vigorará por um período de dois anos, automaticamente renovável por períodos iguais e sucessivos, a menos que qualquer das Instituições decida não renová-lo. Neste caso a notificação pertinente deverá ser cursada, por via diplomática, com antecedência de seis meses ao término do biênio em curso.

3. Em caso de término do presente Convênio será salvaguardada a continuidade dos programas em execução, os quais deverão prosseguir até o seu termo.

Feito em Brasília, aos 14 dias do mês de Maio de 1982, em dois exemplares no idioma português.

PELO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	PELO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL"
---	--

a) Lynaldo Cavalcanti de
Albuquerque

a) Joaquim Alberto da
Cruz e Silva

2. O Convênio acima transcrito entra em vigor na data de hoje, nos termos do seu Artigo XIV, parágrafo 1.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) Ramiro Saraiva Guerreiro.”

2. Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Governo Português dá a sua concordância ao texto do Convênio acima transcrito, pelo que a Nota de Vossa Excelência e a presente Nota de resposta constituirão um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos nesta matéria. Aquele Convênio entrará em vigor na data de hoje, nos termos do seu Artigo XIV, parágrafo 1.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Adriano de Carvalho
Embaixador da República Portuguesa

Brasil e Alemanha assinam quatro ajustes ao acordo básico de cooperação técnica

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Franz Joachim Schoeller, assinaram, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, quatro Ajustes, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963: no dia 7 de abril de 1983, foi assinado um Ajuste sobre a prorrogação do projeto “Estudo e Desenvolvimento de Sistemas de Manejo de Solo para o Controle de Erosão e Conservação do Solo no Estado do Paraná”; no dia 20 de abril de 1983, foram assinados os Ajustes sobre a criação de um “Fundo para o envio de peritos a curto e longo prazo ao Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)” e sobre o projeto de cooperação técnica “Ensino de Nutrição a Nível de Pós-Graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro”; e, no dia 18 de maio de 1983, foi assinado o Ajuste sobre o prosseguimento do projeto de cooperação técnica “Programa de Apoio à Pequena e Média Empresa”.

AJUSTE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PROJETO “ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE MANEJO DE SOLO PARA O CONTROLE DE EROSIÃO E CONSERVAÇÃO DO SOLO NO ESTADO DO PARANÁ”

A Sua Excelência o Senhor Franz Joachim Schoeller,

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

“Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 445/121/196/83, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DE-1/279, de 12 de novembro de 1980, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, existente entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a prorrogação do projeto “Estudo e Desenvolvimento de Sistemas de Manejo de Solo para o Controle de Erosão e Conservação do Solo no Estado do Paraná” PN 76.2014.9):

I — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil darão prosseguimento à cooperação, iniciada em 1977, na experimentação, divulgação e aplicação de medidas para o controle da erosão do solo no Estado do Paraná, através da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), pelo prazo de mais 36 meses, contados a partir de 1.º de outubro de 1981. O projeto visa a:

1. ampliar os dados e conhecimentos sobre os processos e a extensão da erosão do solo nas diversas regiões do Estado do Paraná;
2. desenvolver sistemas conservacionistas de culturas, a fim de controlar a erosão do solo e recuperar sua capacidade produtiva;
3. intensificar o intercâmbio de resultados e experiências com outras instituições que realizem pesquisas sobre erosão do solo, dentro e fora do Brasil; e
4. elaborar recomendações para controlar e evitar a erosão do solo.

II — Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar, na qualidade de consultores:
 - a) 1 (um) especialista em manejo do solo, na qualidade de chefe do grupo, pelo prazo máximo de 36 homens/mês a quem incumbirá, especialmente, a coordenação da contribuição alemã e sua integração no IAPAR, o desenvolvimento e experimentação de técnicas conservacionistas de manejo e semeadura, a organização de eventos para divulgar os resultados e a preparação de um programa de extensão rural para o controle de erosão do solo;
 - b) 1 (um) especialista em fitotecnia e edafologia, pelo prazo máximo de 36 homens/mês, que se encarregará, principalmente, da execução de ensaios com diversas variedades e espécies vegetais, visando à cobertura do solo, do desenvolvimento e experimentação de rotações e sistemas de culturas adequadas e do estudo das relações entre planta, manejo, solo e erosão;
 - c) especialistas e peritos a curto prazo, por um período

máximo de 18 homens/mês, para o equacionamento de questões específicas, particularmente, nas áreas de comparação dos diversos implementos para o manejo do solo e a semeadura, microbiologia do solo, viabilidade econômica e gestão de empresa e recursos e métodos de extensão rural; e

- d) pessoal científico auxiliar, pelo prazo máximo de 60 homens/mês, para trabalhar em pesquisa aplicada ou na coleta de dados nas áreas de movimento da água no solo e uso e erosão do solo.
- 2. fornecer para a execução do projeto o indispensável material técnico, máquinas e instrumentos de trabalho, nomeadamente:
 - a) máquinas agrícolas para o manejo do solo e a semeadura;
 - b) aparelhos de laboratório, particularmente para estudos da qualidade e da atividade microbiológica da camada húmífera;
 - c) instrumentos para a execução de ensaios de campo, inclusive lisímetros simples;
 - d) aparelhos meteorológicos. caso necessário, para a coleta de dados climáticos e meteorológicos junto às parcelas de ensaio; e
 - e) sementes para experimentação e introdução de novas espécies vegetais.

O material fornecido passará, quando de sua chegada ao Brasil, ao patrimônio da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), devendo, no entanto, ficar à inteira disposição dos técnicos alemães pelo prazo das suas atividades no projeto.

3. Facultar:

- a) estágios de formação e aperfeiçoamento fora do projeto, na República Federal da Alemanha ou em terceiros países, por um prazo de 3 meses, cada um, para até 5 técnicos, que após o seu regresso atuarão no projeto; e
- b) a participação em seminários, congressos e outros certames especializados, na República Federativa da Alemanha ou em terceiros países, para até 4 técnicos contrapartes brasileiros.

Os bolsistas serão escolhidos por comum acordo entre o chefe da equipe alemã e a instituição responsável pelo projeto.

III — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

- a) facultar os técnicos e o pessoal auxiliar necessários, para colaborarem nas tarefas referidas no Item II, parágrafo 1, alíneas “a” — “e”, nomeadamente: 3 agrônomos, especializados em diversos ramos; 2 técnicos agrícolas; 1 secretária bilíngüe; e 1 trabalhador;
- b) designar, oportunamente, mediante participação da Missão diplomática alemã no Brasil ou de técnicos por esta indicados, candidatos, em número suficiente, para as medidas de formação e aperfeiçoamento referidas no item II, parágrafo 3, alíneas “a” e “b”, para as quais designar-se-ão apenas candidatos que se comprometam a colaborar no projeto, após o seu estágio de formação e aperfeiçoamento;
- c) prestar aos técnicos alemães enviados todo o apoio na

execução das tarefas que lhes foram conferidas, colocando-lhes à disposição toda a documentação e literatura especializada necessárias;

- d) permitir aos técnicos alemães enviados a participação em cursos, congressos e seminários;
- e) colocar à disposição do projeto os necessários terrenos, edifícios, instalações e aparelhos na Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e nas suas estações experimentais, nomeadamente: escritórios, campos de ensaio, laboratórios, máquinas agrícolas, adubos e sementes, biblioteca, salas de computação eletrônica, armazéns e oficina;
- f) custear as despesas de funcionamento e manutenção do projeto;
- g) isentar o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha de licenças, taxas portuárias, direitos de importação, e exportação, e demais encargos fiscais, bem como garantir seu pronto desembaraço alfandegário;
- h) providenciar a divulgação dos resultados obtidos e das recomendações elaboradas no projeto em forma de publicações, brochuras, conferências, etc.; e
- i) promover o intercâmbio de resultados e experiências nas áreas da pesquisa e do controle da erosão do solo entre os diversos institutos e entidades no Brasil.

IV — Dos executores do projeto:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a “Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH” (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn 1.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da execução do projeto a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).
3. Os órgãos encarregados, nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste Item, estabelecerão conjuntamente os pormenores da execução do projeto num plano operacional, adaptando-os, caso necessário, durante sua implementação.

V — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Itens I e V, esta nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração”.

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM "FUNDO PARA O ENVIO DE PERITOS A CURTO E LONGO PRAZO AO DNPM"

A Sua Excelência o Senhor Franz Joachim Schoeller, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 445/19C/211/83, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Ata das Negociações Intergovernamentais Teuto-Brasileiras sobre Cooperação Financeira e Técnica, de 16 de julho de 1981, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a criação de um "Fundo para o envio de Peritos a Curto e Longo Prazo ao Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)" Projeto nº 81.2185.7:

I — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil acordam em criar um fundo para o envio de peritos a curto e longo prazos ao DNPM.

Após a formalização deste Ajuste, deverá ser financiada, através desse fundo, a prorrogação dos projetos "Tecnologia Mineral e Lavra de Minas" (projeto nº 79.2213.1) e "Tecnologia do Carvão" (projeto nº 77.2010.5), nos termos dos Ajustes já formalizados entre os dois Governos sobre esses dois projetos específicos.

II — Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar no âmbito do fundo, em conformidade com as condições abaixo referidas, peritos a curto e longo prazos, até a um total inicial de 108 homens/mês. Esse total inclui, para cada perito, períodos para a elaboração de um relatório final, bem como para treinamento técnico especial e um curso de língua portuguesa, desde que isso seja necessário;
2. Colocar, eventualmente, à disposição equipamentos necessários ao exercício efetivo das atividades dos peritos. Para fornecimento de equipamentos que se tor-

nam necessários será alocado um montante total máximo de DM 230.000 (duzentos e trinta mil marcos alemães). Esses equipamentos, a que se aplicarão as isenções estipuladas no Artigo 4º, parágrafo 2º do Acordo Básico de Cooperação Técnica, passarão, quando de sua chegada ao Brasil, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, sob a condição de ficarem à disposição dos peritos durante sua permanência no Brasil; e

3. Facultar a técnicos brasileiros a participação em cursos de treinamento de curta duração e a realização de visitas técnicas na República Federal da Alemanha.

III — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. Proporcionar moradia aos peritos alemães enviados ou custear parcela adequada das despesas de sua locação;
2. Arcar com as despesas das viagens a serviço dos peritos no Brasil, pagando-lhes, além das despesas de transporte, diárias adequadas;
3. Custear as despesas com as passagens aéreas internacionais dos técnicos brasileiros que, em conformidade com o parágrafo 3 do Item II, sejam enviados à República Federal da Alemanha para treinamento; e
4. Isentar de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e exportação e demais encargos fiscais, o material fornecido no âmbito do Fundo por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha, providenciando seu pronto desembaraço alfandegário.

IV — Das atribuições dos técnicos alemães:

Os peritos a curto e longo prazos, referidos neste Ajuste Complementar, colaborarão no planejamento de projetos, cuja fiscalização cabe ao DNPM, ou de projetos de outros órgãos brasileiros, em cuja execução o DNPM tenha interesse. As atividades dos técnicos do "Pool de Peritos" abrangem, entre outras:

1. Avaliação de dados de pesquisas em jazidas que se encontrem em exploração, de métodos de lavra e beneficiamento planejados e de projetos de mineração;
2. Elaboração de normas para a segurança técnica e operacional na mineração; e
3. O treinamento de técnicos do DNPM em todos os aspectos da mineração, do beneficiamento e de questões de segurança.

V — Do mecanismo operativo:

As solicitações para o envio de peritos no âmbito do fundo, bem como as possíveis solicitações relativas à prorrogação das suas atividades serão apresentadas pelo DNPM num formulário especial. Em conformidade com esse procedimento e com base nas atividades mencionadas no parágrafo 1 do Item IV, o Governo da República Federal da Alemanha também poderá propor o envio de peritos no âmbito do Fundo.

VI — Dos executores:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas tarefas a "Deutsche Gesells-

chaft fuer Technische Zusammenarbeit (GTZ)'' (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em Eschborn.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia da execução das suas tarefas na operacionalização das iniciativas relativas ao "Pool de Peritos para o DNPM".
3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item poderão determinar, de comum acordo, os pormenores da operacionalização do Fundo num plano de trabalho, ou adaptá-los de forma adequada, caso necessário, no seu andamento.

VII — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens I a VII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração''.

2. Em resposta, informo vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE SOBRE O PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "ENSINO DE NUTRIÇÃO A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UFRJ"

A Sua Excelência o Senhor Franz Joachim Schoeller, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 624.40/14/223/83, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DE—1/42, de 11

de março de 1981, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, existente entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto de cooperação técnica "Ensino de Nutrição a Nível de Pós-Graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro". (P. N. 80.2190.9):

I — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil apoiarão, conjuntamente, a implementação, na Universidade do Rio de Janeiro, de projeto de cooperação técnica que visa, a nível de pós-graduação, aprimorar o ensino, a pesquisa e o assessoramento no setor da nutrição.

II — Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar um docente em nutrição pelo prazo de 48 homens/mês e colocar à disposição recursos para o envio de peritos, a curto prazo, por um período total máximo de 24 homens/mês;
2. Fornecer equipamentos no valor de até DM 582.900,00 (quinhentos e oitenta e dois mil e novecentos marcos alemães). O equipamento passará, quando de sua chegada ao porto de desembarque, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, devendo, no entanto, permanecer à inteira disposição dos técnicos alemães pelo prazo de sua atuação no projeto; e
3. Facultar a técnicos brasileiros, que após sua formação, deverão dar prosseguimento, autonomamente, às atividades do projeto:
 - 4 bolsas de estudo de curta duração para o aprendizado de métodos especializados na República Federal da Alemanha ou em terceiros países, pelo prazo de 4 meses cada uma;
 - 2 bolsas de doutorado na República Federal da Alemanha ou na América Latina, pelo prazo de 25 meses cada uma; e
 - 2 bolsas para curso de mestrado (MSc) na América Latina, pelo prazo de 18 meses cada uma.

III — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. Custear
 - a) as despesas com os técnicos contrapartes do Instituto de Nutrição da Universidade do Rio de Janeiro;
 - b) as despesas decorrentes da formação de 10 candidatos, a nível de mestrado, brasileiros, dos quais no mínimo 5 deverão vir de regiões de fora do Rio de Janeiro.
2. Colocar à disposição do projeto, a expensas suas, os necessários edifícios, inclusive seu equipamento, desde que esse não seja fornecido pelo Governo da República Federal da Alemanha;
3. Custear as despesas de administração do projeto, bem como as despesas com os programas de pesquisa;
4. Providenciar que técnicos brasileiros dêem prosseguimento, o mais cedo possível, às atividades dos técnicos enviados. Se, no âmbito do presente Ajuste, esses técnicos realizarem estágio de formação ou aperfeiçoamento no Brasil, na República Federal da Alemanha ou em terceiros países, o Governo da República Federativa do Brasil, com participação da representação

- alemã no exterior ou de técnicos por esta indicados, designará, com a devida antecedência e em número suficiente, candidatos que se comprometam a trabalhar, após o estágio de formação ou aperfeiçoamento, no respectivo projeto, pelo prazo mínimo de 5 anos;
5. Reconhecer a equivalência dos exames prestados pelos técnicos brasileiros, que realizaram estágios de formação ou aperfeiçoamento no âmbito do presente Ajuste, consoante seu nível de especialização;
 6. Prestar aos técnicos enviados todo o apoio necessário na execução das tarefas que lhes foram confiadas, colocando-lhes à disposição toda a documentação necessária e disponível;
 7. Criar as condições para a realização do primeiro curso de mestrado no terceiro e quarto anos do projeto, após terem sido criadas as bases para tanto nos primeiros dois anos;
 8. Tomar providências para que as contribuições necessárias à execução do projeto sejam prestadas, desde que delas não se tenha incumbido o Governo da República Federal da Alemanha nos termos do presente Ajuste;
 9. Arcar com as despesas das viagens a serviço no Brasil, necessárias no âmbito do projeto, pagando a hospedagem e diárias adequadas à sua realização;
 10. Custear uma parcela adequada das despesas de locação de moradia para o técnico a longo prazo referido no item II, parágrafo 1;
 11. Isentar de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e exportação e demais encargos fiscais, o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha, providenciando seu pronto desembaraço alfandegário.
- IV — Da Atribuição e "status" dos técnicos alemães:

1. Os técnicos enviados prestarão assessoramento ao Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro na criação de capacidades de pesquisa, ensino e consultoria, e serão considerados, pelo prazo das suas atividades, docentes da Universidade, tendo direitos e deveres idênticos àqueles de seus colegas brasileiros de igual nível na Universidade.
2. Dentro das suas atividades, delineadas neste item, os técnicos enviados serão responsáveis perante a diretoria do Instituto, obedecendo às suas instruções técnicas, desde que isto não afete as relações contratuais com o seu empregador alemão.

V — Dos executores do projeto:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit, (GTZ) GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em Eschborn.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da execução de suas contribuições a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através de seu Instituto de Nutrição.

3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2, deste item, estabelecerão, conjuntamente, os pormenores da execução do projeto num plano operacional, adaptando-os, caso necessário, durante sua implementação.

IV — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VI, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

AJUSTE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "PROGRAMA DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA"

A Sua Excelência o Senhor Franz Joachim Schoeller, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 445/117/266/83, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à nota DCOPT/DE—1/146, de 27 de julho de 1981, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome da República Federal da Alemanha, o seguinte novo Ajuste sobre o prosseguimento do projeto de cooperação técnica "Programa de Apoio à Pequena e Média Empresa" (PN 76.2024.8). Este Ajuste substitui o de 24 de maio de 1977 e resulta das Negocia-

ções Intergovernamentais Teuto-Brasileiras sobre Cooperação Financeira e Técnica, realizadas de 14 a 16 de julho de 1981.

I — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil prosseguirão apoiando, até que se integrem as medidas previstas neste Ajuste, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE) na promoção da pequena e média empresa no Nordeste do Brasil.

II — Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar
 - a) técnicos para a execução de um programa junto ao PROCURT (Programa Regional de Pesquisa e Processamento de Couro e Tanantes) pelo prazo máximo de 72 homens/mês; e
 - b) técnicos para a execução de um programa junto ao NTCA (Núcleo de Tecnologia de Calçados e Afins), pelo prazo máximo de 58 homens/mês; e
2. fornecer, mediante prova de que tal é necessário, equipamentos, não produzidos no Brasil, para apoiar a assistência prestada pelos técnicos, referidos no parágrafo 1 acima, no montante máximo de DM 300.000, (trezentos mil marcos alemães).

III — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. designar, em conformidade com o pedido de reformulação de 10.09.1980, técnicos devidamente qualificados, ou seja, 6 técnicos e professores para o "Programa Regional de Pesquisa e Processamento de Couro e Tanantes" e 7 técnicos e professores para o "Núcleo de Tecnologia de Calçados e Afins", bem como intérpretes caso necessário;
2. colocar à disposição dos técnicos enviados os veículos de serviço necessários ao cumprimento de suas tarefas;
3. custear as despesas das viagens a serviço dos técnicos enviados ao Brasil, pagando-lhes, além das despesas de transporte, diárias adequadas;
4. custear as despesas de moradia dos técnicos referidos no Item II ou arcar com parcela adequada das despesas decorrentes de sua locação;
5. isentar de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e exportação e demais encargos fiscais, o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha, providenciando seu pronto desembarço alfandegário;
6. tomar providências para que técnicos brasileiros dêem, o mais cedo possível, prosseguimento às tarefas dos técnicos alemães enviados;
7. conceder aos técnicos enviados as facilidades indispensáveis à realização das tarefas de que forem incumbidos, colocando-lhes à disposição toda a documentação necessária; e
8. prover as demais medidas necessárias à execução do projeto, desde que delas não se tiver incumbido o Go-

verno da República Federal da Alemanha, nos termos do presente Ajuste.

IV — Atribuições principais dos técnicos alemães:

1. os técnicos enviados terão a missão de transmitir a seus parceiros brasileiros no âmbito dos programas do PROCURT (Programa Regional de Pesquisa e Processamento de Couro e Tanantes) e do NTCA (Núcleo de Tecnologia de Calçados e Afins), na respectiva área de especialização, conhecimentos e métodos adequados;
2. no desempenho de suas atividades no projeto, os técnicos enviados serão responsáveis perante o CEBRAE, obedecendo às suas instruções, desde que isto não afete as relações contratuais com o seu empregador alemão.

V — O material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha passará, quando da sua chegada ao Brasil, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, devendo, no entanto, permanecer à inteira disposição do projeto e dos técnicos enviados pelo prazo de sua atuação no projeto.

VI — Dos executores do projeto:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE).
3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste Item poderão estabelecer, de comum acordo, através de um plano operacional ou de outra forma adequada, os pormenores da implementação do projeto, adaptando-os, caso necessário, no decorrer de sua execução.

VII — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Itens I a VII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

acordo possibilita intensificar a cooperação econômica e comercial entre Brasil e Angola

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e a República Popular de Angola, para intensificação da cooperação econômica e comercial entre os dois países, assinados, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 12 de abril de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro do Plano de Angola, Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular de Angola

DESEJOSOS de intensificar a cooperação econômica e comercial e de melhor organizar o intercâmbio entre os dois países nesses campos; e,

DE CONFORMIDADE com o disposto no Artigo III do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, firmado em Luanda em 11 de junho de 1980,

RESOLVEM:

ARTIGO I

Cooperar para a regularização do abastecimento da República Popular de Angola em bens alimentares e de consumo corrente, matérias-primas e outros, mediante exportações brasileiras desses produtos, cujas condições de financiamento encontram-se relacionadas no Anexo Único.

ARTIGO II

Promover a execução do Complexo Hidrelétrico de Capanza, cujas obras civis estão a cargo de empresa brasileira. Para o financiamento da referida operação, serão utilizados, como moeda alternativa de pagamento, créditos decorrentes da compra de petróleo angolano pelo Brasil, em condições a serem mutuamente acordadas. As condições financeiras do empreendimento serão acordadas entre as instituições de crédito dos dois países.

ARTIGO III

Manter os princípios do convênio firmado entre o Banco do Brasil S/A — CACEX e o Banco Nacional de Angola em 2 de junho de 1976 e sobretudo seu último aditamento, de 30 de outubro de 1982.

ARTIGO IV

Destinar o fornecimento dos primeiros embarques de petróleo da Sonangol à Petrobrás, a serem efetuados a partir da data de assinatura do presente Ajuste, à liquidação dos compromissos vencidos junto ao Banco do Brasil S/A — CACEX.

ARTIGO V

O intercâmbio comercial entre os dois países será cursado em dólares norte-americanos de livre conversibilidade. Alternativamente, as operações financeiras serão garantidas por fornecimentos de petróleo angolano ao Brasil, devendo as condições desses fornecimentos ser mutuamente acordadas entre a Petrobrás e a Sonangol.

ARTIGO VI

1. O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.
2. O presente Ajuste terá a vigência necessária para a conclusão de todas as suas etapas, dentro dos prazos previstos em seu Anexo.
3. O presente Ajuste poderá ser modificado mediante troca de Notas, por mútuo acordo das Partes, entrando em vigor a modificação na data do recebimento da Nota de resposta.

Feito em Brasília, aos 12 dias do mês de abril de 1983, em dois exemplares originais, em português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ANEXO ÚNICO

REGULARIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA EM BENS ALIMENTARES E DE CONSUMO CORRENTE, MATÉRIAS-PRIMAS E OUTROS.

Dispõe-se o Banco do Brasil S/A — CACEX a financiar os recursos necessários a suprir o fornecimento de bens mais sensíveis ao normal abastecimento e funcionamento da economia angolana em 1983, consoante as condições e esquemas a seguir enumerados:

- a) **exportador brasileiro:** Pão de Açúcar e outros.
- b) **importador:** órgãos e empresas da República Popular de Angola.
- c) **mercadorias:** bens alimentares e de consumo corrente, matérias-primas e outros.

brasil e sua prorrogação ata de consulta aeronáutica e acordo para um programa de cooperação científica e tecnológica

c.1 — os produtos e serviços objeto do financiamento constarão de contrato comercial a ser firmado entre o importador e o exportador, o qual deverá ser submetido previamente ao Banco do Brasil S/A (CACEX). Fica entendido que o fornecimento respectivo estará na dependência das disponibilidades do produto no mercado brasileiro, à época dos embarques.

d) **valor do financiamento:** US\$ 100,000,000.00

e) **condições de pagamento:**

e.1 — para efeito de viabilidade do esquema operacional, estabelecer-se-ão pacotes de fornecimentos trimestrais, não podendo o valor de cada pacote exceder 90% das aquisições de petróleo angolano a serem feitas pela Petrobrás em igual período de três meses.

e.2 — prazo de pagamento: cada pacote será liquidado em três pagamentos semestrais, iguais e consecutivos, vencendo a primeira parcela a 180 dias a contar do último dia de cada trimestre de fornecimento.

f) **juros:** 8,5% a.a., pagáveis nas mesmas datas de vencimento do principal e calculados sobre o saldo devedor da operação.

Nota: os juros serão cobrados a partir das liberações dos cruzeiros ao exportador. Uma vez que o primeiro pagamento dos juros somente se fará junto com a primeira parcela do principal, haverá capitalização dos juros devidos dentro dos três meses considerados para o fornecimento do pacote.

g) **garantias:**

g.1 — Banco Nacional de Angola, representada por aval em notas promissórias emitidas pelo importador em favor do financiador. Ditas notas promissórias serão encaminhadas ao Banco do Brasil através de "trustee letter".

g.2 — alternativamente, fornecimento de petróleo, conforme estabelecido no Artigo 5 do presente Ajuste Complementar.

h) — **condição especial:** a presente oferta de financiamento para pagamento em moeda ou petróleo angolano prevalece pelo prazo de 180 dias, a contar da data de assinatura do presente Ajuste, sendo que sua validade ficará condicionada: (1) à regularização de todos os débitos pendentes do Governo angolano para com o Banco do Brasil S/A — CACEX e, (2) à apresentação, à CACEX, das condições de fornecimento de petróleo a serem acordadas entre a Sonangol e a Petrobrás, inclusive com cláusula de quitação de faturas com autorização expressa de destinação das verbas respectivas à liquidação dos compromissos na CACEX.

O Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília assinaram, através de Notas Verbais, dois Acordos entre os dois países: o primeiro, através de Notas Verbais trocadas em 20 de abril de 1983, estabelece a prorrogação, por um ano, da vigência da Ata de Consulta Aeronáutica assinada no Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1982; o segundo, através de Notas Verbais trocadas em 31 de maio de 1983, estabelece a prorrogação, por seis meses, do Acordo para Programa de Cooperação Científica e Tecnológica, firmado em Brasília, em 01 de dezembro de 1971.

PRORROGAÇÃO DA ATA DE CONSULTA AERONÁUTICA

nota brasileira

A Sua Excelência o Senhor Langhorne Anthony Motley, Embaixador dos Estados Unidos da América.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, com referência à Ata de Consulta aeronáutica, firmada em Washington D.C., em 24 de março último.

2. Nos termos da citada Ata, comunico a Vossa Excelência que o Governo brasileiro está de acordo com a prorrogação por um ano, a partir de 26 de abril corrente, da vigência da Ata de Consulta, assinada no Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1982, a qual foi objeto da troca de Notas diplomáticas, em 23 de junho de 1982.

3. Caso o Governo dos Estados Unidos da América manifeste sua concordância a respeito, proponho a Vossa Excelência que esta Nota juntamente com a resposta de Vossa Excelência sejam consideradas como um Acordo entre os nossos dois Governos, passando a Ata de Consulta de 25 de abril de 1982 a vigor até 25 de abril de 1984.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

nota norte-americana

His Excellency
Ramiro Saraiva Guerreiro
Minister of Foreign Relations
Brasília, D. F.

Excellency:

I have the honor to refer to Your Excellency's note DTC/DCS/DAI/63/680.4 (B46) (B13), dated April 20, 1983, regarding the Interim Agreement between the Government of the United States of America and the Government of the Federative Republic of Brazil on air transport services which was effected by exchange of notes at Brasília on June 23, 1982.

The Government of the United States is in agreement with the extension of the Agreement for one year, from April 26, 1983.

Your note and this note will be considered an agreement between our two governments, extending the Memorandum of Consultation of April 25, 1982 until April 25, 1984.

Accept, Excellency, the renewed assurances of my highest consideration.

PRORROGAÇÃO DO ACORDO PARA UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

nota brasileira

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada dos Estados Unidos da América e tem a honra de informá-la de que o Governo da República Federativa do Brasil concorda com a prorrogação, por um período adicional de 6 meses, a partir de 1º de junho de 1983, do Acordo para um Programa de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília, em 1º de dezembro de 1971, com vigência inicial de 5 anos, prorrogado por um período adicional de 5 anos, em 28 de dezembro de 1976, e de 6 meses, em 30 de novembro de 1981, em 1º de junho de 1982 e 30 de novembro de 1982.

2. Caso o Governo dos Estados Unidos da América concorde com os termos da presente Nota, passará esta, juntamente com a Nota de resposta da Embaixada dos Estados Unidos da América, a constituir um Acordo entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta.

nota norte-americana

The Embassy of the United States of America presents its compliments to the Ministry of external relations of the Federative Republic of Brazil and has the honor to acknowledge receipt of the Ministry's note number DAI/DCTEC/DCS/89 of May 31, 1983. The Ministry's note proposes, with the agreement of the United States of America, that the Agreement on a Program of Scientific

and Technological Cooperation, signed by the Governments of Brazil and the United States on December 1, 1971, and extended several times since that date, be extended for an additional period of six months from June 1, 1983.

In reply, the Embassy informs the Ministry of External Relations of the Federative Republic of Brazil that the Government of the United States of America accepts the terms of the above mentioned note which, with this present note, will constitute an Agreement between the two Governments to enter into force on this date.

The Embassy of the United States of America takes this opportunity to renew to the Ministry of External Relations the assurances of its highest consideration.

aprovado o regulamento da comissão nacional para assuntos antárticos

O Presidente João Figueiredo assinou o Decreto 88.245, de 20 de abril de 1983 (publicado pelo Diário Oficial de 22 de abril de 1983), aprovando o Regulamento da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos. Eis a íntegra do Decreto:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no Artigo 4º do Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos, que com este baixa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de abril de 1983, 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
R.S. Guerreiro

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º — A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), criada pelo Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982, tem como finalidade assessorar o Presidente da República na formulação e na consecução de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR).

Parágrafo único — No cumprimento da finalidade a que se refere este artigo, a CONANTAR terá sempre em conta as Diretrizes Gerais do Governo, especialmente para a política externa brasileira e as obrigações decorrentes da adesão do Brasil ao Tratado da Antártida.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 2º — Compete à CONANTAR:

I — propor diretrizes e medidas para a formulação, atualização e consecução da POLANTAR, acompanhando os seus resultados e sugerindo as necessárias alterações;

II — orientar e coordenar a elaboração dos planos e projetos relativos a assuntos antárticos;

III — examinar e aprovar o Programa Antártico Brasileiro — PROANTAR, de acordo com as diretrizes da POLANTAR;

IV — acompanhar a execução do PROANTAR no que se refere ao cumprimento das diretrizes do POLANTAR;

V — dentro do espírito e da letra do Tratado da Antártida, examinar as ofertas de cooperação internacional em assuntos antárticos;

VI — propor o encaminhamento de solicitações de cooperação e assistência internacionais em matéria de assuntos antárticos;

VII — sugerir a destinação de recursos financeiros adicionais para incrementar o desenvolvimento das atividades antárticas;

VIII — examinar implicações políticas decorrentes das diretrizes e orientações do Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica (SCAR) referentes à pesquisa científica na Antártida por parte de países aderentes ao Tratado da Antártida que aspirem à condição de Parte Consultiva desse instrumento internacional;

IX — examinar as recomendações adotadas pelas Reuniões de Consulta do Tratado da Antártida e as providências a serem tomadas para a sua aprovação pelo Brasil;

X — acompanhar, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, a evolução da política antártica no âmbito do Tratado e nos demais foros internacionais, adaptando a POLANTAR a essa evolução;

XI — estimular a participação, por intermédio da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar — CIRM, ou do órgão que venha a ser criado para a implementação do PROANTAR, de Universidades, centros de pesquisas e entidades governamentais ou privadas nas atividades antárticas, quer no seu planejamento, quer na sua execução, propondo, quando for o caso, a inclusão dos seus projetos no PROANTAR;

XII — examinar e aprovar as propostas avaliadas e encaminhadas pela CIRM ou pelo órgão a ser criado para a implantação do PROANTAR relativas às ofertas de colaboração e participação de Universidades, centros de pesquisa e entidades governamentais ou privadas nas atividades de planejamento e execução do PROANTAR;

XIII — propor a atualização da legislação brasileira relativa a assuntos antárticos;

XIV — coordenar a participação nacional em foros internacionais, reuniões, congressos ou grupos de trabalho, ou ainda em quaisquer outras atividades relacionadas com matérias políticas, econômicas, técnico-científicas e ecológicas de interesse antártico;

XV — coordenar a divulgação de temas relacionados com as atividades antárticas brasileiras;

XVI — promover, quando julgado conveniente, conferências, exposições ou seminários sobre assuntos antárticos, seja para colher subsídios junto à comunidade acadêmica e científica, seja para melhor divulgar o trabalho da Comissão, o estado de progresso do PROANTAR e o cumprimento de objetivos dentro do conjunto de interesses nacionais no sistema antártico.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º — A CONANTAR, presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, é constituída de:

I — Membros Permanentes;

II — Secretaria; e

III — Subcomissões

Art. 4º — São Membros Permanentes da CONANTAR representantes dos seguintes órgãos e entidades;

— Ministério da Marinha;

— Ministério do Exército;

— Ministério das Relações Exteriores;

— Ministério da Agricultura;

— Ministério da Educação e Cultura;

— Ministério da Aeronáutica;

— Ministério das Minas e Energia;

— Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

— Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional;

— Estado-Maior das Forças Armadas; e

— Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

§ 1º — Os Membros Permanentes, indicados pelos respectivos Ministros de Estado, dentre autoridades de alta categoria funcional e elevada qualificação técnico-profissional, serão nomeados pelo Presidente da República, por proposta do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 2º — Os Ministros de Estado poderão designar suplentes dos respectivos Membros efetivos, para substituí-los em seus impedimentos eventuais.

§ 3º — Os Suplentes, quando funcionarem como substitutos, terão as mesmas atribuições e prerrogativas dos Membros efetivos.

Art. 5.º — A Secretaria da CONANTAR compõe-se de:

- I — Secretário; e
- II — Secretário-Adjunto.

§ 1.º — Os trabalhos de Secretaria, arquivo e outras facilidades para o pleno funcionamento da CONANTAR serão assegurados pelo Ministério das Relações Exteriores.

§ 2.º — O Representante do Ministério das Relações Exteriores acumulará as funções de Secretário.

§ 3.º — O Secretário-Adjunto, funcionário diplomático, será designado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 6.º — As Subcomissões serão criadas pelo Presidente da CONANTAR, observada a sua necessidade de acordo com este Regulamento, podendo ser permanentes ou *ad hoc*.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 7.º — A Comissão se reunirá:

I — em sessão ordinária, com periodicidade compatível com as necessidades da POLANTAR e das atividades antárticas brasileiras, por convocação do seu Presidente, através de comunicação feita pelo Secretário com a antecedência de sete dias;

II — em sessão extraordinária:

- a) por convocação do Presidente da República;
- b) por convocação do seu Presidente, por iniciativa própria ou para atendimento de pedido de pelo menos um terço dos Membros permanentes.

Art. 8.º — As reuniões da CONANTAR serão normalmente realizadas no Ministério das Relações Exteriores.

Art. 9.º — A CONANTAR só poderá reunir-se com a presença de no mínimo dois terços dos seus membros permanentes.

Art. 10 — A juízo do presidente da CONANTAR e quando por ele convocados, participarão das reuniões da Comissão e poderão integrar as subcomissões, sem direito a voto, representantes de outros órgãos e entidades, públicos ou privados, ou ainda personalidades de reconhecido valor, relacionadas com assuntos atinentes às atividades antárticas brasileiras.

Parágrafo único — Quando da agenda das reuniões constarem itens diretamente ligados ao PROANTAR, será convocado o Secretário da CIRM ou o representante do órgão a ser criado para a implantação do PROANTAR.

Art. 11 — Os Membros Permanentes da CONANTAR e os participantes das reuniões em caráter *ad hoc* poderão fazer-se acompanhar de assessores, sem direito a voto, desde que obtida a anuência prévia do Presidente da Comissão.

Art. 12 — Para assistir às reuniões da CONANTAR e de suas subcomissões, ou destas participar, só terão ingresso no recinto da reunião:

- I — o seu Presidente;
- II — os Membros Permanentes;
- III — o Secretário;
- IV — o Secretário-Adjunto;
- V — os representantes de órgãos ou entidades e as personalidades convocadas a participar em caráter *ad hoc*, na forma do artigo 10;
- VI — Assessores dos Membros Permanentes ou dos participantes em caráter *ad hoc*, na forma do artigo 11.

§ 1.º — O grau de sigilo das reuniões e da documentação será determinado pelo Presidente da Comissão, que dele dará conhecimento prévio a todos os participantes.

§ 2.º — A documentação a ser examinada e discutida nas reuniões, sob a forma de projetos, propostas ou outras iniciativas, deverá ser encaminhada previamente, sempre que possível, à Secretaria para os fins de multiplicação e distribuição entre os demais participantes.

Art. 13 — As decisões da CONANTAR e de suas subcomissões serão tomadas por consenso e, caso este não seja alcançado, por maioria de votos dos membros presentes e votantes, cabendo ao seu Presidente ou ao Coordenador da subcomissão o voto de desempate.

§ 1.º — Qualquer membro poderá fazer constar em Ata seu ponto de vista discordante, quando a opinião do órgão por ele representado ou a sua própria divergir da maioria.

§ 2.º — As decisões da CONANTAR serão formalizadas através de **Resoluções**.

Art. 14 — Nos impedimentos do seu Presidente, as reuniões da CONANTAR serão presididas pelo Representante do Ministério das Relações Exteriores e, na eventual ausência deste, pelo Membro titular representante do Ministério ou órgão de mais alta precedência, observada a ordem indicada no artigo 4.º

Parágrafo único — Quando o representante do Ministério das Relações Exteriores assumir a Presidência das reuniões da CONANTAR o seu suplente assumirá o cargo de Representante do Ministério das Relações Exteriores.

CAPÍTULO V DAS SUBCOMISSÕES

Art. 15 — Poderão ser criadas subcomissões, para o exame de matéria que, pela sua relevância ou urgência, no julgamento do Presidente da CONANTAR, mereça tratamento especial ou prioritário.

§ 1.º — O Presidente da CONANTAR ou seu eventual substituto designará o Coordenador, escolhido entre os Membros Permanentes, e os Membros das subcomissões, escolhidos dentre os Membros permanentes ou dentre os parti-

cipantes em caráter *ad hoc* relacionados com a matéria em questão.

§ 2º — Um único Membro Permanente ou um único participante em caráter *ad hoc* poderá ser incumbido da realização de trabalho originalmente destinável a uma subcomissão, desde que justificado pela substância da matéria ou pela urgência do seu exame.

Art. 16 — As subcomissões se organizarão internamente de forma a assegurar o melhor desempenho de suas tarefas, ficando o Coordenador da subcomissão responsável pela orientação do trabalho, pela designação do relator, pela forma e alcance das decisões e pelo modo de apresentação dos resultados do encargo à comissão.

Parágrafo único — O Coordenador da subcomissão tomará as providências necessárias para a circulação, entre os demais membros e participantes das reuniões, da documentação nos trabalhos da subcomissão ao seu encargo.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 — As funções de Membro da CONANTAR não serão renumeradas, sendo, porém, consideradas serviço de caráter relevante.

Art. 18 — As eventuais despesas de transporte, diárias ou de outra natureza dos participantes das reuniões da CONANTAR correrão por conta das dotações dos órgãos que representem.

Art. 19 — Qualquer Membro Permanente da CONANTAR poderá apresentar proposta de alteração deste Regulamento, a qual deverá ser examinada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 20 — Para a elaboração do projeto do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), a que se refere o Decreto nº 86.830, de 12 de janeiro de 1982, a CONANTAR encaminhará à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar — CIRM as respectivas diretrizes.

Art. 21 — As atribuições do Presidente, dos Membros, do Secretário e do Secretário-Adjunto serão estabelecidas em Regimento Interno, aprovado pela Comissão.

acordo regula a exportação de têxteis para a Suécia

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a Suécia, regulamentando as exportações de produtos têxteis brasileiros para aquele país, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 25 de abril de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador do Reino da Suécia, Lennart Rydfors.

A Sua Excelência o Senhor
Lennart Rydfors,
Embaixador do Reino da Suécia,
Brasília, D.F.
Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº 27/83 de 25 de abril de 1983, relativa às exportações de produtos têxteis do Brasil para a Suécia, cujo teor, em português, é o seguinte:

“Excelência,

Tenho a honra de referir-me às recentes consultas entre representantes de nossos dois Governos, relativas às exportações de têxteis do Brasil para a Suécia, com base no Acordo Multifibras do GATT. Como resultado de tais consultas, desejo propor o seguinte Acordo entre o Governo da Suécia e o Governo do Brasil sobre as Exportações de Certos Produtos Têxteis do Brasil para a Suécia, doravante referido como Acordo:

ARTIGO 1º

O presente Acordo tem por base o Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis, particularmente seu artigo primeiro, parágrafo segundo, e artigo quarto, e as disposições do documento L/5276 do GATT.

ARTIGO 2º

Este Acordo se aplicará aos períodos especificados no Anexo I.

ARTIGO 3º

O Governo do Brasil limitará as exportações do Brasil para a Suécia dos produtos têxteis relacionados no Anexo I aos níveis estabelecidos no referido Anexo. A data de emissão dos documentos de embarque será considerada a data de exportação.

ARTIGO 4º

a) Este Acordo se aplicará às exportações do Brasil para a Suécia dos produtos têxteis descritos no Anexo I, de algodão, lã ou fibras artificiais, ou de sua combinação, nos quais todas ou quaisquer das mencionadas fibras em combinação representem o valor principal das fibras ou 50% ou mais em peso (ou 17% mais em peso de lã);

b) Além disso, as disposições deste Acordo se aplicarão também aos produtos, descritos no Anexo I, que sejam fabricados a partir de tecidos “impregnados”, tal como definidos no Anexo II deste Acordo.

ARTIGO 5º

O Governo da Suécia admitirá importações dos produtos têxteis originários do Brasil, relacionados no Anexo I,

contanto que tais importações sejam acompanhadas de Certificados de Exportação do tipo indicado no Anexo III. O referido documento será emitido e consecutivamente numerado por cada agência autorizada da CACEX, especificará o número do grupo e conterá um certificado de que as respectivas consignações foram aprovadas e debitadas contra os níveis acordados para exportação para a Suécia no período pertinente.

ARTIGO 6º

a) Se, em qualquer período de doze meses do presente Acordo ou do Acordo de 28 de agosto de 1980, os níveis de grupos especificados no Anexo I deste Acordo não forem integralmente utilizados, o Governo do Brasil poderá, após consultas com o Governo da Suécia, durante o subsequente período de doze meses aprovar a exportação de quantidades adicionais (carry-over) equivalentes a tais saldos, desde que essas exportações:

I) pertençam aos mesmos grupos onde os saldos ocorreram;

II) não excedam a 3% dos níveis desses grupos para o período no qual os saldos tenham ocorrido.

b) Durante cada período de doze meses, o Governo do Brasil poderá, após consultas com o Governo da Suécia, aprovar a exportação de quantidades acima dos níveis de grupos especificados no Anexo I do presente Acordo, até 3% de tais níveis (carry-forward) para o período pertinente. Nos casos em que os níveis de grupos específicos tenham sido aumentados por "carry-forward", o Governo do Brasil informará o Governo da Suécia das quantidades antecipadas e as debitará contra os correspondentes níveis de grupos para o período subsequente;

c) Durante cada período de doze meses especificado no Anexo I, as quantidades adicionais de exportação, resultantes, conjuntamente, de "carry-over" e "carry-forward", para cada grupo, não deverão exceder 3% do respectivo nível acordado;

d) As consultas a que se referem os parágrafos (a) e (b) deste artigo terão lugar até 45 dias a partir da data em que o pedido de tais consultas tenha sido recebido pelo Governo da Suécia.

ARTIGO 7º

Se as informações recolhidas pelas autoridades suecas demonstrarem que o limite quantitativo para a categoria de produtos especificada em um Certificado de Exportação já foi alcançado, ou que a porção não-utilizada de tal limite é insuficiente para cobrir as mercadorias especificadas no Certificado, as referidas autoridades poderão recusar a admissão de qualquer quantidade acima do limite quantitativo. Nessa circunstância, o Governo da Suécia informará o Governo do Brasil logo que possível. Se ocorrer que alguma quantidade adicional entre na Suécia, as autoridades brasileiras deverão, após receber informação das autoridades suecas, deduzir tal quantidade embarcada em ex-

cesso do nível já acordado, ou que venha a ser acordado, para o período seguinte.

ARTIGO 8º

Ambas as partes consideram essencial que as exportações para a Suécia dos produtos relacionados no Anexo I sejam uniformemente distribuídas por todo o período do Acordo e que, na alocação de quotas, sejam devidamente considerados os padrões tradicionais de comércio e os fatores sazonais normais. Dessa forma, o Governo do Brasil se compromete a adotar providências que possibilitem alcançar tal objetivo.

ARTIGO 9º

O Governo do Brasil encaminhará ao Governo da Suécia, por intermédio da Embaixada do Brasil em Estocolmo, estatísticas mensais em base cumulativas das quantidades dos grupos 3, 4, 5, 8, 9, 11a, 11c, 13, 14 e 18, relacionados no Anexo I, para as quais Certificados de Exportação devidamente endossados para exportações à Suécia hajam sido emitidos, segundo o período pertinente do Acordo. As estatísticas deverão ser recebidas pelo Governo da Suécia dentro de um período de dois meses após o mês correspondente.

O Governo da Suécia fornecerá ao Governo do Brasil estatísticas trimestrais, em bases cumulativas, das licenças emitidas para importações do Brasil dos grupos acima mencionados relacionados no Anexo I. As estatísticas deverão ser fornecidas ao Governo do Brasil, através da Embaixada da Suécia em Brasília, dentro de um período de dois meses após o término do período correspondente.

ARTIGO 10º

Se as autoridades suecas competentes forem informadas de que produtos têxteis que hajam sido debitados contra os níveis de restrição do Anexo I deste Acordo foram importados pela Suécia e subsequentemente reexportados, o Governo do Brasil será notificado e poderá, então, creditar as respectivas quantidades aos níveis estabelecidos no Anexo I deste Acordo.

ARTIGO 11º

O Governo da Suécia e o Governo do Brasil estão de acordo em efetuar consultas, a pedido de qualquer das Partes, caso surja algum problema decorrente da implementação deste Acordo. O Governo da Suécia e o Governo do Brasil acordam, igualmente, iniciar consultas, antes do término do Acordo, sobre as condições de um novo Acordo.

Se as consultas não resultarem, dentro de um período razoável de tempo, em solução mutuamente satisfatória, e tal fato representar séria ameaça de dano a seus produtores domésticos de produtos semelhantes ou concorrentes, o Governo da Suécia poderá aplicar limitações na proporção e pelo tempo considerados necessários, desde que tais

limitações não sejam inferiores aos níveis de restrição para o último período deste Acordo.

ARTIGO 12º

Os governos do Brasil e da Suécia concordam em cooperar com vistas à adoção de medidas apropriadas e destinadas a evitar quaisquer tipos de baldeação, redespacho, fraude, etc.

ARTIGO 13º

Qualquer dos dois governos poderá rescindir o presente Acordo antes do término de seu período de validade, desde que uma notificação prévia seja feita com pelo menos 60 dias de antecedência. Se tal ocorrer, o presente Acordo expirará ao terminar o período da notificação prévia.

ARTIGO 14º

Os Anexos a este Acordo serão considerados partes integrantes do mesmo.

Caso a proposta anterior seja aceitável ao seu Governo, esta Nota e a Nota de confirmação de Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, constituirão um acordo entre nossos dois Governos.

Renovo, a Vossa Excelência, os protestos de minha mais alta estima e consideração”.

2. Em resposta, confirmo que o Governo da República Federativa do Brasil concorda com os termos da Nota de Vossa Excelência, e que a mesma e a presente resposta constituem Acordo entre nossos Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mui distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

ANEXO I EXPORTAÇÃO DE CERTOS TEXTEIS DO BRASIL – PRODUTOS COBERTOS POR ACORDO DE RESTRIÇÃO DE EXPORTAÇÃO

(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)
Grupo	Ex Classificação estatística sueca No (CCN)	Descrição	Unidade	Nível p/o período 01.9.82 – 31.8.83	Nível p/o período 01.9.83 – 31.8.84	Nível p/o período 01.9.84 – 31.8.85	Nível p/o período 01.9.85 – 31.8.86	Nível p/o período 01.9.86 – 31.8.87
3a	60.04.21–,25– 61.03.20– 61.04.10	Roupas de dormir exceto as do grupo 3b	Peças	252.100	252.200	252.300	252.400	252.500
3b	60.05.80–,87–,89– 61.02.902–906.909, 99–	Roupas de dormir e “negligés” que sejam faturados, embalados e despachados em conjunto, como jogos de roupas combinadas.	Peças	80.600	80.700	80.800	80.900	81.000
4	60.04.70–,80–,90–	Roupas de baixo, de malha ou croché, exceto camisãs, roupas de dormir e roupas colantes.	Peças	835.000	835.835	836.671	837.508	838.345
5	60.05.30	Suéteres, “pullovers”, agasalhos e coletes etc, de malha ou croché						
8	60.05.80–,83–,84– 61.01.003,005,50– 61.02.005,60–,99–	Calças exceto “shorts”	Peças	310.000	310.310	310.620	310.931	311.242
9	60.05.60– 61.02.006,20–,30–, 40–,99–	Conjuntos, vestidos e camisas	Peças	110.110	110.110	110.220	110.330	110.441
11a.	60.05.10–,80–,84–, 896 61.01.003,006, 901–902 61.02.006,901,907, 903–904,906, 909,99–	Agasalhos esportivos	Peças	60.923	60.984	61.045	61.106	61.167
11c.	60.05.80–,84–,87–, 89– 61.01.003,006,70– 61.02.006,80–,99–	“Shorts”	Peças	90.000	90.090	90.180	90.270	90.361
13	62.02.11–,19–, 792–793	Roupa de cama	Quilos	101.100	101.200	101.300	101.400	101.500
14	62.02.31–,39–, 792–793	Toalhas e artigos similares	Quilos	201.100	201.200	201.300	201.400	201.500
18	62.02.21–,29–, 792–793	Roupa de mesa	Quilos	51.561	51.613	51.664	51.716	51.768

ANEXO II

Definição de “Tecidos impregnados”,
para os propósitos do Artigo 4º

1. Tecidos de algodão, lã ou fibras artificiais ou qualquer combinação contendo uma ou mais destas fibras, nas quais a lã represente 17% ou mais em peso, ou todas ou quaisquer de tais fibras em combinação representem 50% ou mais em peso do tecido não acabado, serão definidos como “tecidos impregnados” quando os mesmos hajam sido impregnados, tintos, cobertos ou laminados com preparações de derivados de celulose ou de outros materiais

plásticos artificiais de qualquer natureza (compacto, de espuma, de esponja ou dilatado).

2. A definição não abrange:

a) Tecidos que, após impregnação, tintura, cobertura ou laminação, não possam, sem rompimento, ser dobrados manualmente em torno de um cilindro de 7 mm de diâmetro, a uma temperatura entre 15º e 30ºC;

b) Tecidos completamente embutidos em material plástico artificial, ou tinto ou coberto em ambos os lados por tal material.

ANEXO III

1. Exporter (name, full address, country)	ORIGINAL	2. Nº
	3. Quota year	4. Group nº
5. Consignee (name, full address, country)	EXPORT CERTIFICATE (TEXTILE PRODUCTS)	
	6. Country of origin B R A Z I L	7. Country of destination S W E D E N
8. Place of shipment – means of transport.	9. Supplementary details	
10. Marks and numbers – Number and kind of packages – DESCRIPTION OF GOODS – Swedish statistical classification nº	11. Quantity/Weight	12. Value FOB
<p>13. CERTIFICATION BY THE COMPETENT AUTHORITY</p> <p>I, the undersigned, certify that the goods described above are originating in Brazil in accordance with the provisions in force in Sweden and these goods have been charged against the quantitative limit established for the quota year shown in box nº 3 in respect of the group shown in box nº 4 by the provisions regulating trade in textile products with Sweden.</p>		
14. Competent authority (name, full address, country)	at , on (Signature) (Stamp)	

MEMORANDUM DE ENTENDIMENTO

Com referência ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre exportações de certos produtos têxteis do Brasil para a Suécia, hoje concluído, fica estabelecido o seguinte entendimento para os produtos especificados no Anexo a este Memorandum. O período coberto por este Memorandum será o mesmo estabelecido para o Acordo de restrição:

Na hipótese de um produto têxtil, sujeito a licença de importação na Suécia, mas não incluído no citado Acordo, ser importado pela Suécia do Brasil, em quantidades capazes de causar risco efetivo de desorganização de mercado, na opinião do Governo da Suécia, o referido Governo poderá solicitar consultas sobre o produto. Na hipótese de as Partes não alcançarem uma solução satisfatória durante

as consultas, o Governo da Suécia poderá estabelecer limite quantitativo, a ser mantido até que entendimento mutuamente aceitável seja alcançado, desde que tal limite não seja inferior ao nível de importações efetivas durante o período de doze meses, encerrado dois meses antes do mês em que for apresentado o pedido de consultas.

Uma lista dos produtos têxteis ora submetidos a licença de importação na Suécia, mas não abrangidos pelo Acordo hoje concluído, encontra-se em anexo.

Este Memorandum foi redigido em dois exemplares, em português e em inglês, cada qual igualmente autêntico.

Feito em Brasília, em 25 de abril de 1983.

Ramiro Saraiva Guerreiro **Lennart Rydfors**
 Pelo Governo do Brasil Pelo Governo da Suécia

A N E X O EXPORTAÇÕES DE CERTOS, TÊXTEIS DO BRASIL PARA A SUÉCIA PRODUTOS COBERTOS POR ENTENDIMENTOS DE CONSULTAS

(a)	(b)	(c)
Grupo	Ex Classificação estatística sueca Nº (CCCN)	Descrição
1	60.03.00—,10—,90—	meias, meias de baixo e similares, de malha ou croché, exceto meias femininas de fibras sintéticas contínuas
2	60.04.10— 61.03.10—	camisas
6	60.05.803—4,809,812,84—,87—,89— 61.01.003,004,006,10—,45— 61.02.004,006,11—,15—,99—	sobretudos e jaquetas
7	60.05.80—,812,84—,89— 61.01.003,006,30—,41— 61.02.006,902—6,909	ternos, paletós de passeio e blazers
10	60.05.80—,82—,84— 61.02.006,50—,99—	blusas
11b, 11d—i	60.04.60— 60.05.20—,80—,84—,85—,87—,89— 61.01.003,006,904—909,95— 61.02.006,902—906,909,95—,99— 61.03.90— 61.04.20—	roupas incluídas na lista de mercadorias nº 28, exceto dos grupos 1 a 10, 11a, 11c, 16 e 17
12	62.01 a 11	mantas e cobertores de viagem
15	60.05.90—	artigos de malha ou croché exceto vestimentas, cortinas e outros artigos de mobiliário
16	61.09.10—	espartilhos, cintas, suspensórios e ligas
17	61.09.20—	porta-seios
19	60.05.90—,91— 62.02.51—,59—,71—,791—,792—793,799	cortinas e outros artigos de mobiliário
20	60.04.21—,29—	velas para embarcação

Brasil e Espanha assinam acordo de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear

Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Brasil e a Espanha, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 12 de maio de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador espanhol no Brasil, Miguel Ignacio de Aldasoro y Sandberg.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Espanha,

CONSIDERANDO a tradicional amizade existente entre os seus povos,

CONSCIENTES da importância crescente da utilização da energia nuclear para fins pacíficos, CONVENCIDOS de que a cooperação entre os dois países no campo dos usos pacíficos da energia nuclear constitui importante contribuição ao desenvolvimento econômico e social e ao bem estar de seus povos,

TENDO EM CONTA o estabelecido no Convênio Básico de Cooperação Técnica entre os dois Governos, de 1 de abril de 1971, e que a investigação e o desenvolvimento no campo da energia nuclear requerem uma regulamentação particular, adequada a sua evolução científica e tecnológica, que deve refletir-se nas características especiais da cooperação internacional nesta matéria,

ACORDAM as disposições abaixo:

ARTIGO I

As Partes Contratantes cooperarão para o desenvolvimento e a aplicação dos usos pacíficos da energia nuclear, de acordo com as necessidades e prioridades de cada país, levando em conta as respectivas disponibilidades de recursos naturais, humanos, tecnológicos e de capital, bem como os compromissos internacionais, leis, regulamentos e demais normas jurídicas vigentes no Brasil e na Espanha.

ARTIGO II

A cooperação objeto do presente instrumento abrangerá as seguintes áreas:

1) Prospecção, extração e processamento de minério de urânio, bem como produção de seus compostos;

- 2) Projeto, construção e operação de reatores e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes;
- 3) Ciclo de combustível nuclear;
- 4) Pesquisa básica e aplicada ligada aos usos pacíficos da energia nuclear;
- 5) Formação e capacitação de recursos humanos;
- 6) Segurança nuclear, proteção radiológica e proteção física do material nuclear;
- 7) Licenciamento de instalações nucleares;
- 8) Produção e aplicação de radioisótopos;
- 9) informações nucleares;
- 10) Outras áreas científicas, tecnológicas ou jurídicas relacionadas com a energia nuclear que sejam consideradas de interesse mútuo pelas Partes Contratantes.

ARTIGO III

O intercâmbio de pessoal nas áreas de cooperação a que se refere o Artigo II realizar-se-á mediante:

- 1) Assistência recíproca para a preparação de pessoal científico e técnico;
- 2) Intercâmbio de peritos;
- 3) Intercâmbio de professores para cursos e seminários;
- 4) Bolsas de estudo;
- 5) Formação de grupos mistos de trabalho para realizar estudos concretos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

ARTIGO IV

O intercâmbio de informações obedecerá às seguintes normas:

- 1) Será realizado através de consultas mútuas sobre problemas científicos e tecnológicos e permuta de documentação;
- 2) As informações e documentos intercambiados não devem ser comunicados a terceiros, públicos ou privados, sem prévio acordo escrito dado pela Parte que haja fornecido o documento ou informação;
- 3) Se a informação fornecida se referir a patentes registradas no Brasil ou na Espanha, os termos e as condições para seu uso ou comunicação a terceiros deverão reger-se pela legislação vigente nesta matéria em um ou outro país.

ARTIGO V

As Partes Contratantes envidarão esforços para facilitar o fornecimento recíproco, mediante transferência, empréstimo, arrendamento ou venda, de materiais nucleares, equipamentos e serviços necessários à realização de projetos conjuntos e de seus programas nacionais, nos termos do Artigo I.

ARTIGO VI

Qualquer material, instalação ou equipamento fornecido por uma das Partes à "outra", ou qualquer material derivado de seu uso, só poderá ser utilizado para fins pacíficos, e as Partes, quando pertinente, celebrarão com a A-

gência Internacional de Energia Atômica os acordos de salvaguardas correspondentes.

ARTIGO VII

A retransferência, de uma Parte para terceiro país, de qualquer material, instalação ou equipamento fornecido pela outra Parte, necessitará autorização da Parte de origem. Quando o material, instalação ou equipamento estiver sujeito a salvaguardas, a retransferência só poderá ser feita após o terceiro país ter concluído com a Agência Internacional de Energia Atômica um acordo de salvaguardas do mesmo tipo do aplicado ao referido material, instalação ou equipamento.

ARTIGO VIII

Cada uma das Partes Contratantes tomará as medidas necessárias para a proteção física, em seu território, dos materiais que lhe forem fornecidos no âmbito do presente Acordo, bem como nos casos de transporte dos referidos materiais entre territórios das Partes.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes envidarão esforços para adotar as medidas administrativas, particularmente fiscais e aduaneiras, de sua competência, que facilitem o bom cumprimento do presente Acordo.

ARTIGO X

As Partes Contratantes designarão as respectivas instituições nacionais, às quais caberá implementar a cooperação prevista no Artigo II. Com esse fim, poder-se-ão concluir ajustes complementares, convênios ou outros instrumentos, nos quais serão definidas as modalidades de implementação em cada uma das áreas de cooperação, bem como a responsabilidade de cada uma dessas instituições. Os referidos instrumentos entrarão em vigor quando forem cumpridos os requisitos exigidos pela legislação de cada uma das Partes.

ARTIGO XI

As Partes Contratantes, a pedido de uma delas, designarão delegações para examinar a evolução dos diversos projetos relacionados com a implementação deste Acordo.

ARTIGO XII

Quaisquer controvérsias que possam ocorrer sobre a interpretação e aplicação deste Acordo serão resolvidas por via diplomática.

ARTIGO XIII

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra da conclusão das formalidades constitucionais necessárias a aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da segunda notificação e será válido por um prazo de

dez anos, renovável tacitamente por períodos sucessivos de dois anos.

ARTIGO XIV

O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer tempo por qualquer das Partes, produzindo efeito a denúncia seis meses após a correspondente notificação à outra Parte. Na eventualidade de denúncia, os ajustes complementares, convênios e outros instrumentos concluídos no âmbito da aplicação do presente Acordo continuarão em vigor até o cumprimento integral das obrigações neles assumidas, salvo decisão em contrário das Partes.

Feito em Brasília, aos 12 dias do mês de maio de 1983, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

assinado acordo de radioamadores entre brasil e argentina

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a Argentina, para operação de radioamadores assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 1º de junho de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Argentina, Hugo Caminos.

A Sua Excelência o Senhor Hugo Caminos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Argentina.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de referir-me às conversações entre representantes do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Argentina, relativas à possibilidade de concluir-se um acordo entre os dois Governos, concernente à autorização recíproca para que os radioamadores licenciados em um dos países possam operar suas estações no outro país, de acordo com o previsto no artigo 32 do Regulamento de Radiocomunicações, anexo ao Convênio Internacional de Telecomunicações, sob as seguintes condições:

I — Qualquer pessoa de nacionalidade de uma das Partes Contratantes pode ser autorizada a efetuar emissões de radiofrequência por intermédio de uma estação de radioamador no território da outra Parte, com a condição de que seja titular de uma licença emitida por suas autoridades nacionais para a utilização de uma estação de radioamador.

II — A solicitação de autorização deve ser dirigida às autoridades competentes da Parte Contratante em cujo território será utilizada.

III — As autoridades administrativas de cada Parte Contratante podem emitir a autorização em caráter provisório, reservando-se o direito de, a todo momento e por qualquer causa, rejeitar a solicitação ou revogar a autorização concedida sem que estejam obrigadas a tornar conhecido o motivo de sua decisão.

IV — As autorizações serão concedidas de conformidade com as disposições legais de cada uma das Partes Contratantes.

V — As autoridades competentes das Partes Contratantes somente concederão autorizações para operar nas faixas de frequência atribuídas ao serviço de radioamadores em cada país.

VI — O radioamador que obtenha uma licença para operar sua estação no território da outra Parte fica sujeito à legislação interna desse país, em tudo o que seja relativo ao serviço de radioamadores.

2. Caso o Governo da República Argentina concorde com as disposições acima mencionadas, a presente Nota e a de Vossa Excelência, de igual teor e mesma data, constituem um Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor no dia de hoje, podendo ser suspenso por qualquer dos dois Governos mediante comunicação escrita com antecedência de 6 (seis) meses.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

acordo brasil-frança para cooperação no desenvolvimento de tecnologias em espécies vegetais produtoras de látex

Ajuste, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a França, para cooperação técnica no projeto "Tecnologias em Espécies Vegetais Produtoras de Látex", assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 23 de junho de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Francesa, Robert Richard.

A Sua Excelência o Senhor Robert Richard,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Francesa.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº 713, datada de hoje, cujo teor em português, é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica, de 16 de janeiro de 1967, existente entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo francês, as disposições a seguir relativas ao projeto de cooperação técnica intitulado "Tecnologias em Espécies Vegetais Produtoras de Látex", da Superintendência da Borracha-SUDHEVEA, o qual foi encaminhado à consideração do Governo francês em anexo à Nota verbal DCOPT/DE-I/94, de 06 de maio de 1982.

I — O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República francesa apoiarão a implementação do projeto de cooperação técnica acima citado, cuja execução incumbirá, pela Parte brasileira, à Superintendência da Borracha — SUDHEVEA — e, pela Parte francesa, ao Instituto de Pesquisas sobre a Borracha — IRCA — membro do Grupo de Estudo e Pesquisas para o Desenvolvimento da Agricultura Tropical — GERDAT.

1 — São objetivos do projeto:

a) avaliar as possibilidades de introdução de Guayula no Nordeste do Brasil, através de experimentos agrônômicos e tecnológicos e do estudo de viabilidade do projeto, com inclusive indicações pertinentes à sua ulterior instalação, de usina-piloto para tratamento da borracha;

b) estabelecimento de sistema de intercâmbio entre o IRCA e a SUDHEVEA nos setores da especificação das borrachas brasileiras e da tecnologia, melhoria das espécies, fisiologia e cultura da hévea; e

c) formação de Pessoal brasileiro nos setores das técnicas de produção, da transformação da borracha natural e da gerência de projetos.

2 — A execução do projeto contemplará os seguintes elementos:

a) aperfeiçoamento de cinco técnicos brasileiros, por ano, através de cursos ou estágios com duração entre 3 e 10 meses cada, em estações de pesquisa e laboratórios de tecnologia do IRCA sediados na França ou em terceiros países;

b) envio de um agrônomo francês do IRCA para missão de longa duração junto à SUDHEVEA; e

c) envio de quatro técnicos franceses, por ano, para missões de curta duração.

II — Ao Governo francês incumbirá custear as despesas decorrentes:

1 — da estada dos técnicos brasileiros, enviados para aperfeiçoamento no exterior, à base de "viagem de estudos Categoria II" (4.700 francos franceses ao mês em 1983); empenhando-se, além disso, na obtenção de facilidades de alojamento, alimentação e transporte;

2 — dos deslocamentos internos, na França ou em terceiros países, dos estagiários brasileiros;

3 — do salário, obrigações sociais e viagens internacionais de agrônomo francês, e família, enviado para missão de longa duração;

4 — dos salários e viagens internacionais dos técnicos franceses enviados para missões de curta duração;

5 — do fornecimento de material genético relativo à Guayula; e

6 — dos testes a serem realizados nos laboratórios franceses.

III — Ao Governo brasileiro caberá:

1 — Arcar com as despesas inerentes:

a) aos salários e encargos sociais e às viagens a serviço do pessoal da SUDHEVEA envolvido no projeto;

b) aos meios operacionais indispensáveis à realização do projeto: mão-de-obra, material necessário para experimentos agrônomicos, infra-estrutura administrativa, etc.;

c) ao transporte local e aos custos (passagens e diárias) das viagens a serviço no Brasil dos técnicos franceses enviados para missões de longa e curta duração;

d) ao custeio da coleta e do transporte das amostras de borracha até os laboratórios do IRCA, para análise;

e) à seleção, treinamento lingüístico e viagens internacionais dos técnicos brasileiros a estagiarem no exterior; e

f) ao custeio, em montante a ser fixado entre o IRCA e a SUDHEVEA, de parte dos gastos de moradia do perito francês enviado para missão de longo prazo (estada superior a um ano);

2 — assegurar a contrapartida de técnicos brasileiros, indicando um dentre eles para, com seu homólogo francês, ser co-responsável pelo projeto; e

3 — garantir que sejam estendidos aos técnicos franceses os privilégios e imunidades, bem como aos equipamentos eventualmente fornecidos ao projeto, as isenções previstas no Acordo de Cooperação Técnica e Científica, de 16 de janeiro de 1967.

IV — A duração do projeto, bem como a da permanência do perito francês a longo prazo, será de três anos, sujeita a prorrogação se os resultados alcançados na implementação deste Ajuste assim o recomendarem, através de consulta mútua entre os dois Governos.

V — A execução do projeto será objeto de avaliações trimestrais e anuais, cujos relatórios deverão estar disponíveis, respectivamente, no mês e trimestre subsequentes à avaliação realizada.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as disposições dos itens I a V acima, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão, de acordo com o artigo 1º do Acordo sob referência, um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Queira, Senhor Ministro, aceitar os protestos da minha alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

a visita do ministro Danilo Venturini ao suriname

Em 18 de abril de 1983, o Palácio do Itamaraty, em Brasília, divulgou o seguinte Comunicado de imprensa Brasil-Suriname:

O Ministro Danilo Venturini, na qualidade de Representante pessoal do Presidente João Figueiredo, efetuou visita oficial ao Suriname, nos dias 15, 16 e 17 de abril de 1983.

O Ministro Venturini fez visita de cortesia ao Presidente Mišier, e teve, posteriormente, um encontro com o Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores, Senhor Errol Alibux. Durante esse encontro, examinaram assuntos de interesse comum.

O Ministro Venturini manteve conversações proveitosas com o Tenente-Coronel Desiré Bouterse, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e Presidente do Conselho Político Nacional.

Nesses encontros, foram examinadas medidas para intensificar as relações existentes entre o Brasil e o Suriname, dentro do quadro dos contatos de alto nível entre os dois países. O significado desses contatos manifestou-se através da visita do Ministro Saraiva Guerreiro a Paramaribo, em janeiro de 1982, e das visitas ao Brasil do Tenente-Coronel Bouterse, em setembro último, e o Ministro Harvey Naarendorp, em fevereiro de 1983.

Durante as conversações mantidas pelo Ministro Venturini e o Comandante-em-Chefe Bouterse, ambos expressaram o desejo dos dois países de preservar a América do Sul de efeitos de confrontações que lhe são estranhas.

Sublinharam também a convicção de que o Suriname e o Brasil determinarão e seguirão seus caminhos em direção à paz e ao progresso de acordo com os desejos de seus próprios povos.

Neste espírito, concordaram em ampliar e fortalecer a cooperação entre os dois países, com visitas a seu incremento significativo em diversos campos, de acordo com prioridades a serem mutuamente acordadas.

o caso dos aviões líbios

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 5 de maio de 1983; e nota à imprensa, divulgada pelo Porta-Voz da Presidência da República, Ministro Carlos Átila, em 7 de junho de 1983.

COMUNICADO DE 5 DE MAIO

Conforme relato por agências noticiosas, inclusive pela agência oficial líbia (JANA), o Coronel Khadafi convocou ontem à noite o Embaixador do Brasil em Trípoli.

Nessa ocasião, o Coronel Khadafi reiterou as posições líbias sobre o incidente com os aviões daquele país, questionando, contudo, as motivações do Governo brasileiro e pretendendo estabelecer condições para a solução do caso.

O Brasil recorda que o incidente com os aviões líbios teve como causa uma declaração falsa do Governo líbio sobre o carregamento transportado pelos referidos aparelhos e que, portanto, a responsabilidade pelo episódio cabe exclusivamente ao Governo líbio, que violou a legislação internacional sobre aviação civil.

O Governo brasileiro conduziu o assunto de modo a circunscrevê-lo aos seus aspectos específicos de legislação aeronáutica e em nenhum momento fez afirmações ou declarações que extrapolassem o problema para outras áreas. Pelo contrário, o Governo líbio, pela terceira vez, distribuiu, através de sua agência oficial de notícias, declarações do Coronel Khadafi que, de maneira totalmente infundada e inaceitável, procuram envolver no incidente terceiros países e as relações Brasil-Líbia no seu conjunto.

O Governo brasileiro demonstrou claramente por palavras e atos o seu desejo de preservar as relações Brasil-Líbia dos reflexos negativos do incidente. Não pode, portanto, aceitar a afirmação do Coronel Khadafi de que a atitude do Brasil "demonstra a falta de amizade do povo brasileiro pelo povo líbio", amizade essa que nunca esteve em causa no episódio.

O Governo brasileiro, diante das colocações apresentadas pelo Coronel Khadafi ao Embaixador do Brasil em Trípoli, expressa que não aceita tais colocações e rejeita frontalmente toda e qualquer tentativa de pressão sobre o seu direito soberano de cumprir e fazer cumprir em território brasileiro as normas de Direito.

Finalmente, para o Brasil é incompreensível o desprezo demonstrado nas declarações do Coronel Khadafi pelo destino dos tripulantes dos aviões. O Governo brasileiro atribui a mais alta importância ao destino de seres humanos, inclusive, evidentemente, ao dos tripulantes dos aviões líbios.

NOTA DE 7 DE JUNHO

De conformidade com as disposições da convenção de Chicago sobre Aviação Civil Internacional o Governo brasileiro sustou o voo, em território nacional, de quatro aeronaves líbias que transportavam material bélico de forma irregular. Desde então, vêm-se realizando negocia-

ções com vistas à solução satisfatória do incidente. Nesse processo, agindo de modo coerente com o comportamento tradicional do Brasil no convívio internacional, o governo brasileiro estabeleceu a necessidade de obter garantias objetivas de retorno das aeronaves e da carga a seu ponto de origem.

No dia dois do corrente, chegou a Brasília uma missão especial de alto nível, composta por dois assessores pessoais do chefe do governo líbio, para tratar do assunto, o que constituiu fato novo e significativo no contexto dos entendimentos até então mantidos.

O Governo brasileiro apresentou proposta de solução para o incidente que atende à sua exigência de garantir o retorno das aeronaves e da carga a Trípoli. Os representantes líbios aceitaram a proposta brasileira.

As aeronaves e suas cargas, sob controle do governo brasileiro, serão liberadas uma a uma, autorizando-se a partida da segunda aeronave quando a embaixada do Brasil em Trípoli confirmar a chegada da primeira, e assim sucessivamente.

aviões britânicos com destino às malvinas só pousam no brasil em caso de emergência

**Declaração do Porta-Voz do Itamaraty, em 24 de
junho de 1983:**

“Com referência a notícias publicas hoje na imprensa brasileira e argentina sobre pouso em aeroportos brasileiros de aviões britânicos que se dirigem ou provêm das Ilhas Malvinas, o Governo brasileiro reafirma que não servirá de base para o transporte regular — aéreo ou marítimo — entre o Reino Unido e as Malvinas.

Somente em emergências ou casos excepcionais de caráter humanitário são concedidas autorizações para que aeronaves ou embarcações britânicas que cumpram a rota em questão toquem em território brasileiro”.

a mensagem do presidente figueiredo aos chefes de governo reunidos em williamsburg

Mensagem do Presidente João Figueiredo aos Chefes de Governo que participaram do encontro de Williamsburg (Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e República Federal da Alemanha) e ao Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Gaston Thorn, enviada em 25 de maio de 1983:

Faltaria eu a meu dever para com o povo brasileiro se não me dirigisse a Vossa Excelência, às vésperas do encontro que terá com os Chefes de Governos de outros países desenvolvidos em Williamsburg, nos EUA, para expressar-lhe algumas das preocupações e esperanças que, em face do penoso quadro de dificuldades geradas em grande medida por circunstâncias externas, são hoje amplamente partilhadas pela opinião pública brasileira.

As preocupações que entretenho estão relacionadas, essencialmente, com a instabilidade e precariedade que caracterizam o sistema económico internacional, após as numerosas convulsões por ele sofridas em pouco mais de uma década. Para os países em desenvolvimento, parte mais fraca de tal sistema, suas deficiências acarretam, a cada momento, novos e cada vez mais árduos desafios, por vezes agravados também pelas próprias políticas económicas dos grandes centros.

O Brasil, de sua parte, foi severamente atingido pela crise de liquidez deflagrada nos últimos meses de 1982 precisamente quando começava a colher os resultados de intenso esforço de ajustamento às dificuldades dos anos 70 — esforço sem paralelo pela amplitude dos programas contemplados, em particular no setor energético, onde pela primeira vez um país realiza a substituição em larga escala do petróleo pela biomassa como combustível.

Após ter dado, nos anos 70, por sua integração na economia internacional e pela mobilização do financiamento externo, considerável contribuição aos ajustamentos das economias desenvolvidas, vê-se o Brasil duramente afetado pelo estreitamento de seu acesso aos mercados no mundo desenvolvido, e pelo encolhimento dos fluxos financeiros a que tivera de recorrer. Mais do que lhe negarem a justa remuneração de seu trabalho, as atuais vicissitudes da

economia mundial hoje negam a meu país a própria oportunidade de realizar o trabalho necessário para responder às aspirações de desenvolvimento de seu povo.

Quando um país em desenvolvimento se vê atingido pelo movimento de pinças de uma duplicação em dois anos do montante de juros sobre o serviço de sua dívida e, de outra parte, um perda de 30% no poder de compra de suas exportações — e quando verifica que fatos semelhantes se dão com numerosos outros países em desenvolvimento — não há como silenciar quanto à urgência da tarefa de retomada de um diálogo objetivo e efetivo entre Norte e Sul, para o bem de ambos.

Estou convicto, Senhor Presidente, de que só mediante firme decisão política será possível restituir à economia mundial, e a seus mecanismos comerciais e financeiros, as condições de geração de crescimento sustentado, sem as quais não haverá solução duradoura nem para os problemas do Norte nem para os do Sul.

São três as áreas em que a meu ver se devem desdobrar as ações a tomar:

- medidas de curto prazo tendentes a permitir a reativação da economia mundial, tanto no Norte quanto, paralelamente, no Sul;
- reajustamento das estruturas produtivas internas, para adequá-las aos novos padrões de produção e comércio: no caso de países desenvolvidos, o ajuste estrutural deve visar à modernização da economia e à superação definitiva das razões que levam à adoção de barreiras protecionistas, para que estas não persistam a ponto de restringir, ou mesmo desfazer, o efeito de expansão do comércio que pode advir da reativação económica de curto prazo;
- início da revisão, em bases coordenadas, dos sistemas de comércio e finanças, sem o que malograriam esforços limitados ao reaquecimento e ao reajuste interno, ou restritos a ações tópicas diante de problemas específicos e situações emergenciais no âmbito de um ou outro sistema.

Meu país, como sabe Vossa Excelência, encontra-se neste momento empenhado em árduo programa de contenção, para o ajustamento a uma crise de liquidez gerada por fatores externos. Meu Governo encara tal programa como esforço indispensável de reajuste, e o executará com empenho, sobretudo por considerá-lo como preparação para a retomada, no mais breve prazo, do crescimento dinâmico sem o qual não nos seria possível superar as carências do subdesenvolvimento.

Confia o Brasil, Senhor Presidente, em que as Nações do Ocidente desenvolvido saberão compreender a necessidade de ações coordenadas para a superação das dilacerantes tensões políticas e sociais do reajuste à crise, e não deixarem de aproveitar todas as oportunidades que doravante se

apresentem para imprimir ao diálogo com as nações em desenvolvimento o impulso político capaz de permitir o lançamento das bases de uma nova fase de prosperidade na economia mundial.

É por essa razão que me dirijo a Vossa Excelência, a fim de expressar-lhe o interesse com que aguardo os resultados, que confio serão profícuos, do encontro de Williamsburg.

João Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

inaugurado o sistema de teleprocessamento de oportunidades comerciais do Itamaraty

Mensagem do Chanceler Saraiva Guerreiro, em 29 de junho de 1983, transmitida pelo Sistema de Teleprocessamento de Oportunidades Comerciais — STOC —, por ocasião de sua inauguração:

Com esta mensagem às 73 unidades já interligadas pelo Sistema de Processamento de Dados — SPED — da Promoção comercial no exterior, declaro oficialmente inaugurado o Sistema de Teleprocessamento de Oportunidades Comerciais — STOC. Congratulo-me com os Departamentos de Promoção Comercial e de Comunicações e Documentação do Itamaraty, com a Vice-Presidência de Recursos e Operações Internacionais do Banco do Brasil S/A e com a Embratel por esta realização, que coloca uma vez mais em relevo a capacidade brasileira de desenvolver soluções próprias para as necessidades específicas do país.

O aprimoramento de um instrumento já reconhecidamente eficiente de apoio ao exportador brasileiro, agora computadorizado, é demonstração concreta da constante preocupação do Ministério das Relações Exteriores por incorporar a seu instrumental de trabalho técnicas modernas, devidamente adaptadas às necessidades de nossa diplomacia e de nosso comércio externo.

Registro, pois, com satisfação, esta etapa agora alcançada na interconexão, via Interdata, da rede de terminais no exterior com a central de computação aqui na casa de Rio-Branco. *

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

*Na seção Notícias, página 135, uma notícia com detalhes sobre o Sistema de Teleprocessamento de Oportunidades Comerciais do Itamaraty.

a visita do chanceler saraiva guerreiro à arábia saudita

A convite de Sua Alteza Real o Príncipe Saud Al-Faiçal, Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, visitou oficialmente o Reino da Arábia Saudita, no período de 29 a 31 de outubro de 1982.

O Ministro Saraiva Guerreiro foi recebido em audiência especial por Sua Majestade o Rei Fahed Bin Abdulaziz Al Saud, a quem fez entrega de mensagem do Presidente da República. Esteve presente ao encontro Sua Alteza Real Abdula Bin Abdulaziz Al Saud, Príncipe Herdeiro, Primeiro Vice-Primeiro Ministro e Comandante da Guarda Nacional.

Os Ministros Saraiva Guerreiro e Saud Al Feiçal mantiveram duas reuniões de trabalho, em que passaram em revista as relações bilaterais nos campos político, financeiro e comercial, bem como tópicos da atualidade internacional.

No espírito de compreensão e mútuo respeito que rege as relações entre o Brasil e a Arábia Saudita, o Ministro Saraiva Guerreiro identificou, com seu colega saudita, a existência de margem significativa para o incremento da cooperação recíproca e observou, uma vez mais, com satisfação, ampla coincidência de pontos de vista entre os dois países sobre vários temas do panorama internacional.

governo brasileiro doa alimentos e medicamentos às vítimas do terremoto de popayan, na colômbia

O Governo brasileiro, no contexto do programa de auxílio às vítimas do terremoto de Popayan, na Colômbia, doou, por intermédio da Secretaria Especial da Defesa Civil do Ministério do Interior, quinze toneladas de alimentos e medicamentos. A referida carga está sendo transportada em avião da Força Aérea Brasileira, cuja chegada a Bogotá está prevista para domingo, dia 24 de abril.

Ainda dentro do esquema elaborado para socorrer a população de Popayan, a Cruz Vermelha Brasileira remeteu à sua congênere colombiana doze mil comprimidos de cloro para tratamento de água e mil e oitocentos quilogramas de arroz.

grupo de trabalho brasil-estados unidos da américa examinam a cooperação bilateral nas áreas de ciência e tecnologia

O Grupo de Trabalho Brasil/Estados Unidos de cooperação científica e tecnológica reuniu-se nos dias 26 e 27 de maio de 1983. Foram examinados aspectos específicos da cooperação bilateral nas áreas de ciência e tecnologia e das perspectivas de sua intensificação futura.

Prosseguiram as negociações que objetivam a celebração de um novo Acordo, que se destinará não somente a estimular essa cooperação, como também a abrir novas avenidas de contato entre as comunidades científicas e tecnológicas dos dois países, tanto públicas como privadas.

A compreensão recíproca já obtida assegura o sucesso futuro desse empreendimento que integrará o relatório dos Grupos de Trabalho aos dois Presidentes, de acordo com os entendimentos entre ambos e as instruções derivadas dos mesmos.

A Delegação norte-americana foi chefiada pelo Embaixador James L. Malone, Secretário Adjunto para Assuntos Internacionais Oceânicos, de Meio Ambiente e Científicos do Departamento de Estado. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Miguel A. Ozorio de Almeida, Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores.

exportadores brasileiros ficam mais próximos dos importadores estrangeiros

Os exportadores brasileiros estão mais próximos dos importadores estrangeiros, desde o dia 29 de junho de 1983, quando o Sistema de Teleprocessamento de Oportunidades Comerciais — STOC, do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, colocou em plena operação o enlace entre seu Banco de Dados, nos Estados Unidos, e a Central de Computação, em Brasília, do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE.

Informações obtidas em diferentes e distantes centros comerciais do mundo — nas Américas, na Ásia, na Europa e na Oceania —, por Embaixadas e Consulados brasileiros ou por Agências e Escritórios do Banco do Brasil, chegarão aos empresários, nos diversos pontos do país, em 48 horas, graças à ligação via Interdata, da EMBRATEL, que foi inaugurada pelo Ministro Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores.

Completam-se, então, os elos da rede internacional de teleprocessamento de dados montada pelo Itamaraty — sem paralelo no mundo, pelo menos para fins de promoção comercial. Assim, além de importante passo para encurtar o tempo para apresentar importador estrangeiro a exportadores brasileiros, dá-se uma demonstração permanente da capacidade nacional de desenvolver “software” sofisticado — tecnologia de ponta que outros países já revelaram interesse em nos comprar.

Lá fora, são 73 terminais de computador já instalados, além de banco de dados alimentado com informações sobre 9.000 exportadores brasileiros e os produtos e serviços que oferecem; com indicadores mensais da economia brasileira, elaborados pela SEPLAN para divulgação seletiva a mais de 1.000 banqueiros e autoridades financeiras internacionais; e com estatísticas do comércio exterior brasileiros, fornecidas pelo CACEX.

No Brasil, as cerca de 4.500 consultas mensais recebidas na DIC — Divisão de Informações Comerciais — são repassadas aos exportadores através de um dos cinco fascículos computadorizados produzidos diariamente, contendo os BOC (Boletim de Oportunidade Comercial) e outras informações recebidas durante a noite. Sua distribuição, via correio, nada custa ao exportador, de quem se exige apenas que se registre na DIC e indique que produtos ou serviços quer exportar.

O Itamaraty já tem registrados mais de 150.000 importadores estrangeiros, aos quais envia, impressa em 5 idiomas, a revista “BRASIL Comércio e Indústria”, para manter e ampliar seu interesse pela oferta exportável brasileira. Tanto o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (SPED), quanto a revista BRASIL, são programas objeto do convênio CDCI — “Cooperação, Desenvolvimento e Comércio Internacional”, que viabiliza a coordenação de operações e atividades de promoção comercial no exterior de comum interesse para o Itamaraty e para o Banco do Brasil.

embaixador dos estados unidos da américa deixa suas funções em Brasília

O Embaixador dos Estados Unidos da América, Langhorne Anthony Motley, deixou suas funções no Brasil e foi homenageado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 30 de junho de 1983. Na mesma solenidade, o Embaixador norte-americano recebeu do Chanceler brasileiro as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

presidente joão figueiredo visita o méxico palavras do presidente do méxico, miguel de la madrid hurtado e do presidente joão figueiredo, no aeroporto de cancún, logo após a chegada do presidente brasileiro ao méxico.	3
miguel de la madrid a figueiredo: diálogo entre brasileiros e mexicanos não é fruto da casualidade discursos dos presidentes miguel de la madrid hurtado e joão figueiredo, em cancún, por ocasião de jantar oferecido pelo presidente mexicano ao presidente brasileiro.	5
figueiredo a miguel de la madrid: nossos entendimentos contribuirão para estreitar as relações entre brasil e méxico brinde do presidente joão figueiredo em cancún, por ocasião de jantar que ofereceu ao presidente do méxico, miguel de la madrid hurtado, que, na oportunidade, recebeu do presidente brasileiro o grande colar do cruzeiro do sul	11
programa de trabalho sobre cooperação econômica e comercial entre brasil e méxico programa de trabalho sobre cooperação econômica e comercial entre o brasil e o méxico, assinado em cancún, por ocasião da visita do presidente figueiredo àquele país	13
declaração de cancún: “estão maduras as condições para uma nova etapa de diálogo construtivo entre o norte e o sul” declaração dos presidentes joão figueiredo e miguel de la madrid hurtado, divulgada em cancún	15
na declaração conjunta, os entendimentos do presidente joão figueiredo no méxico declaração conjunta brasil-méxico, assinada em cancún, pelos presidentes joão figueiredo e miguel de la madrid	17
no brasil, o rei da espanha, d. juan carlos I discursos do presidente joão figueiredo e do rei da espanha, d. juan carlos I, no palácio do itamaraty em brasília, por ocasião de jantar oferecido pelo presidente brasileiro ao rei espanhol	25
presidente figueiredo destaca a excelência das relações entre brasil e espanha brinde do presidente joão figueiredo, na embaixada espanhola em brasília, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo rei da espanha, d. juan carlos I	30
rei da espanha recebe homenagem do congresso nacional discursos do presidente da comissão de relações exteriores do senado federal, senador luiz viana filho, do primeiro-secretário da câmara dos deputados, deputado fernando lyra, do presidente do congresso nacional, senador nilo coelho, e do rei da espanha, d. juan carlos I, em brasília, durante sessão solene do congresso nacional	30
na entrevista à agência espanhola efe, presidente figueiredo fala das relações brasil-espanha entrevista do presidente joão figueiredo à agência espanhola efe, concedida em brasília, quatro dias antes da chegada ao brasil do rei da espanha, d. juan carlos I	40

a quinta reunião ministerial do grupo dos 77, em buenos aires discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em buenos aires, por ocasião da quinta reunião ministerial do grupo dos 77	45
saraiva guerreiro homenageia a comissão de relações exteriores do senado federal pronunciamentos do chanceler saraiva guerreiro e do senador luiz viana filho, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido aos membros da comissão de relações exteriores do senado federal	51
no dia do diplomata, chanceler diz que política externa tem de ser unívoca discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião da solenidade comemorativa do dia do diplomata, que contou com a presença do presidente João Figueiredo	53
governo da Índia doa obras completas de Gandhi ao Itamaraty discursos do embaixador da Índia, Shyam Sunder Nath, e do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião da solenidade de entrega ao Itamaraty, pelo governo indiano, das obras completas de Gandhi	57
saraiva guerreiro: deputados desempenham papel importante na formação do perfil externo do país discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e do presidente da comissão de relações exteriores da Câmara dos Deputados, deputado Diogo Nomura, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido pelo chanceler brasileiro aos membros daquela comissão	59
chanceler, na Fiesp, fala sobre a política externa brasileira discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo	63
primeiro-ministro do Suriname visita o Brasil discursos do presidente João Figueiredo e do primeiro-ministro e ministro das relações exteriores do Suriname, Errol Alibux, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao representante do governo surinamense	69
comunicado de imprensa Brasil-Suriname comunicado de imprensa Brasil-Suriname, divulgado em Brasília, ao final da visita do primeiro-ministro e ministro das relações exteriores do Suriname, Errol Alibux	72
a conferência do chanceler Saraiva Guerreiro na ESG conferência do chanceler Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro	75
em Brasília, o primeiro-ministro dos Países Baixos discurso do presidente João Figueiredo, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião do jantar oferecido ao primeiro-ministro dos Países Baixos, Ruud Lubbers	89
em Belgrado, Saraiva Guerreiro destaca a afinidade entre Brasil e Iugoslávia discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em Belgrado, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo secretário federal dos negócios estrangeiros da Iugoslávia, Lazar Mojsov	93
comunicado de imprensa Brasil-Iugoslávia comunicado de imprensa Brasil-Iugoslávia, divulgado em Belgrado, a propósito da visita do chanceler Saraiva Guerreiro àquele país	95
chanceler brasileiro participa da sexta sessão da UNCTAD discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em Belgrado, por ocasião da sexta sessão da UNCTAD	97

relações diplomáticas

decreto altera a estrutura da rede consular brasileira	103
designação de embaixadores brasileiros	104
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	104

tratados, acordos, convênios

ajuste complementar brasil-portugal põe em vigor o convênio entre o cnpq e o iict	105
brasil e alemanha assinam quatro ajustes ao acordo básico de cooperação técnica	110
acordo possibilita intensificar a cooperação econômica e comercial entre brasil e angola	116
brasil e eua prorrogam ata de consulta aeronáutica e acordo para um programa de cooperação científica e tecnológica	117
aprovado o regulamento da comissão nacional para assuntos antárticos	118
acordo regula a exportação de têxteis para a suécia	121
brasil e espanha assinam acordo de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear	127
assinado acordo de radioamadores entre brasil e argentina	128
acordo brasil-frança para cooperação no desenvolvimento de tecnologias em espécies vegetais produtoras de látex	129

comunicados e notas

a visita do ministro danilo venturini ao suriname	131
o caso dos aviões líbios	131
aviões britânicos com destino às malvinas só pousam no brasil em caso de emergência	132

mensagens

a mensagem do presidente figueiredo aos chefes de governo reunidos em williamsburg	133
inaugurado o sistema de teleprocessamento de oportunidades comerciais do itamaraty	134
	139

notícias

a visita do chanceler saraiva guerreiro à arábia saudita	135
governo brasileiro doa alimentos e medicamentos às vítimas do terremoto de popayan, na colômbia	135
grupo de trabalho brasil-estados unidos da américa examinam a cooperação bilateral nas áreas de ciência e tecnologia	135
exportadores brasileiros ficam mais próximos dos importadores estrangeiros	135
embaixador dos estado unidos da américa deixa suas funções em brasília	136